



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

LUCENIL DA ROCHA PEREIRA

**ELEIÇÃO DIRETA PARA DIRETOR ESCOLAR:
desafio à democratização da gestão**

**BELÉM-PA
2012**

LUCENIL DA ROCHA PEREIRA

**ELEIÇÃO DIRETA PARA DIRETOR ESCOLAR:
desafio à democratização da gestão**

Dissertação submetida à apreciação da Banca Examinadora com vistas à obtenção do Título de Mestre em Educação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Área de concentração: Políticas Públicas Educacionais. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos.

**BELÉM-PA
2012**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca Prof^a Elcy Rodrigues Lacerda / Instituto de Ciências da Educação / UFPA, Belém-PA

Pereira, Lucenil da Rocha.

Eleição direta para diretor escolar: desafio à democratização da gestão; orientadora, Prof^a. Dr^a. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos. – 2012.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

1. Eleições escolares – Belém (PA). 2. Educação e Estado – Belém (PA) 3. Democratização da educação. 4. Diretores escolares – Belém (PA). I. Título.

CDD - 22. ed.: 379.1531098115

LUCENIL DA ROCHA PEREIRA

**ELEIÇÃO DIRETA PARA DIRETOR ESCOLAR:
desafio à democratização da gestão**

Examinado em 04/09/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos
Universidade Federal do Pará
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Ivanilde Apoluceno de Oliveira
Universidade do Estado do Pará - UEPA
Examinadora Externa

Prof.^a Dr.^a Ney Cristina Monteiro de Oliveira
Universidade Federal do Pará
Examinadora Interna

**BELÉM-PA
2012**

Dedico este trabalho

Aos meus filhos **Gustavo Lurian e Ana Letícia**, presentes de Deus na minha vida e quando chamados de “riqueza” não contemplam toda grandeza que eles possuem. Infinitamente amo vocês!

A **João Rocha, Bruna Rocha, Lúcia Rocha e Luciana Rocha** (*in memoriam*) por tudo que representaram em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus maravilhoso por ter me concedido sabedoria nos momentos mais difíceis da minha vida; a ele toda **honra, glória e louvor**.

Ao meu pai **Aristeu**, homem maravilhoso, exemplo de vida, não tenho com agradecer os ensinamentos, amor e carinho a mim dedicados. Agradeço imensamente por ter acreditado e me apoiado quando resolvi deixar a tranquilidade do interior do estado e retomar minha vida acadêmica. Imensamente obrigado!

A minha primeira professora e minha mãe **Arlete**, por ter cuidado de mim após a ausência da minha mãe biológica, por ter tido paciência com a adolescente difícil que fui. Queria que soubesses, hoje representas muito para mim! Infinitamente obrigada.

As minhas irmãs amadas **Ana Rúbia e Áurea Raylana** pelo apoio sempre concedido, e pelo amor e carinho que sempre tiveram comigo.

Agradeço aos meus filhos **Gustavo Lurian e Ana Letícia**, minha razão de viver e minha fonte de vida! Desculpem sua mamãezinha pela falta de paciência em algum momento. Amo vocês de forma incondicional!

Ao meu companheiro **Eneias Guedes**, por ter compartilhado deste sonho, e a sua maneira ter me apoiado e ter entendido minhas ausências.

A minha **ORIENTADORA Prof.^a Dr.^a Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos**, uma mulher não só de um extenso nome, mas de um imenso coração e profissionalismo. Foste e é fonte inspiradora de conhecimento! Obrigada pela paciência e confiança em mim depositadas.

As minhas amigas **Áurea Peniche, Ana Maria, Michely e Riane** por terem me ajudado nos momentos mais difíceis desta caminhada. Pelo apoio incondicional, e por rezarem por mim.

A minha amiga Gerlany companheira de todas as horas. Um beijo no coração!

Aos meus colegas de turma do Mestrado/2010 sem citar nomes, da linha de políticas públicas, pelos momentos agradáveis e pelas discussões que auxiliaram na construção dessa dissertação. Obrigada por tudo!

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação, especialmente: professora Ney Cristina, professor Gilmar Pereira, professora Rosana Gemaque, professora Vera Jacob, professora Marilena Loureiro e professor Ronaldo Araújo, pelos momentos de aprendizado.

A minha banca de qualificação pelas contribuições, especialmente pelos “puxões de orelhas” da Prof.^a Dr.^a Dinair Leal da Hora e a Prof.^a Dr.^a Ney Cristina pelas suas valiosas contribuições.

A Professora Dr.^a Ivanilde Apoluceno de Oliveira, minha professora de Filosofia da Educação I/II no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Pará (UEPA), é impossível esquecer suas aulas, e é um grande prazer hoje tê-la em minha banca de defesa.

Ao Governo do Estado do Pará, ainda na gestão do Partido dos Trabalhadores (2007-2010) que por meio de uma política de valorização profissional me concedeu licença para cursar o mestrado, mesmo sem ter concluído meu estágio probatório.

Ao GCVS – SEDUC, representado pela Professora Aparecida pela gentileza e atenção com que me trataram durante este percurso.

A Comunidade da E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele por ter permitido a realização desta pesquisa porque sem a qual não poderia realizar esse trabalho.

Ao **tempo e a vida** por ter me permitido alcançar mais um objetivo entre tantos ainda a serem perseguidos.

[...] para mim, o capitalismo é incompatível com a democracia, se por “democracia” entendemos tal como o indica sua significação literal, o poder popular ou o governo do povo. Não existe um capitalismo governado pelo poder popular no qual o desejo das pessoas seja privilégio aos dos imperativos do ganho e da acumulação e, no qual, os requisitos da maximização do benefício não ditem as condições mais básicas da vida. O capitalismo é estruturalmente antiético em relação à democracia [...].

ELLEN WOOD

RESUMO

Esta pesquisa analisou a eleição direta para diretores escolares via estudo de caso da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brigadeiro Fontenele em Belém do Pará, na perspectiva da democratização da gestão, cujas questões norteadoras foram: De que modo as eleições diretas podem contribuir para a construção da gestão democrática na escola? Como se deu o processo de implantação das eleições diretas para provimento do cargo de diretor da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brigadeiro Fontenele, do ponto de vista do Sistema e da comunidade escolar? Para tanto, desenvolvemos este estudo utilizando abordagem qualitativa com pesquisa de campo, e coletamos os dados por intermédio de documentos e entrevistas semiestruturadas destinadas a 17 sujeitos, assim distribuídos: ex-secretária adjunta de ensino, representantes do Conselho Escolar, comissão eleitoral, grêmio estudantil, professores, alunos do ensino fundamental, ensino médio, da educação de jovens e adultos, comunidade e equipe gestora. A democratização da gestão da educação e da escola foi analisada em sua concretude na Secretaria de Educação do Estado do Pará e na escola selecionada, a partir dos seguintes elementos: Conselho Escolar atuante, Projeto Político Pedagógico construído coletivamente e em funcionamento e Autonomia escolar. As análises indicam que o processo eletivo para o provimento do cargo de diretor escolar enfrentou problemas comuns nas relações políticas no Brasil, e no Pará em particular, como o clientelismo, e a inexistência de um projeto político de mudança, discussões de campanhas centradas em pessoas e não em ideias, dentre outros. Podemos afirmar que a experiência estudada não foi um caso isolado, porque o exemplo se manifestou em diversas instituições da rede estadual; que a direção eleita finalizou seu mandato sem rever o Projeto Político Pedagógico, mesmo sendo um instrumento que não garante a democratização das relações de poder, mas é essencial, e se for produto de trabalho coletivo poderá concorrer para a construção de novas relações de poder e para nortear a organização política, administrativa e pedagógica da instituição. A construção da gestão democrática encontrou diferentes barreiras, pois os órgãos colegiados não conseguiram realizar seu papel enquanto órgão permanente de educação política, pois fica quase restrito a problemas burocráticos, como prestação de contas de recursos recebidos. A estrutura hierárquica tradicional presente na E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele não permitiu uma significativa mudança nas relações de poder e a própria organização pedagógica possui barreiras quase intransponíveis, como a execução dos programas de disciplinas estanques, sem os professores discutirem ou se articularem. Por fim, consideramos que a forma autoritária de conduzir a escola pode reforçar a sociedade excludente e avaliamos que para a democratização da gestão, necessitamos de novos referenciais de formação para os gestores escolares, pois o cenário político e econômico e social impõe novas práticas gestoras.

Palavras-chave: Eleição Direta, Escola Pública, Participação, Democratização do Poder.

ABSTRACT

This study examined the direct election of school principals via a case study of the State School of Elementary and Secondary Education Brig Fontenele in Belem, in view of the democratization of management, whose questions were: How direct elections can contribute to construction of democratic management in schools? How did the process of implementation of direct elections to fill the position of director of the State School for elementary and high school Fontenele Brigadier's point of view of the system and the school community? To this end, we designed this study using a qualitative approach with field research and collect data through semi-structured interviews and documents intended for 17 subjects, distributed as follows: former assistant secretary of education, representatives of the school board, election commission, teachers, elementary students, middle school, youth education and adult and community management team. The democratization of management education and the school was analyzed in its concreteness in the Education Department of the State of Para, in the school selected, based on the following principles: active School Council, Pedagogical Political Project collectively built and running and school autonomy. The analyzes indicate that the election process to fill the position of school principal faced common problems in political relations in Brazil, and Para in particular, as clientelism, and lack of a political change, discussions of campaigns centered on people and not on ideas, among others. We can say that the experience studied was not an isolated case, because the sample is expressed in various institutions of the state, that the direction elected completed its mandate without reviewing the Political Pedagogical Project, even though it is an instrument that does not guarantee the democratization of relations power, but it is essential, and if collective work product may contribute to the construction of new power relations and to guide the political, administrative and educational institution. The construction of democratic management encountered different barriers, as collective bodies failed to perform its role as a permanent body for political education, as is almost restricted to bureaucratic problems, such as accountability of funds received. The hierarchical structure in this traditional E. E. E. F. M. Brigadier Fontenele did not allow a significant shift in power relations and educational organization itself has almost insurmountable barriers, such as the execution of watertight disciplines, without teachers to discuss or articulate. Finally, we consider that the authoritarian manner of conducting the school can reinforce the company exclusive and we conclude that for democratization of management, we need new standards of training for school managers, as the political and economic and social impose new management practices.

Keywords: Direct Election, Public School, Participation, Democratization of Power.

LISTA DE MAPA

Mapa 1 Mapa de localização do Bairro da Terra Firme no Município de Belém (PA)	20
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Sujeitos Entrevistados	39
Quadro 2 Projetos desenvolvidos pela Escola	85

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Fachada da E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele.	89
Foto 2 - Entrada da E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele.	89
Foto 3 - Oficina de Xadrez e Oficina de dança	93
Foto 4 - Programa Escola de Portas Abertas.....	93

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 Eleição Direta para Diretores escolares - 2009	96
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Recursos Federais recebidos pela Escola.....	90
Tabela 2 Previsão de recursos – PDDE/2011	91
Tabela 3 Recursos Estaduais Recebidos pela Escola/Fundo Rotativo	92
Tabela 4 Recursos Estaduais Recebidos pela Escola/Programa de Portas Abertas.....	92
Tabela 5 Resultado da Eleição direta para diretores escolares/2009	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL – Assembleia Legislativa

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ASPOL – Assessória Política

BM – Banco Mundial

CBB – Comissão dos Bairros de Belém

CE – Conselho Escolar

CEB's – Comunidade Eclesiais de Base

CTBEL – Companhia de Trânsito de Belém

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CFB – Confederação de Professores do Brasil

CIPOE – Companhia Independente de Polícia Escolar

CMB – Câmara Municipal de Belém

CME – Conselho Municipal de Educação

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DETRAN – Departamento de Trânsito

E. E. E. F. M. B. F. – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brigadeiro Fontenele

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNDEP – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

GS – Gabinete da Secretária

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PA – Pará

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PEE – Plano Estadual de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação do Pará

SEFA – Secretaria de Estado da Fazenda

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SINTEPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Pará

TCE – Tribunal de Contas do Estado

UEPA – Universidade do Estado do Pará

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais

UNE – União Nacional dos Estudantes Universitários

UNESCO – União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USE – Unidade SEDUC na Escola

URE – Unidade Regional de Ensino

SUMÁRIO

A TÍTULO DE INTRODUÇÃO	16
O <i>locus</i> da pesquisa.....	19
Objeto e Problema de Estudo	23
Percurso Teórico-Metodológico	34
Instrumentos, Técnicas de Coleta e Tratamento dos Dados.....	36
CAPÍTULO 1 “DEMOCRACIA OU DEMOCRACIAS”	42
1.1 – A Polissemia de um conceito	42
1.2 - A democracia no Brasil	51
1.3 - Educação escolar e democracia em debate	55
1.4 - A participação como fio condutor	58
CAPÍTULO 2 A ELEIÇÃO DIRETA PARA DIRETORES ESCOLARES NO PARÁ COMO POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO	62
2.1 - A eleição direta para diretores escolares na rede estadual de ensino no Pará	62
2.2 – O percurso da seleção para diretores da escola pública no Brasil: da indicação política à eleição direta.....	68
2.3 - A gestão democrática e o marco legal/institucional	76
CAPÍTULO 3 A ELEIÇÃO DIRETA PARA DIRETOR E A TRAJETÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO BRIGADEIRO FONTENELE NA CONQUISTA DA DEMOCRACIA	82
3.1 – Prelúdio escolar: o contexto histórico que fez da escola uma referência nacional em gestão	82
3.2 – A Escola Inovadora: experiências bem sucedidas em escolas públicas	87
3.3 – Da gestão indicada à gestão eleita	88
3.4 – O processo eleitoral: uma leitura plural sobre a eleição	93
3.5 - A leitura do Órgão do Sistema Educacional do Estado do Pará	99
3.5.1- O processo de materialização da gestão democrática no Estado do Pará	100

3.5.2 – A avaliação da eleição para diretores na perspectiva da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC).....	107
3.6 - A eleição direta para diretores escolares como possibilidade para a construção da gestão democrática no chão da escola: o que revelam os sujeitos?	111
3.6.1 - Limites e possibilidades da participação da comunidade na gestão da escola: Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico e Grêmio Estudantil.....	113
3.6.2 - Quais as mudanças efetivas de relações de poder como um indicativo do processo de democratização escolar?	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS.....	129
APÊNDICES.....	139
ANEXOS.....	152

A TÍTULO DE INTRODUÇÃO

Eu creio que há em todo o império uma soma de políticos capaz de formar cinco ou seis câmaras. É que não há outra classe mais numerosa no Brasil. Divide-se essa classe em diversas seções: políticos por vocação, políticos por ambição, políticos por vaidade, políticos por interesse, políticos por desfastio, políticos por não terem nada que fazer. Imagino daqui o imenso trabalho que há de ter V. Exa. em escolher os bons e úteis dentre tantos. E esse é o meu desejo, essa é a necessidade do país.

(Machado de Assis - Crônica de 5 de março de 1867, véspera de eleições legislativas).

A discussão acerca da eleição como componente importante da democracia no Brasil não é um tema tão recente e tem gerado grandes debates. O romancista Machado de Assis em 1867 era um partidário convicto do regime representativo, o que se pode verificar por meio de sua crônica “À Opinião Pública”. Entretanto, somente a partir do período histórico conhecido como “República Velha” ou “Primeira República” (1889-1930) o país passa a instituir o voto para a escolha do primeiro Presidente da República (Marechal Deodoro da Fonseca 1889-1891), ainda que restrito aos letrados do sexo masculino.

Nessa perspectiva, objetiva-se com este trabalho analisar o processo da eleição direta para escolha de diretores de escolas estaduais em Belém do Pará, com base em um estudo de caso realizado junto à E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele, localizada no bairro da Terra Firme, Belém, Pará. As motivações que despertaram na pesquisadora a atenção sobre essa temática advêm de inquietações que surgiram durante sua vida acadêmica e profissional. O primeiro fato que se deseja ressaltar na busca do nexos desta pesquisa com a pesquisadora é o início de sua formação profissional que se deu no curso de Pedagogia com habilitação em Magistério na Universidade do Estado do Pará (UEPA), habilitação essa que permitia trabalhar somente com a formação de professores no magistério.

Devido a essa restrição, em 2001, procurou-se então outra habilitação em administração escolar e após ter concluído o curso de graduação, iniciou-se uma pós-graduação *latu senso* intitulada “Gerência Escolar”, na mesma universidade. Neste momento, efervesciam as ideias sobre a administração gerencial nas instituições educacionais, em que se pressupunha que Administração Gerencial deveria ser flexível, eficiente e voltada para o atendimento do cidadão. A eficiência da administração pública

– a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – tornava-se então essencial (BRASIL, 1995).

Neste contexto, o discurso apregoado pelo Estado brasileiro era: o problema do Brasil não é a falta de recursos financeiros, mas de gestão. Era necessário haver o chamado “choque de gestão” nas instituições do Estado, para melhorar a qualidade dos serviços que prestavam à sociedade. A reforma do aparelho do Estado, ocorrida a partir de 1995, passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações (BRESSER-PEREIRA, 2002). Nesse sentido, tais ideias foram disseminadas nas instituições educacionais, o que de certa forma justificou o tema “Gerência Escolar” naquele momento.

Na época, a monografia realizada como trabalho de conclusão do curso de pós graduação teve como título: “Gestão Descentralizada – a importância do projeto político pedagógico”. Em seguida, começou-se a desenvolver a atividade profissional na área da gestão, sendo indicada pelo poder executivo do município de Aurora do Pará¹ no período entre 2003 a 2008 para atuar como diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Sagrado Coração de Jesus, localizada naquele município. Aquela era e ainda hoje é uma escola polo que agrega 14 prédios anexos e o único colegiado existente era o Conselho Escolar. Naquele momento, o discurso da gestão democrática se mostrava imprescindível para a administração escolar, inclusive como exigência institucional-legal². Mas, como colocar essas ideias em prática? Como criar condições para a democratização do espaço escolar?

De qualquer forma, as orientações teóricas provinham dos textos de vários autores, dentre eles, Paro (2003) e Dourado (2006), e da convicção de que a gestão democrática não se constitui por decreto, por normas, portarias ou por decisões unilaterais, mas sim por um fazer cotidiano que envolve vivências, conflitualidades, rupturas e continuidades. Atuando na gestão, passou-se a reproduzir a cultura autoritária e centralizadora que tanto criticava – quem sabe resquícios da educação autoritária que

¹ O município de Aurora do Pará foi criado pela Lei 5.698 de 13 de dezembro de 1991, e está localizado na Mesorregião do nordeste paraense na microrregião guajarina. A sede do município está situada às margens da rodovia Belém-Brasília BR 010, a 200 Km da capital do Estado.

² Autores como Paro (2012); Dourado (2006) mostram que a gestão compartilhada ou democrática é a condição indispensável à diminuição dos riscos e dos custos para a consecução dos objetivos.

recebeu? – e que ainda estavam impregnados em sua mente, bem como as novas influências da denominada gestão gerencial.

Foram três anos à frente da direção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Sagrado Coração de Jesus buscando estratégias para criar canais de participação e de democratização desses espaços, mas que não alteravam efetivamente as relações de poder em seu interior. Em seguida, passou a trabalhar na coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) daquele município e mais uma vez se encontrava - na sua concepção - com as práticas ditatoriais dos gestores escolares aurorenses.

Em 2008, foi aprovada no concurso da Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC) para o cargo de técnica em educação, e em 2009, após tomar posse, iniciou suas atividades na instituição, sendo que paralelo a essa atividade voltou à academia para mais um curso de especialização em “política de gestão e financiamento da educação” na Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolvendo uma pesquisa voltada à análise da gestão do Programa Brasil Alfabetizado em Aurora do Pará.

Ainda em 2009, a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) lançou a portaria de nº 04/2009 GS³ que regulamentava a eleição para dirigentes escolares da rede estadual de ensino para implementação deste importante instrumento para uma gestão que se encaminhe pautada por diretrizes democráticas. Mais uma vez as discussões acerca da temática ressurgiram no horizonte do seu trabalho e de suas reflexões exigindo maior envergadura para debater a questão.

Em face desse percurso formativo e profissional, buscou-se compreender de que forma o processo eleitoral para diretor das escolas estaduais estava se efetivando? Que relações se estabeleceram entre sistema e escola ou entre escola e corpo escolar? Qual a percepção da comunidade escolar sobre o processo eleitoral? Com o intuito de responder a essas questões, dirigiu-se em busca das fontes, ou seja, das escolas que pudessem melhor expressar as questões norteadoras. Chegou-se a uma em particular que chamou sua atenção, era a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brigadeiro Fontenele.

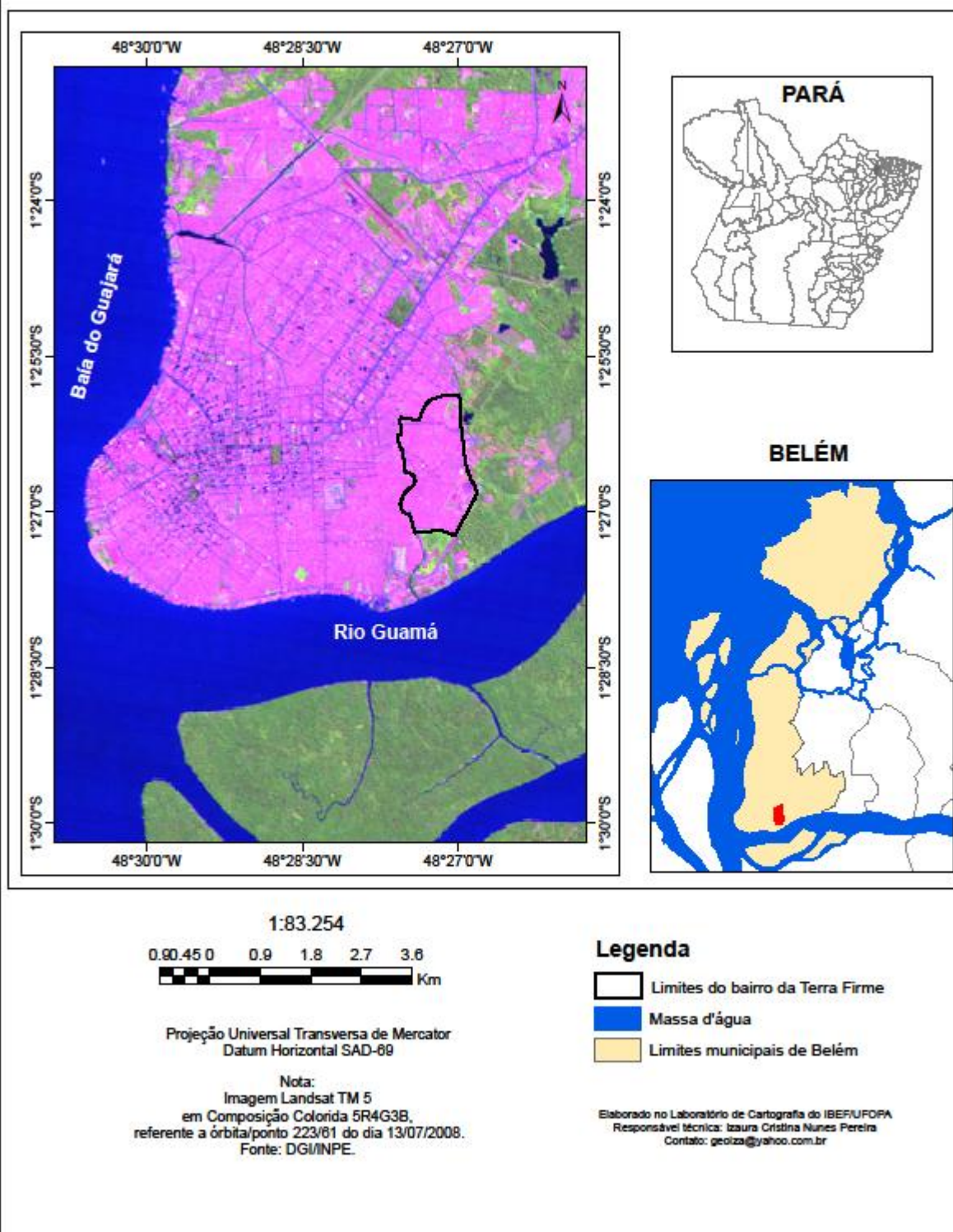
³ Publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 31363 de 19/02/2009.

A escolha da unidade escolar como universo de pesquisa justificou-se pelo fato de que a escola estava nos últimos 22 anos (1987-2009), sob a mesma direção. Esse fenômeno é bem característico das escolas estaduais do Pará, ou seja, gestores que passaram muitos anos à frente de uma mesma instituição escolar. A escolha também se justificou porque a instituição é considerada como uma escola de grande porte do estado, e de referência pelas premiações recebidas. No entanto, sua então gestora, mesmo sendo considerada competente, não ganhou a eleição direta para diretor escolar.

O *lócus* da pesquisa

A E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele, fundada em 17 de agosto de 1972, localizada na Rua São Domingos, nº 511, no bairro da Terra Firme no município de Belém, funciona nos três turnos com as seguintes modalidades de ensino: Ensino fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial Inclusiva. Sua estrutura física é constituída de 23 salas de aula para acomodar 2.174 alunos matriculados em 2011 (PARÁ/SECRETARIA DA ESCOLA, 2011), que são atendidos por 83 professores.

Localização do Bairro da Terra Firme no Município de Belém (PA)



Mapa 1 - Mapa de localização do Bairro da Terra Firme no Município de Belém (PA)

Fonte: PEREIRA, 2012.

O Bairro da Terra Firme é um dos mais populosos do município de Belém concentrando uma população de 61.439 habitantes (IBGE/CENSO, 2010). Esse espaço territorial é predominantemente constituído por terraços e planícies de inundações, isto é, terrenos de várzeas suscetíveis às periódicas inundações por ocasião das cheias nos rios Guamá e Tucunduba (RODRIGUES, 1996), ocorridas nos meses de maiores intensidades de chuva (dezembro a julho), no chamado inverno amazônico. O processo de ocupação desse bairro iniciou-se por volta dos anos cinquenta com a expansão territorial da cidade de Belém.

Da mesma forma, segundo Couto (2008), foi nas décadas de setenta e oitenta do século passado, que iniciou um significativo e elevado crescimento demográfico do bairro da Terra Firme, que vai estar relacionado aos seguintes fatores: a) valorização da área central de Belém; b) disponibilidade de terras nas áreas de baixadas⁴ atraindo camadas mais pobres; c) a área não despertava o interesse dos agentes imobiliários por ser considerada uma baixada. Nesse contexto, ocorreu um grande fluxo migratório em direção às áreas de baixadas em função de seu grande poder de atração de imigrantes por estar próximo da primeira légua patrimonial⁵, bem como pela proximidade que esse bairro tem com o chamado cinturão institucional⁶ existente nos arredores.

Desde o dia 16 de dezembro de 1975, o bairro da Terra Firme passou a ser chamado oficialmente de bairro Montese devido a uma homenagem prestada pela Câmara Municipal de Belém (CMB) à Força Expedicionária Brasileira (FEB) em decorrência de sua participação na segunda guerra mundial (RODRIGUES, 1996). Com base nas experiências profissionais e investigativas, observa-se que o nome oficial do bairro ainda não é utilizado pelos órgãos públicos que lá atuam e nem por seus moradores, portanto neste trabalho optou-se por chamá-lo de bairro da Terra Firme.

Ainda em pesquisa realizada por Couto (2008), constatou-se que o bairro é reflexo de um crescimento desordenado visualizado como expressão do crescimento urbano espontâneo e problemático em meio à crise urbana, resultando num amplo

⁴ Terrenos elevados e planos, reunindo de centenas e até milhares de moradores, tendo diferentes equipamentos e mobiliários urbanos, sendo construídas por casas e /ou apartamentos, com diferentes níveis de violência e presença de poder público, com variadas características ambientais (SILVA, 2007, p. 211-212).

⁵ Termo utilizado para identificar que o bairro está próximo à área central da cidade de Belém/PA.

⁶ A que estamos chamando “cinturão institucional” é o espaço onde hoje estão localizadas várias instituições públicas de ensino e pesquisa a exemplo da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal da Amazônia (UFRA), e o Museu Paraense Emílio Goeldi.

processo de ‘favelização’ das baixadas com áreas de habitações precárias que representam o lado perverso e excludente da metrópole. No bairro, a criminalidade urbana se expandiu e o tráfico de drogas encontrou espaço apropriado para sua territorialização, ocasionando a expansão do crime e da violência.

Consequentemente, a E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele também faz parte desse complexo e problemático contexto em que estão inseridas as periferias do país, e a escola torna-se a principal fonte de aquisição do conhecimento e referência no bairro, tanto por sua dimensão, suas instalações físicas, seus níveis e modalidades de ensino, dentre outros fatores. Os interesses que envolvem a gestão desse espaço de educação pública estão para além das questões meramente administrativas e *status* pessoal de ser o diretor. Ao contrário, as disputas nas eleições diretas para diretores desta unidade de ensino básico despertam e mobilizam localmente preocupações políticas que se situam no domínio dos colégios eleitorais dos partidos políticos, que exercem influências no universo do exercício do poder no município de Belém e adjacências.

A E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele é um espaço de relações políticas de exercício do poder⁷. Lugar de encontros e desencontros sociais de uma população numericamente expressiva, por isso contém e nela está contido um grande colégio eleitoral. São, como já se mencionou, 2.174 alunos, o que lhe confere o título de maior escola em número de alunos do bairro Terra Firme que cursam a educação básica.

Nesse sentido, considera-se a pesquisa da escola como relevante porque diante de uma instituição que passou os últimos 22 anos com a mesma gestora, é interessante analisar como se estabelecem as relações de poder entre os segmentos que dela fazem parte e o nível de participação da comunidade escolar após a eleição direta para diretor. No entanto, é preciso esclarecer que esse exemplo não é caso isolado na rede estadual de ensino. Sendo oportuno, registra-se também que a unidade escolar foi referência para a educação pública de Belém, em decorrência de suas instalações e, especialmente

⁷ Foucault entende o poder enquanto uma relação que se exerce nas diferentes escalas espaciais com distintos sujeitos. Portanto, o poder é exercido nas escalas micro, uma casa, escola, bairro, etc. até a escala macro, o estado, as organizações internacionais, etc. assim, para entendermos as estruturas de poder é necessário buscar sua compreensão nas relações mais simples até as socialmente mais complexas. O Estado não é o aparelho central e exclusivo de poder, este em seu exercício faz articulações com poderes locais, específicos, circunscritos a uma pequena área e ação (FOUCAULT, 2008, p. 176).

derivada dos prêmios de gestão recebida pela escola⁸, considerando-se ainda sua importância para a educação paraense, atuando há quarenta anos em Belém.

Objeto e Problema de Estudo

Adentrar nesse debate é importante porque a discussão acerca da gestão escolar no Brasil surge a partir de 1970, quando os movimentos sociais passaram a reivindicar o acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Nesse período, o quadro educacional apresentava-se caótico, com alta taxa de evasão, retenção e além de infraestrutura física dos prédios escolares precárias (MEDEIROS; LUCE, 2006). Os educadores, limitados pelo regime militar para a atuação de organizações sindicais e partidárias, viam nos movimentos sociais a única possibilidade para a construção de uma consciência de classe⁹ capaz de mudar aquela realidade.

Já nos anos de 1980, na área educacional, surge o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) como expressão de novas formas de agregação de interesses da sociedade civil¹⁰, que naquele momento reivindicava um projeto para a educação como um todo. Um movimento social, segundo Gohn (2009), pouco estudado na realidade brasileira é o FNDEP, formado inicialmente por 15 entidades criadas no bojo da rearticulação da sociedade civil, ao final dos anos 1970. “Nesse período, as políticas educacionais têm como eixo principal a democratização da escola mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão” (PERONI, 2003, p. 73).

A gestão democrática, a partir do ano de 1980, passou mais efetivamente a fazer parte da agenda dos movimentos sociais, principalmente os formados por professores da educação básica, quer seja pela luta da democratização da sociedade, quer seja pela democratização da gestão e da autonomia escolar, que se tornou a protagonista do fenômeno educacional e a grande responsável pela então melhoria da qualidade da

⁸ Prêmio Referência em Gestão 1998/1999 e Prêmio concedido pela Unesco (2003).

⁹ Consciência de classe designa, para os teóricos marxistas, o conjunto de conteúdos da consciência que, na realidade, são determinados pelo pertencimento a uma classe social e, por conseguinte, pela posição que o sujeito ocupa no sistema econômico. Assim, a consciência de classe de um burguês seria necessariamente contrária à de um proletário, pois seus interesses são divergentes (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 54).

¹⁰ Aqui entendido como formada pelas organizações responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias, compreendendo assim o sistema escolar, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (que se dá pelos jornais, revistas, editoras, meios de comunicação de massa), etc (GRAMSCI, 2001, p. 23).

educação, tendo como um dos elementos norteadores para sua implementação “a eleição para diretores escolares” que passa a ser vista como inovação ou “panaceia” para todos os males da educação (PARO, 2003).

A Constituição Federal brasileira de 1988 foi o marco legal/institucional que trouxe uma inovação para o capítulo da educação ao incorporar a gestão democrática como um princípio constitucional. Contudo, somente após oito anos no âmbito da legislação educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96) no art. 3º inciso VIII repete a fórmula da Constituição Federal que, no inciso VII de seu Art. 206, apresenta com princípio “a gestão democrática do ensino público na forma da lei”, mas na forma da lei significa que a sociedade necessita de lei específica para regulamentar e para definir os detalhes do que seria então a gestão democrática. Caso contrário, as Constituições Estaduais, Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos municípios precisariam adaptar suas legislações ao princípio prescrito na Constituição Federal.

Nos anos de 1990, segundo Ugá (2003), não é alterado o receituário econômico, que segue fiel a doutrina neoliberal. Essa década ficaria marcada, para os países da América Latina, como aqueles em que se aprofundaram o processo de inserção no mercado globalizado e domínio das políticas neoliberais nesse continente.

No campo educacional, Peroni (2003) identifica os três pilares da educação para aquele período: financiamento, avaliação institucional e parâmetros curriculares nacionais. Na análise da autora, essa política é decorrente da internacionalização da política neoliberal como também das orientações de instituições financeiras multilaterais entre elas, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial (BM).

Para Corragio (1999), as orientações propostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM) para a educação, seriam a “redistribuição” de um gasto social decrescente, ou seja, significaria focalizar os programas na população mais pobres. Embora houvesse uma preocupação pelos mais pobres, não se pretendia atacar as causas da pobreza.

As políticas educacionais para a América Latina pensadas pelos organismos internacionais desprezariam a educação de jovens e adultos, e a educação da comunidade, tendo como base os argumentos previstos nas teses do BM que priorizava a

educação escolar na idade adequada (7 a 14 anos). Acerca da mesma assertiva, para Haddad (2008), a educação é encarada pelo Banco como prestação (pública ou privada) de um serviço, e não como um direito de todos na transmissão e troca de saberes, culturas e valores.

Todavia, na esfera mundial, as mudanças ocorridas na política educacional dos anos 90 devem ser também entendidas como parte da redefinição do papel do Estado. No período pós-segunda guerra mundial, o Estado Capitalista tinha o papel de controlar os ciclos econômicos, assumindo o papel de regular direta e indiretamente os acordos salariais, bem como as políticas que eram direcionadas para o setor público, definido por Harvey (2007) como Estado de Bem-Estar Social¹¹.

Esse Estado de Bem-Estar Social não se disseminou da mesma forma em todos os países. Nos países capitalistas periféricos, hoje chamados de países em desenvolvimento a exemplo do Brasil, que viveu o período chamado de “desenvolvimentismo brasileiro”¹², o Estado de Bem-Estar Social nestes países proporcionou poucos ganhos para a maioria da população em termos de qualidade de vida e de melhores condições sociais como garantiu nos países do capitalismo central aos cidadãos daqueles Estados. Alguns autores, como exemplo de Bresser Pereira (1996), afirmavam que o Estado nos anos 90 seria o causador da crise pela qual passava o capitalismo nesse contexto. Nas palavras do autor, o Estado:

[...] tinha se tornado muito grande, aparentemente muito forte, mas de fato muito fraco, ineficiente e impotente, dominado pela indisciplina fiscal, vítima de grupos especiais de interesses, engajados em práticas privatizadoras do Estado (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 16).

¹¹ Estado de Bem-Estar Social é a forma mais avançada de exercício público de proteção social [...] mais constatamos que é o próprio *WelfareState* apresenta uma variedade tão grande de trajetória e formas no seu processo de construção e expansão [...] esses processos, ideias e reformas chegaram também, ainda que de forma tardia (com exceção do Chile) à periferia latino-americana (FIORI, 2011, p. 18).

¹²Usualmente o termo “desenvolvimentismo” remete de imediato às teorias cepalinas e, como fenômeno histórico, em geral é associado no Brasil aos governos a partir da década de 1950, como de Vargas e JK. Numa análise mais abrangente, demonstra-se que mesmo os militares, com o rompimento político havido em 1964, continuaram implementando políticas desenvolvimentistas. Na falta de uma definição mais precisa, o desenvolvimentismo é muitas vezes confundido com outros fenômenos associados a ele em experiências históricas mais típicas: defesa da industrialização e do intervencionismo, que vai desde políticas econômicas expansionistas, pró-crescimento, até o planejamento e a criação de empresas e bancos de fomento estatais, geralmente emoldurados por uma retórica com apelos ideológicos nacionalistas (FONSECA, 2004, p. 225).

Diante disso, entende-se que a crise não é do Estado-Nação institucionalmente construído na Idade Moderna, mas ao contrário, a crise que no contexto se apresenta é do capital com grande perda na sua capacidade acumulativa fazendo o “Estado reagir à dupla crise de perda de poder e perda de legitimidade, mediante a multilateralidade de suas ações e a descentralização de suas instituições” (CASTELLS, 1999, p.148). Portanto, para o entendimento desse novo papel que vem assumindo o Estado, faz-se mister identificar em âmbito mundial quais os principais processos que transformaram a sociedade, a economia e a cultura nos últimos tempos, buscando a compreensão do transbordamento do Estado materializado na crise de legitimidade que sofrem seus representantes e as suas instituições historicamente constituídas.

Ainda para Castells (1999), a nova forma de Estado que vem se configurando para enfrentar os grandes desafios na era da informação é o denominado Estado-rede. Nesse sentido, é interessante concordar com o autor, visto que esta maneira de organização institucional no contexto da informatização da sociedade é o mais eficiente por adaptar-se aos novos problemas advindos da administração pública e gestão política, uma vez que busca dar respostas operacionais à crise estrutural vivenciada pelo Estado e por que não dizer do capital, considerando o novo contexto histórico em que os processos estruturadores da economia, tecnologia e comunicação estão cada vez mais globalizados na medida em que fazem parte de um grupo maior da população, exigindo do Estado maior eficiência e controle social.

Nessa perspectiva, a organização de um Estado-rede traz em si maior flexibilidade no que concerne a operacionalidade e resoluções de questões que desafiam o poder do Estado, valendo-se das novas tecnologias da informação que podem conectar ou desconectar os territórios de acordo com os interesses dos atores hegemônicos no processo de acumulação capitalista (SANTOS, 2008).

Ainda em nível mundial, o Estado passaria a ser máximo para o capital e mínimo para as políticas sociais. De provedor e gestor de políticas sociais para regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação, é forçado ainda a criar um “bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas (HARVEY, 2007).

Considerando a dimensão histórica, é importante destacar que no ano de 1990, o Estado realizou mudanças significativas no setor educacional brasileiro, contemplando todos os âmbitos e níveis da educação, agregando os conceitos de produtividade¹³, eficácia¹⁴, excelência e eficiência¹⁵ que, segundo Oliveira (2006), devem ser incorporados pela educação.

O percurso empreendido se fez necessário para se compreender que as mudanças ocorridas na política educacional e na gestão da educação fazem parte de um movimento histórico maior. As modificações que se processaram na política, e na gestão da educação nos últimos anos foram decorrentes dessas profundas transformações ocorridas no processo produtivo que alteraram significativamente as relações sociais e o padrão de sociabilidade¹⁶.

Diante do exposto, para ampliação das reflexões acerca da gestão escolar, em particular da gestão democrática, se faz necessário refletir sobre o papel do Estado e de suas configurações na implementação das políticas sociais públicas no âmbito de uma sociedade de classe¹⁷.

Ao iniciar o século XXI, os educadores brasileiros passam a intensificar um amplo movimento envolvendo a sociedade política e diversos setores da sociedade civil, reivindicando o fortalecimento da escola pública estatal e a plena democratização da gestão educacional, como eixo do esforço para se universalizar a educação básica. Essa exigência antiga de diversos segmentos sociais do país vai culminar na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) (VALENTE; ROMANO, 2002).

O PNE foi aprovado em 09 de janeiro de 2001, quando o Presidente da República da época Fernando Henrique Cardoso (FHC 1995 – 2002) sancionou com nove vetos a

¹³ Segundo Fidalgo; Machado (2006), significa rendimento, possibilidade de alcançar a máxima produção com menores tempos e menores custos. Embora possa referir-se, também, à produtividade da terra ou do capital, a expressão é mais aplicada ao uso do trabalho.

¹⁴ Compreende-se por eficácia a capacidade que uma atividade tem de produzir efeitos desejados ou para atingir resultados esperados (FIDALGO; MACHADO, 2000, p. 140).

¹⁵ Eficiência, por sua vez, indica o grau de esforço empregado para produzir efeitos e atingir resultados com o mínimo de esforço despendido (FIDALGO; MACHADO, 2000, p. 140).

¹⁶ O padrão de sociabilidade que emerge dessa mudança será sempre provisório, expressando o estágio das relações de produção e de desenvolvimento das forças produtivas, pois ao mesmo tempo em que os homens se afirmam como seres singulares se afirmam também como seres coletivos, “conformistas de algum conformismo” (GRAMSCI, 1999, p. 94).

¹⁷ Em seu sentido sociológico, significa, numa sociedade determinada, o estrato ou grupo de indivíduos que possui, sem nenhuma existência legal, a mesma condição legal. Ex: a classe burguesa, a classe operária (JAPIASSÚ E MARCONDES, 2008, p. 47).

Lei 10.172/2001. Entretanto, o documento aprovado não materializou o projeto democrático e popular como queria a sociedade, pois, de acordo com Dourado (2007), o PNE do governo insistia na permanência da atual política pública educacional imposta pelo BM. Em conformidade com Valente e Romano (2002), o governo majoritário no Congresso acabou desfigurando o projeto originário da sociedade, reduzindo-o a uma carta de intenções. O PNE surge então no momento de notável importância da participação popular, resultante em boa medida da pressão social produzida pela FNDEP. Nesse sentido, mais uma vez o fórum reafirmou seu papel de defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Segundo estudos realizados por Dourado (2007), o plano aprovado para 10 anos recomendava que fossem realizadas avaliações com a participação da sociedade, mas que não se efetivou na prática. Da mesma forma, pesquisas parciais foram desenvolvidas envolvendo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Câmara dos Deputados. Ademais, segundo o mesmo autor, havia carência de estudos e pesquisas coordenadas pelo próprio FNDEP, assim como pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Entretanto, apesar do Plano não expressar as aspirações da sociedade brasileira, e ter sido entendido como mera carta de intenções, e não como uma política de Estado, é inegável a importância da atuação do FNDEP como também da sociedade civil, e de outras entidades como a ANPEd, na luta pela defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, e sobretudo pela democratização da sociedade brasileira.

Atualmente, a partir da segunda década dos anos 2000, a luta pela democratização continua. Entre os dias 28 de março a 1º de abril de 2010, foi realizada a Conferência Nacional de Educação (CONAE) que se configurou como um amplo movimento envolvendo a sociedade política e diversos setores da sociedade civil vinculados à educação para discutir os rumos da educação brasileira. Dentre essas várias instituições destaca-se novamente o FNDEP e outras instituições de pesquisa como a ANPEd que estão retomando a discussão acerca da construção de um novo PNE.

No dia 28/02/2011 foi rearticulado o FNDEP, liderado pelos empresários, com a finalidade de definir por consenso posição política frente ao novo PNE para a década de

2011-2020 proposto no Projeto do Executivo Federal (PL nº 8.035/2010)¹⁸. A ANPEd também lançou um documento em que faz sugestões à proposta do PNE como uma política de Estado. Dentre as reivindicações, o documento prescreve:

c) gestão democrática do ensino e das instituições educativas tendo como instrumento a eleição de diretores e a existência de conselhos escolares ou colegiados deliberativos, dentre outros (ANPED, 2011, p. 18).

Mais uma vez, a eleição de diretores aparece como o principal instrumento de luta em favor da gestão democrática das instituições escolares bem como de seu sistema de ensino. E hoje a sociedade continua a presenciar municípios e estados que não estabeleceram qualquer tipo de procedimento democrático para a escolha de seus diretores. Portanto, a questão da democratização da educação, embora já faça parte da agenda educacional desde a década de 1970, e tenha seu marco legal/institucional nas décadas de 80, 90 e na atual década, está longe de ser equacionada. A esse respeito, Ferreira afirma que:

[...] a gestão democrática da educação é hoje, um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora ainda não totalmente compreendido e incorporado à prática social e global e à prática educacional brasileira e mundial. É indubitável sua importância como um recurso de participação humana e de formação para a cidadania. É indubitável sua necessidade para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É indubitável sua importância como fonte de humanização (FERREIRA, 2008, p. 167).

No processo de construção da gestão democrática, as eleições diretas para dirigentes escolares ou outros mecanismos tidos como instrumentos de gestão democrática como a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP), consolidação do Conselho Escolar (CE), mecanismos estes que atuam a partir da regra

¹⁸ A retomada das atividades do Fórum foi definida por entidades do campo educacional, cujos presidentes ou seus representantes estiveram reunidos no III Seminário de Educação Brasileira (III SEB) realizado na Unicamp, em Campinas (SP), promovido pelo CEDES. Estiveram presentes as seguintes entidades: AELAC (Associação de Educadores Latino-americanos e do Caribe); ANDE (Associação Nacional de Educação); ANDES-SN (Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior); ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação); ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação); ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação); CEDES (Centro de Estudos de Educação e Sociedade); CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica). Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br/manifesto_informativo.pdf. Acesso em 20.12.2011.

da maioria, não representam necessariamente o fundamento da democracia, mas podem ser um caminho para democratização da gestão e da educação. Percebendo esse movimento, Araújo (1995, p. 139) diz que:

É preciso ter clareza de que nenhum instrumento de mediação colocado hoje numa perspectiva democratizante terá força ou significado se a ele não vincularmos o engajamento e perspectivas de participação [...]. Para que os instrumentos de mediação de democracia sejam experimentados e para que esta se construa paulatinamente no exercício de sua prática, é necessário que ela seja efetivamente compreendida como um valor e como um processo.

Vale ressaltar que as políticas educacionais no Brasil vêm sendo demarcadas por importantes mudanças, destacando-se, sobretudo, as de ordem legal/institucional. Mesmo antes da Constituição Federal de 1988 já havia intenso movimento de luta pela democratização da educação e da escola que foi aprisionado pela ditadura e só se espalhou pela sociedade depois da abertura política. Contudo, a promulgação de uma lei não garante a implantação da gestão democrática nas instituições de ensino conforme prevê o art. 206 da CF/88.

Na Carta Magna e na Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) também adota o princípio da gestão democrática no que diz respeito à educação nacional. Daí essas leis apresentarem-se como um marco para as políticas educacionais no país e, conseqüentemente, para as políticas de democratização da escola e da gestão escolar. Nesse sentido, a CF de 1988 prescreve que se vive em um Estado democrático de direito, assim como a Lei da educação 9394/96 que trouxe o princípio da gestão democrática como uma política educacional também de direito.

Contudo, em linhas gerais, os fundamentos da gestão democrática não podem se pautar apenas em decretos e portarias, haja vista que a gestão democrática é construção coletiva que deve ser edificada para contemplar os interesses de todos os segmentos que constituem a comunidade escolar. Assim, os fundamentos da gestão devem ser orientados pelos preceitos democráticos que se caracterizam pelo reconhecimento da importância da autonomia e participação, enquanto fundamento da gestão democrática plena daqueles que constroem o movimento educacional.

Para Frigotto (1995), a educação enquanto prática social não engloba apenas a escolarização e não deve estar submetida à lógica utilitarista do mercado. Entendida

dessa forma, a escola deve resgatar o seu papel político, institucional e social. É nesse contexto que se inserem as lutas em prol da democratização da educação e da escola, o que, conseqüentemente, remete a sociedade à problematização, dentre outras, das formas de gestão e provimento do cargo de dirigente escolar enquanto canal de democratização das relações escolares.

No Brasil, nas últimas décadas, evidenciando aqui especialmente o Estado do Pará, a eleição direta para diretores escolares trouxe à tona novos desafios para as políticas educacionais, destacando-se nesse cenário as lutas em prol da democratização da educação e da escola. As formas de provimento do cargo para a função de diretor escolar podem ser definidoras para o nível de comprometimento do dirigente com a organização e a gestão escolar. Escolher os diretores escolares é uma ação essencialmente política (DOURADO, 2000; PARO, 2008, 2003), seja na adoção das eleições, seja por meio das indicações, ou seleção, com ou sem concurso público, trata-se sempre de uma ação política.

Analisando as formas e propostas mais usuais de gestão das escolas públicas do sistema educacional brasileiro, é oportuno fazer referência aos estudos de Dourado (1999). Segundo pesquisa realizada pelo autor, as formas de provimento do cargo de diretor mais comuns são: a) diretor livremente indicado pelos poderes públicos (Estados e Municípios); b) diretor de carreira; c) diretor aprovado em concurso público; d) diretor indicado por listas tríplice ou sêxtuplas e, e) eleição direta para diretor.

Em relação às escolas estaduais do Pará, essa realidade descrita acima passou a ser modificada a partir da Lei nº 6.170 de 1998, e mais recentemente por meio da Portaria nº 04/2009 – GS – SEDUC e reafirmada pela nova portaria nº 034/2010 – GS¹⁹ – SEDUC. As últimas portarias são ações do denominado Governo Popular (Governo do PT – Governadora Ana Júlia Carepa de 2007 a 2010) por meio da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC).

Ao regulamentar a eleição direta para dirigentes escolares da rede pública estadual de ensino, o documento de orientações gerais para a implementação da gestão democrática nas escolas do Estado do Pará respondeu às lutas do magistério travadas a partir da década de 1980, quando a maioria dos educadores desse Estado passaram a

¹⁹ Site Oficial da Secretaria de Estado de Educação.
<http://www.seduc.pa.gov.br/portal/inedex.php?action=noticia.show&idnoticia>. Acesso: 18 mai., 2011.

reivindicar políticas públicas educacionais voltadas à democratização da gestão da educação pública. Mesmo nesse governo que se denominou democrático, as eleições para diretores de escolas estaduais no Pará se efetivaram de fato somente nos últimos dois anos do mandato da então governadora Ana Julia Carepa.

O documento de orientações gerais elaborado em 2009 foi sistematizado a partir das discussões estabelecidas pelos componentes do Grupo de Trabalho “GT da Gestão Democrática” da mesa permanente de negociação, constituída a partir da celebração do acordo em 27/08/08, entre o governo do Estado do Pará, por meio da SEDUC e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Pará (SINTEPP), com a finalidade de discutir os principais temas da Educação estadual e apresentar propostas de enfrentamento aos problemas da realidade educacional paraense, para buscar superá-los. Esse movimento foi fruto da I Conferência Estadual de Educação realizada em janeiro de 2008 que culminou com a elaboração de tal documento.

Compreende-se que um processo democrático não existe por lei ou normas instituídas (embora sejam necessárias para tal garantia), mas ele vai se instituindo a partir da consolidação das práticas cotidianas por meio da participação dos atores nos diferentes espaços sociais de forma democrática e articulada Estado/sociedade civil. Entretanto, a defesa da eleição direta para diretores escolares vincula-se à crença de que o processo implica uma retomada ou conquista da decisão sobre os destinos da gestão. A esse respeito PARO (2013) manifesta-se da seguinte forma:

[...] a eleição de diretores, como todo instrumento de democracia, não garante o desaparecimento dos conflitos: constitui apenas uma forma de permitir que eles venham à tona e estejam ao alcance da ação das pessoas e dos grupos para resolvê-los. Democracia não é panaceia: é apenas um meio – o mais avançado, socialmente, até hoje criado pelos homens – a partir do qual, indivíduos e grupos põem-se em relação para encaminhar, de forma civilizada e autônoma a solução de seus problemas (PARO, 2003, p. 124).

Apesar da eleição direta para gestor escolar ser garantida por preceito legal desde 1988, isso não se traduziu em realidade em todas as escolas estaduais. E hoje, com a mudança para um novo governo do (PSDB) – Partido Social Democrata Brasileiro, não se sabe qual política está sendo adotada pela administração, porque as políticas de governo talvez não se tornem políticas de Estado (REZENDE, 2004).

Por tudo isso e para que se possa continuar investigando os processos de democratização das relações de poder no sistema educacional paraense, decidiu-se pela pesquisa sobre o processo de implantação das eleições diretas para diretores na rede estadual de ensino do Pará. Isso por se considerar a eleição de diretores como um dos instrumentos fundamentais para a democratização da gestão, visto que os fundamentos da gestão devem ser orientados pelos preceitos democráticos que se caracterizam pelo reconhecimento da importância da participação e autonomia, enquanto princípios da gestão democrática plena daqueles que constroem o movimento educacional.

Nesse sentido, é que se procurou responder as seguintes questões que nortearam a pesquisa:

- De que modo às eleições diretas podem contribuir para a construção da gestão democrática na escola?
- Como se deu o processo de implantação das eleições diretas para provimento do cargo de diretor da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brigadeiro Fontenele, do ponto de vista do Sistema e da comunidade escolar?

A partir do exposto, compreender as manifestações concretas destas questões na referida escola constituiu a especificidade desta pesquisa, que intencionou com isso contribuir com os debates acerca da construção da gestão democrática no cenário educacional brasileiro, com ênfase no estado do Pará. Em face desse propósito, foram definidos como objetivos da pesquisa, de modo geral: analisar o processo de eleição direta para diretores escolares por meio da experiência ocorrida na E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele como um instrumento de construção da gestão democrática e, mais especificamente: identificar e analisar de que modo às eleições podem contribuir para o processo de construção da gestão democrática na escola; bem como identificar e analisar como se deu o processo de implantação das eleições diretas para o provimento do cargo de diretor, levando em consideração o sistema e a comunidade escolar.

Percurso Teórico-Metodológico

A investigação busca compreender as especificidades do processo de implantação da eleição direta para provimento de cargo de diretor das escolas do Estado do Pará e seus desdobramentos. Precisamente, se intenciona explicitar os processos (existem os processos formais – o marco legal do pleito – e cotidianos – a organização dos candidatos, os debates, a conquista dos votos e a eleição) que dão existência formal e sustentação efetiva ao pleito eleitoral da gestão escolar, buscando aprofundar os estudos sobre aspectos importantes como, a participação dos sujeitos educacionais (professores, corpo técnico, alunos, pessoal de apoio e outros) e as relações de poder presentes na instituição.

Dada às características do objeto que se deseja compreender e o tipo de dado recolhido, optou-se pela abordagem qualitativa, a qual pressupõe a investigação das intencionalidades dos sujeitos educacionais, a partir de seus discursos, ações, omissões e percepções. Para André (2008), é comum se encontrar trabalhos que se definem como “qualitativos” simplesmente por não usar dados numéricos ou por usar técnicas de coleta consideradas qualitativas como, por exemplo, a observação. No entanto, é um exagero e uma atitude equivocada considerar qualitativo qualquer estudo, seja ele bem ou mal planejado, desenvolvido e relatado, o que pode levá-lo a um total descrédito da abordagem qualitativa.

Justifica-se a utilização desse tipo de pesquisa por acreditar que a mesma possibilitou a obtenção de dados mediante a inserção da pesquisadora no espaço escolar da E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele, o que permitiu a consecução dos objetivos traçados, como por exemplo, a compreensão dos fenômenos eleitorais de escolha dos gestores da referida escola. De acordo com Minayo (2008, p. 7):

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. [...] Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo. Por isso, é também utilizado para a elaboração de novas hipóteses, construção de indicadores qualitativos variáveis e tipologias.

A partir das descrições da realidade pesquisada, por meio da investigação qualitativa foi possível identificar e analisar o processo eleitoral vivenciado pela escola, a qual passou a ser o caso escolhido para estudo, buscando sempre compreender se esse processo eleitoral possibilitou a construção de espaços de diálogos e de edificação da gestão democrática. Dado ao fato que para Godoy (1995), o estudo de caso tem como objeto a análise profunda de uma unidade de estudo, afirmando peremptoriamente que esta estratégia de pesquisa visa examinar detalhadamente um ambiente, de um sujeito ou de uma situação particular.

A literatura consultada apresentou vários tipos de classificação de estudo de caso, dentre as quais se escolheu a de Stake (1983), que identifica três tipos de estudo de caso: o estudo de caso intrínseco, o estudo de caso instrumental e o estudo de caso coletivo. Para realizar a pesquisa optou-se por utilizar o estudo de caso do tipo instrumental, do qual se indica abaixo um exemplo:

[...] se um pesquisador quer investigar como se dá o processo de apropriação de uma reforma educacional no cotidiano escolar, pode escolher uma escola para conduzir a investigação. O foco não é a escola em si, mais os *insights* que o estudo exaustivo de uma unidade podem trazer para o entendimento dos modos de apropriação das reformas pelos atores escolares. Nessa situação, pode-se utilizar como métodos de coleta de dados: entrevista individual e coletiva com professores, análise de documentos legais e de documentos escolares, observação de reuniões dentro e fora da escola (ANDRÉ, 2005, p. 20).

De acordo com tal concepção, considera-se que esse tipo de estudo permite a apreensão de uma unidade específica, no caso, a eleição direta na E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele, realidade localizada que apresentou especificidades próprias de seu cotidiano, mas que também manifestou aspectos gerais e reveladores da realidade eleitoral de grande parte das escolas estaduais do Pará. Também, acredita-se que a partir desse caso novas perspectivas e *insights* poderão surgir quanto ao pleito eleitoral, elemento importante para a efetivação dos princípios democráticos da gestão escolar.

Enfim, este tipo de pesquisa possibilitou a compreensão a partir de análise sistemática acerca das relações de poder que se estabelecem durante o processo eleitoral, assim como as peculiaridades do processo de construção da gestão democrática em espaços específicos, como o caso da eleição direta para diretores da Escola Brigadeiro Fontenele, sem a pretensão de propor generalizações ou modelos explicativos de gestão

democrática, mas se considera que o caso estudado possa revelar realidades escolares em escala mais abrangente, pois nenhum caso particular é completamente independente de relações sociais, políticas e econômicas gerais.

Instrumentos, Técnicas de Coleta e Tratamento dos Dados

O instrumental de pesquisa utilizado para o recolhimento das informações do caso selecionado como objeto de análise esteve em consonância com os princípios da pesquisa qualitativa. O primeiro momento da investigação referiu-se à revisão bibliográfica que, segundo Mazzotti (2006), “[...] é um aspecto essencial à construção do objeto de pesquisa se quisermos produzir conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento teórico-metodológico”. A revisão bibliográfica possibilitou a construção de análises, a partir de algumas categorias centrais que se elegeu durante a pesquisa como: democracia²⁰, participação²¹, relações de poder²² e de autonomia²³.

O aprofundamento dos estudos sobre a categoria democracia foi uma etapa fundamental para elucidar a eleição direta como instrumento para a consolidação de processos que se encaminhem no sentido democrático. Do mesmo modo, foi muito importante o estudo acerca da gestão democrática e de alguns outros mecanismos como o PPP, o CE, o Grêmio estudantil que são essenciais para a sua construção, considerando a necessidade de participação da comunidade escolar, a qual só aprende na prática do diálogo. Nessa perspectiva, as teorias defendidas por autores como Benevides (2002); Bobbio (2009a; 2009b); Coutinho (1980; 2002); Oliveira (2001; 2002; 2003); Wainwright (2005); Dourado (2007; 2006; 1990); Hora (2007); Paro (2010; 2008; 2007a; 2007b; 2003a; 2003b; 2001a; 2001b); Santos (2009; 2008; 2004; 2001; 2000; 1999); Gohn (2007); Gutierrez (2006; 2004); Lima (2008) e Pateman (1992) foram determinantes para o entendimento e o sentido dos principais conceitos utilizados na dissertação.

No intuito de caracterizar a eleição direta para diretores de escolas como um instrumento de implantação da gestão democrática na E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele, optou-se por utilizar uma integração de recursos, características do estudo de

²⁰ Categoria conceituada na página 50.

²¹ Categoria conceituada na página 58.

²² Categoria conceituada na página 120.

²³ Categoria conceituada na página 60.

caso, considerando a adoção de diversos mecanismos para a coleta de dados como a investigação documental e entrevistas semiestruturadas.

Segundo Oliveira (2008), o uso de documentos em uma investigação científica contribui bastante para o aprofundamento de um conhecimento relativo a uma realidade pesquisada. Nesse sentido, foram analisados os seguintes documentos: a Lei nº 6.170/98 que regulamenta o Sistema Estadual de Ensino do Pará; as Portarias nº 04/2009 e 034/2010 que estabelecem a implementação da gestão democrática nas escolas estaduais no Pará; o PPP da escola em questão que prescreve a filosofia da instituição, sendo o seu documento de identidade, o livro de atas do processo eleitoral para a escolha da equipe gestora da escola pesquisada, e por fim o livro de ata do Conselho Escolar.

A partir da análise dos documentos acima descritos foi possível realizar inferências acerca da problemática levantada, especialmente no que concerne às atas de reuniões, devido ao fato de revelar como se deu o processo de implantação da gestão democrática como também a participação da comunidade escolar nas decisões da instituição.

Para o alcance dos objetivos propostos nessa pesquisa, foi importante o uso de mais um tipo de instrumento de investigação - a entrevista, que se constitui como um dos procedimentos mais usuais em pesquisa de campo, já que tem como vantagem o fato de servir como meio de coleta de dados, possibilitando que esses dados sejam analisados quantitativa e qualitativamente. Sendo um recurso de fácil manuseio pode ser utilizada em qualquer segmento da população, inclusive nas classes menos favorecidas intelectualmente, e se constitui como técnica muito eficiente para obtenção de dados referentes ao comportamento humano (PÁDUA, 2007, p. 70).

Para essa pesquisa, optou-se pelo tipo de entrevista semiestruturada, que nas palavras de Pádua (2007, p. 71),

[...] o pesquisador organiza um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado [...], podendo permitir e até incentivar, [...] que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramento do tema principal [...].

A opção por esse tipo de entrevista se deu também porque permite a obtenção de dados comparáveis entre vários sujeitos. Assim, partiu-se do pressuposto de que a

entrevista semiestruturada possibilita a aquisição de informações mais profundamente desenvolvidas pelo entrevistado, já que possibilita, a partir de uma pergunta guia, um grau maior de liberdade para o sujeito entrevistado discorrer sobre um tópico proposto, principalmente quando se encontra efetivamente envolvido com o assunto em debate. “Parte-se assim da ideia de que a pessoa interrogada é a mais apta a explorar o campo do problema que lhe é colocado, em função do que ela pensa e sente” (MICHELAT, 1985, p. 82).

Compreende-se que a busca da análise da eleição de diretores como possibilidade para a construção da gestão democrática na E. E. E. F. M. B. F. pressupõe também ouvir as vozes dos sujeitos que produzem a práxis social no interior da instituição escolar. Portanto, a entrevista, deve permitir [...] ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 134).

Em princípio, as entrevistas foram realizadas nos três turnos, e o critério para a escolha dos entrevistados levou em conta o tipo de participação que tiveram no processo eleitoral, categorizando os grupos da seguinte forma: os que vivenciaram o processo eleitoral, assim como os que presenciaram a gestão indicada e a gestão eleita e os profissionais mais antigos da instituição, e ainda com cuidado ética da pesquisa utilizou-se o termo de consentimento e livre e esclarecimento com os sujeitos entrevistados.

A escolha desses critérios foi intencional, todavia, fez-se necessário que as entrevistas pudessem apreender a diversidade das situações em que ocorreu a eleição, bem como a compreensão da realidade em que se encontra a escola na luta pela construção da gestão democrática para que a síntese obtida também refletisse a realidade da instituição pesquisada.

Os sujeitos entrevistados foram no total de 17, assim distribuídos:

Quadro 01 – Sujeitos Entrevistados.

Sujeitos Entrevistados	Quantidade
Órgão do sistema (SEDUC) – EX - Secretária Adjunta de ensino	01
Comissão eleitoral – Coordenador - Professor	01
Conselho escolar – Coordenador - Professor	01
Grêmio estudantil	02
Professores	03
Aluno do Ensino Fundamental	01
Aluno do Ensino Médio	01
Aluno da EJA	01
Comunidade	01
Equipe gestora (três vice-diretores, uma coordenadora pedagógica e a secretária da escola)	05
Total	17

Vale ressaltar a ausência da entrevista com a diretora da escola. Foram muitas as tentativas para entrevistá-la, mas não se logrou êxito, pois a resposta era sempre negativa em função de não dispor de tempo para concedê-la. Quanto aos outros participantes, as entrevistas foram identificadas por categorias e por ordem numérica para preservar a identidade dos informantes. Por meio das referidas entrevistas foi possível alcançar os objetivos propostos sobre o processo de implantação da eleição direta para diretores na Escola Estadual Brigadeiro Fontenele.

A realização de registros fotográficos, com utilização de câmera digital, constituiu-se também em um momento importante no contexto da aquisição das informações. Vale ressaltar que a fotografia, enquanto instante racionalmente estacionado, constituiu-se em uma maneira importantíssima de comunicação não verbal, no âmbito dessa dissertação (MAUAD, 2004). Corroborando essa afirmação, Edwards (1997) mostra que a imagem fotográfica pode ser vista como parte da estratégia de recolhimento das evidências produzidas, a qual se apresenta como necessária, não apenas pela produção da imagem em si, vista como um texto expresso em luz, mas também pela problemática que se pretende demonstrar e se aprofundar.

Após o olhar e o ouvir no cotidiano do espaço institucional da escola selecionada como objeto da investigação, procedeu-se ao processo da escrita no espaço denominado por Oliveira (1996) de gabinete²⁴, chegando ao seguinte formato: No **primeiro capítulo**

²⁴ Oliveira (1996) fala do gabinete para indicar o processo de escrita que se dá em um momento e em um espaço diferente dos registros feitos no tempo da pesquisa. Para o autor é neste momento que sofremos as influências

abordou-se a construção do conceito de democracia com a finalidade de identificar a configuração que a definição foi assumindo em diferentes contextos históricos, sua repercussão no Brasil e na gestão escolar. Discutiu-se ainda a relação entre educação e democracia, e a participação como fio condutor no processo de construção da gestão democrática.

No **segundo capítulo** realizou-se uma sucinta incursão acerca da eleição direta para diretores na rede estadual no Pará, e posteriormente analisou-se o contexto histórico em que se deu a seleção para diretores no Brasil. Ainda nesse capítulo se abordou a discussão acerca da gestão democrática e seu marco legal/institucional, bem como essa nova forma de gerir a escola pública que se tornou a política de democratização da gestão e da educação.

No **terceiro capítulo**, procedeu-se à apresentação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brigadeiro Fontenele e o contexto histórico que fez dela uma referência nacional em gestão. Para isso, realizou-se uma breve descrição da instituição na atualidade, considerando os programas e projetos em nível Federal, Estadual, e projetos locais desenvolvidos pela escola. O capítulo também abordou o processo eleitoral na instituição e o significado desse momento para o órgão do sistema e para a comunidade escolar. Analisou-se ainda por meio de entrevistas e de análise de documentos o nível de participação da comunidade escolar, bem como as relações de poder existentes na escola.

Por fim, foram apresentadas as aproximações conclusivas, estabelecendo uma relação dialógica entre os pressupostos teóricos, as questões de pesquisa e algumas aproximações conclusivas. Longe de ser definitivo, o conhecimento que se apresentou não tem a pretensão de explicar ou registrar conclusões acabadas. Mas, em forma de reflexões, a sistematização de um estudo de caso que muito mais que respostas, aponta para outras perspectivas sobre o complexo e dinâmico processo sócio educacional.

Embora se pudesse inferir por meio da pesquisa realizada que a eleição direta para diretor escolar é o caminho para construção da gestão democrática, a estrutura hierárquica tradicional da escola e a própria organização pedagógica não permitiram uma mudança nas relações de poder, devido ao fato de o trabalho educativo da escola

próprias da academia, da comunidade acadêmica, dos professores, etc. o que nos levam a operar cisões, fazer nossas escolhas etc.

continuar centralizado na figura do diretor. Assim, as concepções e práticas apresentadas pela gestão eleita demonstraram um desacerto com a democracia, haja vista, que não possibilitou a construção de canais de efetiva participação, e de autonomia na escola, comprometendo assim, a construção da gestão democrática.

Em conformidade com o que se percebe na prática, considera-se que a forma autoritária de conduzir a escola pode reforçar a sociedade excludente e inibir uma proposta de educação libertadora do homem enquanto um agente político, que pensa, age se transforma e transforma o mundo a sua volta. Por fim, avalia-se que para a efetiva democratização da gestão, os segmentos que constituem a comunidade escolar necessitam de novos referenciais de formação para os gestores escolares, pois o cenário político e econômico e social impõe novas práticas gestoras.

CAPÍTULO 1 “DEMOCRACIA OU DEMOCRACIAS”

Democracia sem educação e educação sem liberdade são antinomias, em teorias que se desfechem, na prática, em fracassos inevitáveis.

(Anísio Teixeira, 1936).

Neste capítulo, realizou-se de uma revisão bibliográfica acerca do conceito de democracia e seus reflexos na gestão do Estado brasileiro, para se chegar a abordar a relação entre democracia e educação como algo indissociável, e que caminham juntas, bem como a relação entre democracia e participação. Assim, intenciona-se identificar que a democracia, assim como a participação, é um constante aprendizado da “práxis”²⁵, que só encontra terreno fértil em ambientes abertos ao diálogo.

1.1 – A Polissemia de um conceito

Repensar o processo de construção da democracia no Brasil significa refletir sobre um conceito, cuja definição continua a ser imprecisa como também um dos assuntos mais polêmicos da ciência política. Coutinho (2002), ao analisar a questão, ressalta que boa parte da discussão teórico-política ou ideológico-política no mundo de hoje é uma discussão centrada em torno da definição de democracia.

Analizando o contexto brasileiro, questiona-se em que momento se pode falar em democracia? Para encontrar respostas a essa indagação, é necessário primeiramente se resgatar alguns conceitos construídos historicamente sobre o que vem a ser democracia. De acordo com Dahl (2001), a temática é discutida há mais ou menos 2.500 anos, sem que isso ocorra ininterruptamente e venha se desenvolvendo gradativamente desde seu surgimento. Na verdade, “[...] o rumo da história democrática mais parece uma trilha de um viajante atravessando um deserto plano e quase interminável, quebrada por apenas alguns morrinhos, até finalmente iniciar a longa subida até a altura no presente” (DALH, 2001, p. 19). Com respeito à construção do seu significado:

²⁵Toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis. Quando Marx assinala que o idealismo, ao contrário do materialismo, admite o lado ativo da relação sujeito objeto, e ao enfatizar, por sua vez seu defeito - não ver essa atividade como prática -, ele nos previne contra qualquer tentativa de estabelecer um sinal de igualdade entre atividade e práxis. Daí que, para delimitar o conteúdo próprio desta última e sua relação com outras atividades, seja preciso distinguir a práxis, como forma de atividades específica, de outras que podem estar inclusive intimamente vinculadas a ela (VÁSQUEZ, A., 2007, p. 219).

[...] a democracia pode ser considerada, como de resto todas as demais formas de governo, com sinal positivo ou negativo, isto é, como uma forma boa, e, portanto a ser louvada e recomendada, ou como uma forma má, e, portanto a ser reprovada e desaconselhada (BOBBIO, 2009, p. 139).

Durante toda a história do pensamento político, esse percurso tem sido feito considerando a disputa pró ou contra a democracia. Todavia, na concepção de Coutinho (2002), em vários momentos históricos, o conceito de democracia foi reduzido ou empobrecido. Mesmo com todas as variações do conceito de democracia como uma forma boa ou má, dificilmente um governo se apresenta como antidemocrático ou contra a democracia.

Resgatando um pouco desse percurso, é identificado na antiguidade, segundo a tradição dos clássicos, que a democracia: “[...] é a forma de governo na qual o poder é exercido por todo o povo, ou pelo maior número, ou por muitos” (BOBBIO, 2009b, p. 137). Nesse momento da história, é reconhecido o conceito de governo relacionado ao valor numérico. De acordo com o número de pessoas ligadas a determinado governo, ele recebe a classificação.

Segundo Bobbio (2009), os gregos identificam três formas de governo: a monarquia, a aristocracia e a democracia. Apesar de existirem diferenças quanto à maneira de conceituar a democracia, a base numérica está presente na concepção de diversos pensadores. O referido autor ao analisar o pensamento dos gregos reconhece que, para Platão a democracia seria o poder da multidão, assim também para Aristóteles o governo era baseado também em números, e acreditava que o poder soberano deveria ser exercido por um só, por poucos ou por muitos.

Entretanto, Aristóteles, avança em sua análise quando acrescenta a classificação com respeito aos diversos modos de governar o que ele chama de “forma boa” e “forma má”. A democracia para esse pensador se apresentava como uma forma de governar “má”, e indica uma nova forma de governar que chama de (politéia) (BOBBIO, 2009b, p. 137). Ainda em Bobbio (idem), nos textos fundamentais da teoria clássica, extraído do sexto livro das Histórias de Políbio, existem três formas de governo chamadas respectivamente: reino, aristocracia e democracia. Mais uma vez, o termo democracia designa o governo da maioria na sua forma boa, pois, Políbio designa a forma má como “oclocracia”.

Portanto, na Grécia antiga, apesar das várias distinções acerca do que seja a democracia, em geral o termo é caracterizado como um governo dos muitos com respeito aos poucos, um governo da maioria com respeito a uma minoria. É esse conceito simples e constante que, segundo Bobbio (2009b), chega até os dias de hoje sem interrupção. Para o autor, o conceito pode ser encontrado no “Defensor Pacis” de Marsílio de Pádua, nos “Discursos sobre a primeira década” de Maquiavel, no “Da República” de Bodin, nas obras políticas de Hommes, em Spinoza, em Locke, em Vico e, em particular no que diz respeito ao exercício do poder no “Contrato Social” de Rousseau.

Em relação à cidade de Atenas, a democracia era formada pelos princípios de isonomia, isotimia e isogaria. O princípio de isonomia diz respeito ao princípio da igualdade de todos perante a lei sem quaisquer distinções de grau, classe ou riqueza; a isotimia era o princípio que assegurava o livre acesso aos cargos e funções públicas independente de títulos ou funções hereditárias, e por fim a isogaria garantia o direito de palavras para todos aqueles que quisessem colocar seus pensamentos e opiniões nas assembleias populares (BONAVIDES, 2004).

Na opinião de Wood (2006), o tema relacionado ao direito da palavra, ou seja, à “igualdade” e à “liberdade de expressão” é recorrente não só na Grécia antiga, mas também nos debates sobre a democracia ao longo da história ocidental. Na democracia ateniense, um dos princípios primordiais se sustentava na capacidade e no direito de tais pessoas de realizarem julgamentos políticos e de falarem sobre eles em assembleias públicas.

Contudo, esse conceito está bem distante do que se conhece hoje por “liberdade de expressão”. No presente tem a ver com a ausência de expressão que, segundo a autora acima citada, não encontra paralelo no vocabulário político da sociedade, já que esta participa hoje de uma democracia representativa, na qual o momento do sufrágio universal não representa a essência da democracia, são momentos em que o indivíduo está em situação de completo isolamento, diferente da democracia ateniense, na qual as assembleias eram os espaços da coletividade, da discussão e do diálogo.

Em Atenas, o ideal democrático se assentava em uma cidadania ativa e sobre a distribuição do poder de classe, porque concedia poder político ao povo formado por

trabalhadores e pobres. Os atenienses participavam ativamente da vida política, enfraquecendo assim o poder de opressão em relação ao poder econômico dos ricos e abastados. Já na realidade atual as pessoas não possuem liberdade econômica, haja vista que os trabalhadores que não são donos dos meios de produção são obrigados a vender sua força de trabalho para sua subsistência. Na democracia ateniense o poder político e o econômico estavam atrelados da mesma maneira (WOOD, 2007, p. 285).

Segundo Comparato (2007), ainda nesse mesmo período, surgiu a República em Roma, que no latim significa: *res*, coisa, e *publicus*, público, que representa, portanto, coisa pública. O sistema de governo naquele período estava restrito apenas aos patrícios para depois se estender à plebe, assim como na Grécia que era restrito apenas aos homens livres.

Em relação a essa experiência, Comparato (2007, p. 42) considera que o primeiro exercício de democracia participativa aconteceu em Atenas no século VI a. C. Em Atenas, o povo governava a si mesmo através de instituições que garantiam essa cidadania ativa, limitando o poder dos governantes. Conforme o autor, era o povo que tomava as grandes decisões políticas, elegia seus representantes e movia ações criminais contra os dirigentes políticos que violassem a constituição da cidade, limitando assim o poder dos governantes.

Vale ressaltar, que essa experiência se deu em territórios pequenos e, posteriormente com a criação dos estados nacionais e também com o desenvolvimento do comércio e da indústria, passaram a surgir algumas barreiras para a manutenção do regime que iriam sofrer algumas modificações em seu formato.

Na idade moderna, Bounicore (2006) reconhece que os pais da democracia foram Lock, Mill, Tocqueville e os federalistas norte-americanos, mesmo que alguns fossem contra o sufrágio universal, o direito de organização e chegassem até a justificar a escravidão. Entre os liberais existiam aqueles que buscavam colocar um sinal de igualdade entre democracia e soberania popular, eram Rousseau e Robespierre.

O pensador Jean-Jacques Rousseau, em sua obra “O contrato social”, faz uma crítica ao liberalismo e propõe uma sociedade alternativa, democrática, radical e popular. Os aspectos mais avançados de Rousseau estão no fato de denunciar a violência daqueles que abusam do poder conferido pela propriedade, bem como por ter

desenvolvido uma concepção mais democrática de poder, baseada na soberania popular e no conceito chave do seu trabalho o que ele chamou de vontade-geral (ARANHA; MARTINS, 2010, p. 226).

Outro importante liberal, Max Weber expõe em sua obra “Economia e Sociedade” seu sistema de tipos ideais, dentre eles a concepção de democracia. Para Weber (2011), a participação popular nesse processo democrático limita-se ao momento exclusivo do sufrágio universal, após a escolha dos governantes as massas seriam incapazes de participar da condução política da nação. O país deveria ser conduzido por um chefe carismático num sistema chamado de “democracia cazarista” que representaria os interesses da ordem capitalista.

Ainda no século XX, surgiram outros pensadores que buscaram responder ao desenvolvimento da democracia, dentre eles: Shumpeter, Robert Dall, Giovanni Santori. Segundo Sales (2005), esses autores reduziram drasticamente o conceito de democracia, pois, em suas análises desprezam o sentido econômico e social do conceito que é muito mais amplo. Os referidos autores não identificam a democracia como um processo crescente da política rumo à socialização do poder material e cultural. Nesse sentido, Sales não vê incoerência em comparar a teoria democrática de ambos.

Também surgem durante a história da humanidade várias formas de conceber a democracia, dentre elas as principais definições classificadas por Bobbio (2009a), quais sejam: a democracia representativa e a democracia direta. Para ele, a primeira surge quando os homens passaram a se dedicar mais tempo ao trabalho, restando pouco tempo para a discussão política, isso se deu em decorrência da queda das cidades-estado e da formação dos estados nacionais, nascendo então a **democracia representativa**.

Nas palavras de Norberto Bobbio, essa democracia significa:

[...] genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade (BOBBIO, 2009a, p. 56).

Então, a partir dessa análise, a democracia representativa deveria tutelar os interesses da população, da coletividade, entretanto, muitas vezes essa característica é distorcida e passa-se a tutelar os interesses de grupos específicos. Acerca dessa problemática, argumenta Bobbio:

Com isto não estou querendo afirmar que os nossos parlamentos estejam dedicados apenas ao interesse geral. Deus me guarde e livre disto! Uma das chagas do nosso parlamentarismo, tantas vezes denunciada e tão pouco medicada, é a proliferação das assim chamadas “leizinhas” [“leggine”] que são precisamente o efeito da predominância de interesses particulares, de grupo, categoria, no pior sentido da palavra, corporativos. E se trata exatamente de uma chaga e não de um efeito benéfico, exatamente de um dos aspectos degenerativos dos parlamentos que deveriam ser corrigidos e não agravados (BOBBIO, 2009a, p. 62).

A segunda forma é a **democracia direta** que prevê a participação dos cidadãos em todas as decisões. Ainda, utilizando as definições construídas por Norberto Bobbio:

A democracia direta foi contraposta, como forma própria da futura democracia socialista, à democracia representativa, condenada como forma imperfeita, reduzida e ilusória de democracia, mas, ao mesmo tempo, como a única forma possível de democracia num Estado de classe tal qual o Estado (BOBBIO, 2009a; 2009b).

Também é encontrada a expressão democracia participativa, sendo o tipo de regime onde as decisões e discussões permanecem com os próprios indivíduos a quem elas dizem respeito, não havendo quaisquer intermediários ou representantes entre ambos. “A democracia participativa, então significa [...] equidade política e controle popular” (WAINWRIGHT, 2006, p. 23). A autora lembra que as experiências mais desenvolvidas de democracia participativa, combinando formas delegadas de democracia com uma abertura para formas representativas, vieram do sul, principalmente do Brasil.

Os estudos realizados pela autora identificaram que a experiência é internacionalmente reconhecida e aconteceram em Porto Alegre, São Paulo e outras capitais do país. Todavia, a autora irá enfatizar a experiência de Porto Alegre, pois, após 15 anos de tentativas e de erros, produziram consequências de enorme relevância. Entre as consequências positivas, destaca-se:

a) a transparência pela abertura do processo de implantação do orçamento participativo que eliminou as relações de corrupção existentes no governo, b) a redistribuição significativa de recursos das áreas de alta renda para áreas pobres, c) a melhoria significativa dos serviços sanitários, de educação, saúde e transportes, d) e a resistência à privatização que ilustrou como a democracia participativa pode fortalecer a democracia local frente ao mercado privado (WAINWRIGHT, 2005, p. 30-31).

A autora ainda afirma que a democracia participativa possibilita:

[...] uma forma de apoio a líderes para que encaminhem suas promessas eleitorais, para que negociem com um poder democrático mais forte do que simplesmente uma vitória eleitoral que desaparece com o passado e que, de qualquer maneira, as instituições do mercado corporativo tratam com desdém. A participação popular é mais difícil de ser ignorada porque ela pode ser a base de mobilizações e ações que os políticos não podem ignorar, e que podem prejudicar a legitimidade de instituições internacionais, minando o mandato eleitoral de um governo. [...] em um mundo de mercado global a democracia participativa tornou-se condição necessária para que a democracia eleitoral permaneça efetiva (WAINWRIGHT, 2005, p. 33).

Por meio dessa experiência, pode-se inferir que a democracia participativa quando instalada permite, por meio da participação e mobilização da população, criar um terreno fértil para a construção de políticas de desenvolvimento. Assim, não tem a pretensão de dar respostas para todos os problemas, mas procura, a partir da discussão coletiva, dar soluções para as problemáticas apresentadas. Esse tipo de democracia pode desafiar as pressões antidemocráticas das corporações como o BM e o FMI que tomam as decisões sobre os destinos dos países sem respeito à população que constitui e é constituinte da nação.

Durante este percurso realizado acerca da temática, foi possível identificar também a visão marxista sobre democracia. Iniciando com a análise do contexto europeu Buonicore (2006, p. 6), identificou-se uma visão desqualificadora acerca do sistema político com o discurso proferido em 1923 pelo então secretário geral do Partido Comunista da Alemanha chamado Urbans, o qual afirmou: “As massas nos dirão: é melhor arder no fogo da revolução do que se arrebentar na estrumeira da democracia”. Mais tarde, durante as solenidades comemorativas dos 1960 anos da Revolução de outubro em Moscou, Eurico Berlinguer, dirigente comunista italiano, fez a seguinte declaração:

A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também um valor historicamente universal sobre o qual devemos fundar uma original sociedade socialista (BUONICORE, 2006 *apud* BERLINGUER, 1960).

Também em Wood (2006), a polêmica acerca dos fins do sistema democrático reaparece. Para a autora, de um lado estão aqueles para quem a democracia é compatível com um capitalismo reformado, no qual as grandes corporações são socialmente mais conscientes e onde as leis são ditadas pelo Estado e não pelo mercado. E existe outra

vertente que considera o capitalismo inconciliável com a democracia. A esse respeito a autora expressa sua concepção:

[...] para mim, o capitalismo é incompatível com a democracia, se por “democracia” entendemos tal como o indica sua significação literal, o poder popular ou o governo do povo. Não existe um capitalismo governado pelo poder popular no qual o desejo das pessoas seja privilégio aos dos imperativos do ganho e da acumulação e, no qual, os requisitos da maximização do benefício não ditem as condições mais básicas da vida. O capitalismo é estruturalmente antiético em relação à democracia [...] (WOOD, 2006, p. 382).

Quanto aos fins do sistema capitalista, onde tudo é visto como mercadoria e os pareceres são ditados pelas leis de mercado, Wood deixa claro que fica impossível pensar em uma sociedade que pressuponha uma possível existência entre o modo de produção capitalista e um sistema essencialmente democrático, tendo como foco o ser humano.

O debate chega ao Brasil por meio do artigo de Carlos Nelson Coutinho intitulado: **A democracia como um valor universal**. Nesse artigo Coutinho (1980) criticou a falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa, pois para ele, essa identificação só é possível à custa de um enorme empobrecimento da análise política acerca da concepção de democracia. Segundo o autor, a democracia é indispensável à realização do socialismo, e o socialismo é condição necessária para o pleno desenvolvimento da democracia. Em seguida, Francisco Weffort, em sua obra intitulada “Por que Democracia?”, faz a seguinte afirmação:

A democracia foi, em algum momento da história da Europa, um instrumento da aristocracia contra o absolutismo monárquico. Tornou-se depois um instrumento da burguesia contra a aristocracia. E é já algum tempo – como democracia representativa e democracia direta – um instrumento do operariado e das massas populares contra a burguesia. [...] Raciocinar sobre a democracia, como a conhecemos no mundo moderno, como se fosse apenas fruto de artimanhas das classes dominantes, é mais do que dar provas de ignorância da história política moderna (WEFFORT, 1986, p. 119).

Encontra-se na literatura vários autores que tecem críticas às ideias expostas por Coutinho e Weffort. Entre eles, Toledo (1994) observou que ao se postular que a democracia moderna no capitalismo é o produto e a consequência das lutas populares, passa-se à conclusão equivocada de que a democracia é um poder exclusivo da classe

trabalhadora. Pois, para o autor, a democracia representativa na sociedade capitalista concebe e difunde a ideologia do Estado neutro e do Estado representante da totalidade da população. Diante desse impasse o marxista Quartim de Moraes (2001), rompe com essa polarização:

[...] o marxismo não recusa, em princípio, a ideia da transição do capitalismo ao socialismo pela via democrática. Sempre é bom lembrar que quem recusa essa via é a burguesia, como atestam as dezenas de golpes de Estado que derrubaram governos de esquerda, no mais das vezes com atrozes banhos de sangue (MORAES, 2001, p. 23).

Ao realizar esse estudo identificou-se na literatura marxista uma polarização em torno da importância da democracia. Como se percebe, para alguns, o sistema representa uma forma política que a burguesia criou para perpetuar a dominação e para outros, o sistema político significa um instrumento pelo qual se pode construir uma sociedade socialista.

Hoje, são identificados nos Estados no mundo, como no Estado Brasileiro, regimes liberal-democratas que incorporam alguns direitos, como: sufrágio universal, organização partidária e sindical, mas submetem a sociedade à lógica do capital que tem como fundamento a competição, a exclusão social e o individualismo, elementos contrários aos princípios democráticos do “governo do povo”, “para o povo” e “pelo o povo”.

As visões apresentadas até aqui servem para demonstrar o quanto esse conceito pode ser reduzido apenas a regras formais, nesse caso se faz referência ao sufrágio universal, haja vista que se vive em uma democracia representativa. Independente dos adjetivos que esse conceito recebe, é necessário esclarecer de que concepções de democracia se estão falando, pois não é possível pensar em democracia sem o desenvolvimento de políticas públicas que reconheça os direitos sociais e os direitos humanos. Mas, diante de tanta exclusão e de um longo período de ditadura, e onde os direitos sociais da grande maioria da população não são respeitados, é imprescindível discutir mais e mais a democracia, o que só está acontecendo porque se vive num Estado democrático de direito. Assim sendo, a partir da perspectiva acima é fundamental se analisar especificamente o processo de construção da democracia no Brasil.

1.2 - A democracia no Brasil

O conceito de democracia utilizado para se analisar o processo de construção da democracia no Brasil é aquele definido por Benevides, que diz que:

Democracia é o regime político de soberania popular, porém com respeito integral aos direitos humanos. A fonte do poder está no povo que é, radicalmente (radical no sentido de raízes), o titular da soberania e que deve exercê-la seja através de seus representantes, seja através de formas diretas de participação nos processos decisórios. É o regime de separação de poderes e, essencialmente, é o regime da defesa e da promoção dos direitos humanos. E quando me refiro à garantia dos direitos humanos, estou unindo a democracia política e a democracia social (BENEVIDES, 2002, p. 72-73).

Benevides (2002) ainda distingue o que vem a ser a democracia política da democracia social. A democracia política seria aquela influenciada pelas ideias liberais e a social aquela que é o resultado de lutas sociais e tem como valores a igualdade e a solidariedade somadas ao valor da liberdade.

A partir do que foi dito acima, considera-se que a democracia é o regime favorável à valorização e à promoção dos direitos dos seres humanos, respeito às decisões coletivas e à participação ampla de todos os interessados na tomada de decisões. Ao se adotar esse conceito como pressuposto, questiona-se: como os segmentos sociais estão construindo a democracia no Brasil?

Cunha (2009), analisando o período imperial, onde a presença da escravidão e o pequeno número de votantes entre a população livre eram a marca daquele momento, considera que o período congrega elementos suficientes para desencorajar qualquer sonho acerca de uma “democracia coroada”. Em seguida, quando a monarquia escravista foi vencida, a “Primeira República”, “República Velha”, ou “República de Espada” (1889/1930) o poder passou a ser concentrado no interior das oligarquias dos coronéis e a eleição a bico de pena era fraudulenta e excluía mulheres e analfabetos do processo eleitoral. Diante disto, surgem os movimentos contrários a esse regime que levariam a uma ditadura de 15 anos presidida por Getúlio Vargas (1930/45), e em seguida abre caminho para primeira experiência democrática no Brasil (1946/64).

Mas, em toda a história republicana, o golpe contra as frágeis instituições políticas do país se constitui em ameaça permanente. Toledo (2004) considera o regime militar um fantasma que rondou os governos democráticos no pós-46 e, com maior

intensidade, a partir dos anos 60. Após esse período, o Brasil presenciou um golpe contra as reformas e contra a democracia, o que significou um atentado contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e na cidade); um golpe contra o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.

A democracia que tem como foco a valorização dos direitos humanos estava distante, pois a manutenção do latifúndio e as profundas desigualdades sociais no campo eram fatores decisivos para perpetuar o clientelismo dos currais eleitorais e do poder dos coronéis.

Segundo Toledo (2004) e Araújo (2004), a ditadura militar de 1964-1985 é a mais longa e tenebrosa fase de privação das liberdades e direitos em um século de República. Assim, caracterizam-se pelo monopólio do Executivo pelos generais o arbítrio, a sujeição do Legislativo e do Judiciário, as cassações, a censura, a repressão militar-policial, a prisão, tortura, assassinato e “desaparecimento” de opositores. Nesse sentido, Coutinho:

[...] nos dá um exemplo de que durante os vinte anos de ditadura militar no Brasil fomos reprimidos em nome da democracia, ou seja, a ditadura militar se dizia “democrática”, enquanto nós, os que a combatíamos, éramos “subversivo”, comunistas etc, isto é, não democráticos (COUTINHO, 2002, p. 21).

Entretanto, nesse momento há o surgimento da consciência democrática em face à resistência da ditadura. Pela primeira vez transborda essa consciência de setores urbanos minoritários para as grandes massas, desde os movimentos de trabalhadores das cidades e do campo, passando pelo movimento estudantis, de moradores, intelectuais e artistas, ação pastoral da Igreja, órgãos de imprensa e outras áreas de uma sociedade civil que se organiza. A queda da ditadura é provocada pelo intenso atrito com a força da sociedade civil devido a uma crise econômica bastante grave que retira do regime ditatorial sua “legitimidade”, que tinha sido alcançada com o crescimento econômico da época (OLIVEIRA, 2002).

Nessa perspectiva, Cunha (2009) considera que por mais que sejam variadas as correntes do pensamento político e ideológico, é preciso destacar três fatos importantes para a construção da democracia no Brasil: a eleição de Tancredo Neves para Presidente

da República, a instalação da Assembleia Constituinte e as eleições presidenciais de novembro de 1989.

Esse período chamado de “redemocratização” que tem início sob a presidência de Tancredo Neves é definido por Oliveira (2002) como uma espécie de “viúva Porcina” porque o eleito foi sem nunca ter assumido a presidência da república, pois quem assumiu foi José Sarney. Esse episódio o autor considera:

Interessante ver que a Nova República nasce inconstitucionalmente. Nasce já rasgando a Constituição, porque pela constituição quem deveria ter assumido o lugar que nunca foi ocupado, teria sido o Presidente da Câmara que é sucessor, o terceiro na linha de sucessão. [...] seria obrigado a convocar novas eleições. [...] Isso é a transição à brasileira. Como pirão à brasileira, essas coisas mexidas sem forma (OLIVEIRA, 2002, p. 41- 42).

Oliveira (2002) argumenta que nesse período a política econômica atingiu taxas de inflação de 80% ao mês, perto de 3% ao dia, e essa realidade liquidou a capacidade de crescimento da economia. Diante desse fato, a população brasileira procurava um messias que conseguisse deter a inflação, isto foi um ingrediente fundamental para a eleição de Fernando Collor de Melo. Em seguida, assumiu o governo Itamar Franco, considerado pelo autor como governo mais democrático desse período.

No entanto, é importante retornar ao início da questão: o fato de a sociedade estar vivenciando o alargamento de seus direitos políticos como o ato de votar, e esse voto não poder ser manipulado como no período da república dos coronéis, o chamado “voto de cabresto”, e de ter autonomia para eleger seus deputados, senadores e presidentes, o que muda significativamente? Os cidadãos são convocados a votar a cada dois anos, e o que decidem acerca do destino da nação? Quanto a essa questão, Oliveira (2003) alerta para o fato de o voto não decidir nada:

Fernando Henrique Cardoso fez uma profunda reforma do Estado e advém disso parte das dificuldades do atual governo. O voto não decidiu sobre as agências que administram o petróleo, as telecomunicações, a eletricidade, a vigilância sanitária, os transportes e agora a autonomia do Banco Central. Essa foi a profunda reforma do Estado efetuada no período FHC e isso faz com que repitamos: o voto não serve para nada (OLIVEIRA, 2003, p. 42).

O autor chama a atenção quanto ao fato das decisões não serem tomadas coletivamente, assim como a ausência da participação ampla da sociedade nas decisões quanto ao destino do país. Para o autor, o que parece é que se vive o simulacro da

democracia, uma representação superficial da realidade. Todavia, destaca-se que no Brasil por meio da abertura política e do voto universal o país avançou significativamente no que diz respeito aos direitos sociais, mesmo que essa mudança ainda não conduza as decisões para a transformação do quadro perverso de desigualdade, em decorrência principalmente da baixa escolaridade da maioria da população brasileira.

Para Benevides (2002), nos caminhos e nos descaminhos da democratização do país foi construída a Constituição de 1988 congressual, composta por deputados e senadores. No entanto, essa constituição não foi efetivamente nem soberana, nem nacional e nem democrática, apesar da ampla participação dos movimentos sociais na Constituinte, bem como do empenho de parlamentares comprometidos com o interesse da população. Ainda assim, a autora considera que:

[...] nunca é demais enfatizar que essa nossa Constituição, do ponto de vista dos direitos humanos, incluindo os de caráter socioeconômico, foi, sem dúvida, uma conquista e um grande progresso em relação às anteriores. [...] há vários problemas que permaneceram não resolvidos [...]. Os artigos mais importantes ficaram no papel, têm sido abandonados ou deturpados, [...] houve e continua havendo uma verdadeira traição em relação aos anseios democráticos dos que lutaram pela democratização (BENEVIDES, 2002, p. 71).

Logo, de qualquer forma esse avanço obtido com a mais recente Lei Federal foi fruto de embate travado entre os mais variados grupos sociais, apesar de não prevalecer a vontade popular. Portanto, a construção da democracia no Brasil é marcada por muita luta, aliás, a democracia é muito trabalhosa, é um processo. No Brasil, segundo Oliveira (2001), dos últimos 60 anos, mais de trinta foi de ditadura e os demais contabilizaram, em média, um golpe institucional a cada três anos. Os governos ditatoriais diante de qualquer instabilidade utilizavam uma carimbada, um fuzil e resolviam tudo, já no processo democrático se exige muita batalha.

Analisando o período em que se vive hoje, constata-se que já houve avanços consideráveis, dentre eles: voto universal, pluralismo de partido, rotatividade do poder, ou seja, tem-se liberdade. Na democracia a liberdade é fundamental, todavia, o povo brasileiro precisa ter um mínimo de igualdade. A sociedade está diante do fenômeno da globalização e das políticas neoliberais excludentes, por isso o Brasil se constitui como um país com grande desigualdade e injustiça social, onde não há respeito aos direitos

humanos, como: saúde, educação habitação, segurança. “Direitos humanos para serem humanos precisam alcançar todos os cidadãos brasileiros, ricos ou pobres, eles [...] são fundamentos da própria existência humana” (BENEVIDES, 2002, p. 84).

A partir da perspectiva exposta é fundamental se analisar a educação enquanto um direito humano essencial, bem como sua extraordinária importância durante o processo de construção da democracia no Brasil.

1.3 - Educação escolar e democracia em debate

“Democracia é, literalmente, educação. Educação é a base, o fundamento, a condição mesma para a democracia”.

Anísio Teixeira

Adotando a epígrafe de Anísio Teixeira para lembrar que a relação entre democracia e educação se dá de maneira recíproca e imbricada, visto que cada termo contém necessariamente um ao outro, vai-se encontrar a educação em toda a parte, sendo fruto da ação de todo o meio sociocultural. Assim, educação é o recurso de que as sociedades dispõem para que a produção cultural da humanidade não se perca passando de geração a geração.

Nesse sentido, na visão de Paro (2001a), a educação possui um caráter histórico na medida em que o homem é o construtor de sua própria humanidade. Essa criação se dá pela mediação dos conhecimentos construídos pelo próprio homem por meio da cultura. E para apropriar-se dessa cultura a educação passa a ser imprescindível. Portanto, a educação por ter seu caráter histórico só permanece e só se estabelece de modo social através da relação com os demais seres humanos.

A educação consiste na mediação pela qual se processa a formação integral do homem em sua dimensão histórica. Uma dimensão individual refere-se à própria formação da personalidade do educando, de seu bem-estar e a outra dimensão social refere-se à formação do cidadão, tendo em vista sua contribuição para a sociedade, ou seja, a formação para a democracia (PARO, 2007a).

Como se percebe, em princípio, a democracia na sua origem mais remota estava relacionada basicamente à questão numérica, “governo da maioria”, mas possui um significado mais amplo para além do que se conhece hoje como democracia

representativa. O sistema político democrático em seu sentido mais amplo, ou seja, aquele com valor social que possibilita a construção da liberdade e da convivência social, por meio do entendimento entre as coletividades, a partir de valores construídos também historicamente. A democracia não pode ser pensada sem a atualização histórico-cultural proporcionada pela educação. Diante disso, pode-se concluir que uma educação que tenha como parâmetro também a formação humana não dever ser dissociável da democracia.

Desse modo, o ideário democrático sempre conferiu à educação uma função fundamental na relação com a igualdade e a cidadania, sendo que uma das condições efetivas para o desenvolvimento da democracia é a qualificação do cidadão, e esse desenvolvimento não pode prescindir da educação escolar. Os espaços construídos durante o processo educativo podem ser considerados como espaços de construção de cidadania; e de liberdade, quer seja de liberdade de aprendizagem, como também de liberdade particular ou igualitária, constituindo-se assim como um espaço democrático.

O conceito de cidadania traz consigo a ideia de cidadania democrática em que os sujeitos são responsáveis e aptos a participar, eleger seus representantes e fiscalizar a sua atuação, o que são práticas não apenas políticas, mas também pedagógicas, tendo em vista que a formação do cidadão democrático implica a formação do sujeito pedagógico. Por isso, os indivíduos precisam ser educados de diferentes formas em democracia, o que pressupõe a fundação normativa, a conduta ética, o conhecimento do processo democrático e o desempenho técnico (TORRES, 2001).

“Por conseguinte, a formação do sujeito pedagógico-democrático não é somente um processo de educação no qual [...] os membros ‘imaturos’ são levados a identificar-se com os princípios e as formas de vida dos membros ‘maduros’ da sociedade”. (TORRES, 2001, p.183). Esse desenvolvimento também está permeado pela concepção dos princípios de socialização pedagógica e democrática por sujeitos que já trazem consigo aportes cognitivos e éticos, mas que ainda não se encontram inteiramente seguros para o exercício democrático.

É, portanto, por intermédio da democratização das relações sociais e das práticas sociais desenvolvidas nas instituições da sociedade – o que requer uma prática política diversificada, cotidiana e consciente – que podemos contribuir para a construção da democracia social, ou seja, de uma democracia que ultrapassa a esfera do Estado e se instale no

coração da vida social cotidiana. Na qualidade de educadores, contribuir para a construção da democracia implica combater, com práticas reais, todas as formas de expressão do sistema de dominação presentes na escola (OLIVEIRA, 2002, p. 48).

Segundo Hora (2007), no interior da escola a questão da democracia apresenta-se em duas dimensões prioritárias que são concomitantemente distintas e complementares. A primeira dimensão diz respeito àquelas que se constroem no interior das instituições escolares, tanto no campo da sua estrutura organizacional como no campo da ação pedagógica. Enquanto, a segunda dimensão congrega a dimensão social que ela pode desempenhar na democratização da sociedade, no sentido de definir com clareza sua contribuição específica, possível e desejável, por meio das relações que mantém com outras instituições, inclusive com o Estado.

Por meio dessa relação dialógica realiza-se a transformação das práticas sociais que se constroem em princípio no interior da escola, mas podendo ampliar os espaços de participação e de autonomia para que os sujeitos possam exercer efetivamente sua cidadania para a construção de uma sociedade melhor. Assim sendo, a educação assume um papel importante como um instrumento de emancipação e de transformação de uma sociedade. A esse respeito, Mészáros (2005a) faz a seguinte afirmação:

[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2005a, p. 65).

Fica evidente a importância da educação como um instrumento que deve qualificar o ser humano para a vida. Assim, a educação não pode ser mera transferência de conhecimento, mas se constituir como promotora de práticas libertadoras que tenham o compromisso de formar o sujeito em um agente político, que pensa e age, e transforma o mundo a sua volta. A sociedade também tem o papel e o dever de pensar em uma função para a escola que justifique sua própria razão de ser do ponto de vista da transformação social, ou seja, sua ação construtora de uma consciência crítica de seus alunos (PARO, 2001b, p.44).

A partir dessas considerações, se perceberá a seguir como essas discussões se aproximam e vão influenciar a democratização da escola, haja vista que depois de sair

de um período ditatorial a sociedade brasileira tem a expectativa e a necessidade de vivenciar relações mais democráticas.

1.4 - A participação como fio condutor

A gestão democrática é uma reivindicação dos movimentos sociais desde o período da ditadura militar, tornando-se um dos princípios da educação na Constituição Brasileira de 1988. Mas, quando a gestão escolar passará a ser democrática? Inicialmente tem que se considerar que a realidade é dinâmica e histórica, por isso as práticas sociais também sofrem domínio e são condicionadas pelo contexto global em que estão inseridas.

As décadas de 1980/1990 e início desse século estão delimitados por mudanças estruturais na organização social, política e econômica mundial. Os processos de democratização iniciados no país na década de 80 representados pelos movimentos sociais são, segundo Gohn (2009), um reflexo e um exemplo dessas mudanças.

Paralelo a essas mudanças, assiste-se o postulado neoliberal fixando uma reforma no Estado, direcionando as políticas sociais e especialmente as educacionais no país. Vale ressaltar também que a mudança de regime ditatorial para um regime democrático mexeu com toda a organização do país, e em especial com processo de gestão das políticas públicas. Essa transformação exigiu uma nova legislação que permitiria uma adequação do país frente às novas reivindicações democráticas.

Na área educacional, isso se materializou por meio da Carta Magna de 1988 e da LDBN 9394/96, exigindo também uma adequação das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas dos municípios. Mas, as leis, os decretos e as portarias não indicavam que de fato a gestão democrática estivesse acontecendo. A gestão democrática se assenta na perspectiva de Santos (2009) numa concepção sócio-crítica e implica em processos de participação, autonomia e divisão de poder, o que sugere co-responsabilidade no processo. Nesse sentido, a escola para se constituir como democrática deve ter como princípios básicos: a participação e a autonomia.

A participação é hoje, talvez, a palavra mais pronunciada nos meios acadêmicos, políticos e populares da sociedade. A palavra participação tem o seu significado conhecido por todos, mas compreendê-la desde a perspectiva sociológica, política e

pedagógica é bastante complexo. Contudo, a ideia do direito à participação é uma questão atual que está presente nos mais diferentes espaços sociais, e com muita propriedade, o autor Gutierrez comenta:

Participar faz referência à possibilidade de um indivíduo incorporar as práticas e características de um grupo mais amplo, de forma a vir a ser reconhecido e aceito como parte ou membro dele. [...] Nesse sentido, a participação deveria ser entendida, gradualmente, de forma a que todas as pessoas atingidas por medidas sociais, políticas e administrativas sejam previamente informadas a respeito, e tenham a possibilidade de manifestar-se no interior do processo decisório (GUTIERREZ, 2004, p. 8-9).

Dessa forma, a participação passa a ser entendida como um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder. A participação não é ausência, superação de poder, mas outra forma de poder. No Brasil, a discussão sobre participação toma um impulso maior a partir dos anos sessenta, no contexto das diversas propostas revolucionárias, e o tema atravessou todo o século XX e invade o atual como algo correto, simples e de certa forma, até uma expectativa natural (GUTIERREZ, 2004).

Para Gohn (2007), a participação é uma lente que possibilita um olhar ampliado para a História. O entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas conduzem para a compreensão do processo de democratização da sociedade brasileira, e o resgate dos processos de participação direciona as pessoas ao encontro, portanto, das lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e à cidadania.

Pateman (1992) identifica que, no universo da política, a participação dos indivíduos na sociedade civil ou política tornou-se parte do vocabulário e da agenda das nações ocidentais, a partir dos anos de 1960. Mas, o autor ficou preocupado com o lugar da “participação” em uma teoria da democracia moderna e constante que, embora a ideia de participação tenha se tornado tão popular na sociedade, o conceito de participação perdeu importância junto aos teóricos contemporâneos da política e da sociologia política, em relação ao papel que lhe foi atribuído pelos clássicos.

Analisando os clássicos, Gohn (2007) considera que, para muitos, Rousseau pode ser considerado como o teórico por excelência dos estudos sobre participação. Segundo sua teoria no que diz respeito à Vontade geral, uma pessoa só pode ser verdadeiramente

um cidadão quando quer o bem geral, não o seu bem particular. Seu olhar tem dupla direção, a primeira diz respeito à participação no sistema social e a segunda sobre os indivíduos em si. Aliás, essa segunda dimensão é para ele, a mais importante porque a principal função da participação deve ser o caráter educativo que exerce sobre as pessoas.

Na abordagem marxista, o conceito de participação não é encontrado de forma isolada, mas sim articulado a duas outras categorias de análise: lutas e movimentos sociais. A análise dos movimentos sociais, sob o prisma do marxismo, refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou pressão sócio política (GOHN, 2007, p. 24-25).

A participação na escola brasileira passou a ser “decretada” por meio de vários dispositivos da LDBN 9396/96, em seu artigo 14: “I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. A participação escola-comunidade constitui um laboratório vivo onde os futuros cidadãos aprendem a difícil arte de convivência democrática.

Entretanto, a participação, mesmo antes de ser consagrada e decretada, representou uma conquista do povo brasileiro. Mas, um dos desafios da democracia brasileira consiste em consolidar um sistema político pautado no desenvolvimento de uma cultura política que promova valores e hábitos democráticos com a participação. Assim, entende-se que a legislação seja importante para garantir e para respaldar tal conquista.

Analisando o contexto escolar, a participação então deve ser um elemento constituinte do projeto político pedagógico, para o desenvolvimento de habilidades e a construção da consciência de forma autônoma para o exercício pleno da cidadania. Diante disso, a escola pode ser um bom local para a aprendizagem da participação, e que o sujeito pode aprender a se autogovernar e aprender a democracia.

Em Libâneo (2004), a autonomia pode ser entendida como a capacidade das pessoas de decidir sobre seu próprio destino, de autogovernar-se significa ter poder de

decisão sobre o poder central. Essa autonomia ainda assim é o fundamento da concepção democrático-participativa da gestão escolar.

Mas, há de se levar em conta outros instrumentos necessários para a construção da gestão democrática, entre eles: o Projeto Político Pedagógico, Conselho Escolar atuante, Conselho de Classe, Grêmio Estudantil ou Associação de Pais e Mestres. De qualquer forma, não se podem esquecer os marcos/legais institucionais como passos decisivos para a política de democratização da educação e da escola.

Mesmo entendendo que a gestão democrática é um processo, não se pode negligenciar esse marco porque a partir do momento em que foi prescrita na lei, a sociedade pôde lutar efetivamente para a construção de relações mais participativas e emancipatórias, não só do contexto escolar, mas também na educação do povo brasileiro. Nesse sentido, a seguir será feita uma abordagem sobre a eleição para diretores escolares no Estado do Pará como um dos instrumentos para a implantação da gestão democrática.

CAPÍTULO 2 A ELEIÇÃO DIRETA PARA DIRETORES ESCOLARES NO PARÁ COMO POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO

Nesse capítulo, serão apresentados estudos acerca da compreensão da dinâmica do processo eletivo para diretores na rede estadual de ensino, a partir da indicação política até a eleição direta. Para melhor entendimento dos procedimentos utilizados para a escolha de diretores, será realizado um estudo histórico, político, econômico e social do Estado brasileiro, até se chegar à configuração de como se processou a gestão democrática enquanto um princípio constitucional e um marco histórico para a política de democratização da gestão e da educação no Brasil, e para além de um marco legal/institucional. Nesse sentido, a gestão democrática passa a ser entendida:

Como processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas (DOURADO, 2006, p. 79).

Em face do exposto, considera-se que é esse processo de aprendizagem que pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação, assim como para a democratização da sociedade e que corresponderá à ampla participação de todos nos processos de tomada de decisão. Dessa maneira, tal participação deve estar articulada a um processo de democratização das relações de poder na sociedade, e relacionada à partilha de poder. O que certamente resultará em sua plena realização coletiva e efetiva.

2.1 - A eleição direta para diretores escolares na rede estadual de ensino no Pará

A Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 206, contemplou a gestão democrática como princípio e fins da educação, que foram reforçados posteriormente pela LDBN 9394/96, que legitima mais uma vez esses aspectos. Nesse processo de ampliação e consolidação de práticas educativas assentadas em perspectivas democratizantes, os Estados e Municípios deveriam ajustar suas legislações de acordo com essa realidade.

Para a implementação da gestão democrática, a eleição direta para diretores escolares passa a ser uma política pública que vislumbra a democratização da educação e da escola no país, devendo dessa forma chegar às escolas estaduais do Pará. Na

realidade paraense, a temática surge por meio da Lei nº 6.170 de 15 de dezembro de 1998. Os princípios norteadores estão prescritos em seu artigo:

Art. 12 - Fica assegurada a gestão democrática do ensino público na educação básica, com base nos seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação da comunidade escolar e local nos conselhos escolares ou equivalentes; III - progressivo grau de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira; IV - participação efetiva da comunidade escolar na escolha dos dirigentes (diretor e vice) dos estabelecimentos de ensino regular, nos termos do regulamento eleitoral (PARÁ, 1998).

Segundo Coelho (2009), apesar dos princípios democráticos estarem prescritos na legislação, eles não se efetivaram de fato nas escolas paraenses. A indicação pelo Poder Executivo para a direção de escolas estava enraizada em todo o Estado do Pará.

Por meio de trabalho desenvolvido à frente da SEDUC, na coordenação da ASPOL (Assessoria Política), Coelho (2009) relata que a maior preocupação naquele momento era a alteração na Constituição Estadual, especialmente no artigo 278, voltado à Educação em sua alínea b: “Fica o Poder Executivo obrigado a nomear o diretor da escola dentre os integrantes de lista tríplex encaminhada pelo conselho escolar”.

Todavia, houve algumas modificações acerca do funcionamento do Conselho Escolar por meio da Lei Complementar nº 06 de 27 de Fevereiro de 1991, do Deputado Estadual Edmilson Rodrigues (1987/1990-1991/1994), que dispõe sobre o funcionamento do Conselho Escolar dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus da rede pública do Estado do Pará. Contudo, no que diz à eleição para diretores, a lista tríplex permaneceu, só mudando sua origem do Executivo para o Conselho Escolar: “Art. 6º - Será competência do Conselho: I – Encaminhar à Secretaria de Educação lista tríplex de candidatos a diretor de escola a ser nomeado pelo Poder Executivo” (PARÁ, 1991).

Da mesma forma, Coelho (2009) em seus trabalhos à frente da ASPOL (Assessoria Política) da Secretaria de Educação identificou algumas propostas de projetos sobre Gestão Democrática e Eleição de diretores das Escolas que se encontravam na Assembleia Legislativa Estadual (AL): - Projeto de Lei da autoria da Deputada Estadual do PT – Bernadete Tem Caren, (2006-2009/2010-atual) em maio/2008 que propunha eleição direta para diretor de escolas, mas deixava em aberto a

forma de indicação desse diretor eleito, assim como o cargo para vice-diretor; - Projeto de Lei 69/2003 – autoria da Deputada do PT naquele momento por dois mandatos – Araceli Lemos (2002/2005-2006/2009) estabelece critérios para o cargo de diretor, mas não muda o critério de nomeação, permanecendo a lista tríplice; - Substitutivo Lei 69/2003 – autoria do Deputado Megale (2002/2005-2006/2009-2010-atuais) – PSDB – regulamenta a lista tríplice, pois, segundo o Deputado, o projeto de Lei proposto pela Deputada Araceli Lemos fere a Constituição Estadual.

A Constituição Estadual de 1989 até o momento desta pesquisa não recebeu alteração no que diz respeito ao dispositivo sobre eleição direta para diretor, desrespeitando assim a autonomia das escolas, prevalecendo ainda a lista tríplice.

Entretanto, constata-se a materialização por meio da Lei 7.441, de 2 de julho de 2010 da aprovação do Plano Estadual de Educação (PEE). A seção II dessa Lei determina as diretrizes, objetivos e metas para a educação paraense, dentre elas o “[...] 2.7 – Fortalecimento da gestão democrática com eleição do gestor, Conselho Escolar e Organização Estudantil” que tem como um dos objetivos:

1.2 – Promover eleição direta para direção das unidades escolares, podendo concorrer pedagogos, licenciados plenos e profissionais técnicos graduados em nível superior com pós-graduação em educação, com o fim da **lista tríplice** (PARÁ, 2010, grifo nosso).

Como se percebe, é somente com a aprovação do Plano Estadual de Educação que vai se dá o fim da lista tríplice. Contudo, há uma contradição, haja vista, que no dispositivo que trata da eleição para diretor escolar na Constituição Estadual, permanece a lista tríplice.

Entretanto, mesmo antes da aprovação do PEE, a mudança, segundo Oliveira (*et al.* 2011), se deu a partir de 2007, quando o então Secretário de Educação do Estado à época determinou que fossem desenvolvidos estudos para o estabelecimento das eleições diretas para diretores escolares em toda a rede estadual de ensino.

A abertura de debates promovidos pela SEDUC em 2007 possibilitou, conforme documento contendo a política de educação básica do Estado do Pará (2008), o diálogo entre os 143 municípios em plenária municipais e, posteriormente, em doze Conferências Regionais. Sendo que, no mesmo ano, culminou com a I Conferência Estadual de Educação que articulou instituições de ensino governamentais e não

governamentais do Estado para a aprovação das diretrizes, metas e objetivos para a construção do Plano Estadual de Educação (PARÁ, 2008).

A partir dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Educação que incluíram seminários, fóruns, palestra e debates, os registros culminaram com a elaboração do segundo documento contendo a Política de Educação Básica do Estado do Pará - vol. II, com os elementos balizadores da política de educação básica do Estado. Dentre as diretrizes gerais para a educação do Estado, destaca-se como princípio a gestão democrática da educação, prescrita no documento como:

[...] produto das ações e das vontades de seus agentes, estando diretamente ligada à função social da escola, tendo como objetivo uma política pedagógica e administrativa voltada para a orientação de processo de **participação e autonomia** das comunidades local escolar, devendo ser encaminhada para: a) O atendimento de democracia em sua processualidade; b) A ampliação do poder coletivo – gestão democrática e participativa; c) A existência de condições que assegurem a igualdade e a participação coletiva para a ampliação de melhoria na qualidade administrativa; d) A existência de canais de comunicação claros, transparentes e que cheguem a todos (PARÁ, 2008, p. 26, grifo nosso).

Todavia, mesmo diante do documento prescrevendo a importância da democratização da escola e da gestão escolar, necessitava-se que isso se efetivasse de fato nas instituições escolares. Diante disso, a SEDUC lançou dia 19 de fevereiro de 2009 a portaria nº 04/2009 – GS (Gabinete da Secretaria) para a realização de eleições diretas para a direção das unidades escolares estaduais do Pará. Na portaria ficou instituído:

[...] 4- A gestão democrática da educação e o fortalecimento dos instrumentos de controle social; [...] RESOLVE: Art. 1º - Realizar eleições diretas para direção das unidades escolares, devendo a escola possuir a seguinte organização: I – Conselho escolar devidamente regulamentado; II – Projeto Político-Pedagógico construído coletivamente (PARÁ, 2009a).

No ano seguinte, em 29 de abril, por meio da Portaria 034/2010 – GS, é reafirmada a eleição direta para diretores escolares em instituições que, por ventura, não tivessem realizado o pleito eleitoral. Conforme excerto a seguir:

Art. 1º - Realizar eleições diretas para direção das unidades escolares estaduais e conveniadas, que não realizaram o processo eleição direta para diretores ou que tiveram o processo indeferido de acordo com a Portaria de Lotação 219/GS, devendo a escola possuir a seguinte

organização: I – Conselho Escolar devidamente regulamentado; II – Projeto Político-Pedagógico construído coletivamente (PARÁ, 2010).

A partir da Portaria de 2010, surge a mudança no que diz respeito à importância dada ao Conselho Escolar. No artigo 6º, o Conselho Escolar recebe atribuições quanto: “Convocar e dirigir a Assembleia para eleger a comissão eleitoral, acompanhar o processo eleitoral desde a organização, discussão e apuração do pleito eleitoral” (PARÁ, 2010).

Para a concretização da gestão democrática estabelecida por lei, há necessidade da criação de espaços propícios para que novas relações entre diversos segmentos escolares possam acontecer. Nesse sentido, o conselho escolar é:

[...] como órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática, não deve configurar-se como instrumento de controle externo, mas como um parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola. E, nessa linha de raciocínio, a função principal do Conselho Escolar está ligada à essência do trabalho escolar, isto é, está voltada para o desenvolvimento da prática educativa, na qual o processo ensino-aprendizagem deve ser o foco principal, sua tarefa mais importante. Com isso, a ação do Conselho Escolar torna-se político-pedagógica, pois se expressa numa ação sistemática e planejada, com o intuito de interferir sobre a realidade, transformando-a (GRACINDO, 2005, p. 40).

No processo de construção da gestão democrática, o Conselho Escolar é um elemento fundamental, pois é uma instituição que deve ser construída a partir do estabelecimento de relações de horizontalidade, podendo permitir a socialização do poder na tomada de decisão.

Apesar dos princípios democráticos estarem prescritos em Lei desde 1988, estudo de caso realizado por Santos (2004) em escolas públicas de Belém revelou que das cinco escolas pesquisadas, as eleições diretas na rede estadual ainda não tinham se concretizado objetivamente porque quem escolhia o gestor era a Secretaria de Educação, a partir de uma lista tríplice encaminhada pelo Conselho Escolar, o qual elegia o diretor, mas, ao final, quem decidia aquele(a) que assumiria o cargo era o Sistema de Educação Estadual e quase sempre os eleitos em primeiro lugar não eram os mesmos definidos pela SEDUC.

Oliveira (2010) também identificou que a partir da Portaria n. 04/2009, o processo de eleições diretas para diretores de unidades escolares no Pará foi realizado

em 367 (trezentos e sessenta e sete) escolas de ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino. Em 2010, a portaria foi reeditada, e a eleição ocorreu em mais 47 (quarenta e sete) escolas estaduais na capital e no interior do estado, perfazendo um total de 414 (quatrocentos e quatorze) escolas, que já tinham realizado a eleição direta para diretores escolares na rede estadual de ensino do Pará. Isso representou 31,29% do total de escolas da rede que do ponto de vista quantitativo é baixo, mas significou sobretudo que o processo de democratização das escolas da rede estadual de ensino no Pará estava caminhando.

Os avanços já instituídos pelos marcos legais institucionais em nível Federal e Estadual no que diz respeito à implementação da gestão democrática, que tem a eleição direta para diretores de escola como um instrumento de construção dessa democratização da educação, é fundamental para esse processo, mas, se esse instrumento não estiver associado à construção coletiva do projeto político pedagógico, a consolidação dos colegiados escolares, como a atuação das associações de pais e mestres e do grêmio estudantil ao diálogo permanente entre os sujeitos para a democratização das relações de poder, ainda se estará longe de uma escola verdadeiramente democrática.

A eleição de diretores, enquanto um instrumento de democratização da educação e da escola, faz parte de uma proposta de política educacional macro, sem esquecer que uma política educacional possui suas mediações²⁶ que vão desde sua formulação, passando pela sua implementação até chegar ao cotidiano das instituições escolares, onde emergem as influências de profissionais e do ambiente em que atuam ao nível da prática e da dinâmica das relações.

Sendo assim, considera-se relevante o trabalho de Lima (2008) sobre o estudo da escola enquanto uma organização burocrática e enquanto uma anarquia organizada. O autor ressalta que a escola é um tipo de organização específica que não se enquadra como uma organização exclusivamente burocrática. Seu trabalho apresenta módulos analíticos: de organização burocrática à anarquia organizada. Na perspectiva burocrática há consideração das determinações formais e dos respectivos constrangimentos impostos, mas também existe outra perspectiva que contempla a organização e seus

²⁶Para Marx (1982) representa a expressão histórica das relações que são concretamente estabelecidas entre o homem e a natureza, e as relações sociais. Portanto, uma categoria objetiva, definida a partir da perspectiva dialética, e que deve estar presente em toda a realidade.

atores, a ação organizacional, outro tipo de estrutura e de regra que considera uma esfera de autonomia relativa ao nível da organização.

Contudo, para compreensão da dinâmica do processo eletivo de diretores da escola pública brasileira e paraense, particularmente, se faz necessário analisar um processo mais amplo que se estabeleceu ao longo da história do Estado brasileiro. O entendimento acerca da seleção para diretores escolares no Brasil tem uma lógica histórica que se expressa por meio de uma explicação econômica, política e social do Estado brasileiro. A seguir, será apresentada uma análise desse contexto histórico e político.

2.2 – O percurso da seleção para diretores da escola pública no Brasil: da indicação política à eleição direta

Cury (1983) identifica três vertentes históricas que instituíram a organização do Estado brasileiro, a saber: a primeira diz respeito ao “inchaço” do aparelho estatal, pois os grupos oligárquicos locais de várias regiões do Brasil detinham a hegemonia das relações políticas a partir do Estado. Essa vertente está relacionada ao clientelismo político que assegurava a esses grupos políticos o direito de se abrigarem e defenderem seus interesses por meio do Estado.

O clientelismo surge a partir do desenvolvimento industrial e urbano para substituir o “coronelismo” – sistema de dominação dos chefes locais que de 1889 a 1930 (República Velha) havia servido de sustentáculo às oligarquias em âmbito nacional – que começou a declinar e tornou-se cada vez mais um fenômeno regional, especialmente aos estados do Norte e Nordeste. Em relação ao país como um todo, e na região Centro-Sul, o “coronelismo” foi substituído pelo clientelismo. “O “coronelismo” representa por parte do coronel um compromisso entre o “poder privado” em declínio e um “poder público” (o Estado) em ascensão” (WEFFORT, 1992, p. 26).

O tema acerca do abrigo das oligarquias ao amparo do Estado é destacado por Cury (1983) ao analisar a primeira vertente que ele denomina de “inchaço” do aparelho do Estado. Essa relação chama-se clientelismo político, que significa a troca de favores entre os chefes locais ou regionais e o executivo estadual ou federal.

Portanto, para Cury (1983), essa primeira vertente, em sua dimensão política tem o pressuposto do Estado oligárquico que se constitui a partir da consolidação da República Velha (1889-1930). Nesse momento, a seleção de administradores escolares está relacionada ao clientelismo político sob a forma de indicação política partidária, o que ainda permanece até hoje em muitos municípios brasileiros.

O início da constituição de um poder político no Brasil busca consolidar-se nos pressupostos do clientelismo político destacado por Cury (1983) como uma primeira vertente histórica que é fundamentada e explicada politicamente à seleção dos diretores escolares. Trata-se de uma política de pacto oligárquico, condescendida a partir dos Estados ou das oligarquias regionais com o governo federal considerando as trocas de favores.

Para Mendonça (2000), esse pacto foi chamado de política de governadores, e deveria buscar-se o consenso dessa política, mas esse consenso era manobrado entre a sucessão alternada no executivo federal das lideranças provenientes de São Paulo e Minas Gerais, conhecida também como a política do café com leite. Entretanto, com a crise mundial de 1929, o modelo agroexportador entra em crise e com ele o sistema político oligárquico, causando uma instabilidade social, e, sobretudo, uma nova configuração das forças políticas e sociais brasileiras.

O golpe de estado em 1930 resultou na perda do poder político da oligarquia paulista, e com isso uma nova forma de administrar o país, especialmente a partir da instalação da ditadura do Estado Novo em 1937, que apresenta, segundo a autora, duas posições históricas desse movimento.

- a) A primeira que compreende a revolução de 1930 como a revolução burguesa do Brasil, e ascensão da burguesia industrial ao aparelho de Estado e o início da implantação do capitalismo industrial no país (MENDONÇA, 2000, p. 238).
- b) A segunda entende que o golpe de 1930 trouxe na participação do movimento tenentista a expressão dos setores médios marginalizados do jogo político, possibilitando uma nova ordem de crescimento urbano-industrial para o país e a emergência do povo com constituinte do cenário político (MENDONÇA, 2000, p. 238).

Na mesma obra, Mendonça (2000) realiza a seguinte inferência: o centro da crise brasileira em 1930 reside na divergência entre as oligarquias agroexportadoras aliadas ao movimento militar e ainda à fragilidade política da burguesia industrial, tendo como consequência o golpe de estado de 1937. Sendo que a partir da instalação do Estado Novo em 1937, o Brasil vai alcançar a estabilidade política tendo como marca a centralização e o autoritarismo. Todavia, o chamado clientelismo permanece enquanto uma política de conchavos, especialmente na escala regional.

A segunda vertente a que se refere Cury (1983) está relacionada à centralização do poder por parte do Estado e, por conseguinte, a um Estado burocrático e autoritário. O Estado controlava todas as decisões políticas importantes de todas as regiões do país. Nas palavras do autor: “[...] prevalece neste caso a marca burocrático-legalista dentro da qual não há espaços para a inovação” (CURY, 1983, p. 141).

Nessa vertente, o governo central toma para si todas as decisões políticas com a intenção de controlar os espaços políticos regionais, e por intermédio de troca de favores entre o governo central e seus aliados regionais, a nomeação de aliados políticos aos cargos públicos se tornou uma prática recorrente, dentre essa estava a de diretor escolar. É um novo momento, no qual se vai presenciar a organização de um sistema autoritário sob a supremacia dos setores da burguesia industrial, e a definição de seu novo papel enquanto agente econômico.

Há um consenso com relação à vocação autoritária e à importância do papel do estado como organizador do processo de acumulação industrial no Brasil. Teve o papel relevante na negociação dos níveis de participação e formas de integração entre as capitais nacionais e internacionais, e foi o grande responsável pela abertura das sucessivas fronteiras ultrapassadas pelo processo de acumulação. (FIORI, 1994, p. 126).

A partir do enfraquecimento das oligarquias locais, o Estado criou novas estratégias para controle entre a esfera federal e a esfera estadual, dentre elas a criação de vários órgãos: em 1938 criou o Departamento Administrativo Público (DASP), idealizado como um super ministério que era responsável pelo controle central da estrutura administrativa e pelos orçamentos anuais; o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA); o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e o Departamento de Imprensa e propaganda (DIP), esse último órgão tinha a função de controlar a propaganda governamental para “[...] a censura às manifestações artísticas e de informação, o

controle dos meios de comunicação, até a edição de obras destinadas à divulgação da imagem positiva do ditador Vargas, sobretudo junto à juventude brasileira” (MENDONÇA, 2000, p. 259).

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, a partir de 1930 inicia a história da política econômica de governo conhecida com “nacional-desenvolvimentista” ou “desenvolvimentismo conservador”. Fiori (2003) compreende como:

Programa desenvolvimentista e industrializante que adquiriu maior consistência e velocidade nos anos 50, com o nacional-desenvolvimentismo do segundo governo Vargas e o desenvolvimentismo internacionalizante de JK, que se prolonga, de certa forma conservadora e autoritária, durante o regime militar. [...] Foi um período de altas taxas de crescimento e de acelerada industrialização, mas ao mesmo tempo, foram 29 anos de autoritarismo e de crescente desigualdade social (FIORI, 2003, p. 11-12).

Diante do crescimento do setor industrial no Brasil, observa-se uma preocupação por uma escola pública que atenda às necessidades deste setor. Essa nova perspectiva exige uma nova organização do sistema educacional, especialmente no que tange à escolarização das camadas urbanas da população. É nesse período que surge a terceira vertente histórica, a partir da expansão do capitalismo no Brasil, tendo como pano de fundo o sistema educacional brasileiro para atender a essa nova realidade.

A expansão do processo de modernização capitalista exigia uma certa expansão do sistema educacional. Ao nível de expansão das escolas, isso significou o surgimento e/ou ampliação de mais escalões administrativos, os chamados ‘especialistas’ e que dentro da escola tem no diretor seu pólo maior (CURY, 1983, p. 141).

Esse é o momento em que o país vai se dá conta da inexistência de um sistema educacional brasileiro, especialmente em 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Em relação a esta organização do ensino, Saviani (1999b, p. 120) compreende como “uma ordenação articulada dos vários elementos necessários à consecução dos objetivos educacionais preconizados para a população à qual se destina”.

Ainda em Saviani (2010), após a Revolução de 1930 e posteriormente as reformas de Francisco Campos (1931) e as reformas Capanema (1942-1946), a educação passa a ser orientada pelo governo central e pelo processo de estruturação do ensino brasileiro que irá resultar na primeira LDBN de 1961.

Visando à formação da mão de obra para atender a máquina estatal, a reforma preconizada por Francisco Campos pelo decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, prescrevia dentre várias medidas a implantação das faculdades voltadas à formação dos professores na modalidade normal, assim como à implantação dos cursos de pedagogia para a formação dos técnicos de educação.

No artigo intitulado “A supervisão educacional em perspectiva histórica”, Saviani (1999a, p. 28-29) destaca que a compreensão de técnicos em educação portadores de habilitações (administração, inspeção, supervisão e orientação), decorreu do contexto das reformas de ensino, que buscavam ajustar a educação ao projeto de desenvolvimento econômico da época da ditadura militar que iniciou em 1964 e perdurou até 1985. Segundo o autor, a formação do técnico em educação com formação generalista era justificada pelos ideais do escolanovismo²⁷ predominante no pensamento pedagógico brasileiro.

Para Saviani (1999a), a formação desse técnico em educação era norteadada sob a égide da gerência capitalista, ou seja, houve a transposição dos princípios gerencialistas para as instituições educacionais. Assim, a instituição pública a partir desse contexto tem assumido posições de empresas privadas no seu processo de gestão, tendo como expressão maior a inclusão do tecnicismo²⁸ no controle e na execução da educação.

Para Kuenzer e Machado (1986), é durante a década de 1960, no bojo de um Estado desenvolvimentista, que surge a chamada tecnologia educacional baseada no tecnicismo (ou sistemismo), essa concepção tomava a realidade educacional como ineficiente e com baixa produtividade.

Desta forma, só se pode compreender a introdução, o desenvolvimento e as possibilidades da tecnologia no Brasil como uma alternativa para a educação popular, a partir da reconstrução histórica de sua gênese no

²⁷A escola nova representou o mais vigoroso movimento de renovação da educação depois da criação da escola burguesa, e foi se constituindo junto com a própria escola moderna, científica e pública. Foi um movimento complexo e contraditório com influências positivistas e marxistas. Ademais, é nesse contexto que são determinados a formação deste técnico em educação (GADOTTI, 2006, p. 76).

²⁸Por tecnicismo entende-se aqui a pedagogia que a literatura indica como tendo sido imposta ao sistema educacional a partir de 1969, como fruto de uma sucessão de acontecimentos que já vinha ocorrendo pelo menos desde 1964, e que teria desencadeado um processo de proletarização da atividade docente. Isso se daria em razão de ter-se procurado retirar do professor a possibilidade de ele próprio organizar e determinar os seus meios de ensino, ou seja, o mestre perderia o controle sobre o processo de trabalho, devendo submeter-se rigorosamente a determinações de especialistas e a materiais elaborados por outros profissionais (SAVIANI, 1999c, p. 38).

seio do desenvolvimento capitalista que lhe deu origem - o norte americano (KUENZER; MACHADO, 1986, p. 30).

Segundo as autoras, essa vertente teórica e científica ganha força a partir de 1964 com a instalação no Brasil de um Estado militar autoritário, e no que diz respeito ao sistema educacional, essas ideias vão ser materializadas por meio da Lei nº 5540/68 e da Lei nº 5692/71, que tratavam da reorganização do ensino superior e da reorganização do ensino de 1º e 2º graus respectivamente.

Da mesma forma, os princípios educacionais na pedagogia tecnicista passam a ser a organização racional dos meios, em que o professor e o aluno assumem posição secundária, relegados à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais (SAVIANI, 2010, p. 382).

Portanto, percebe-se que o tecnicismo na educação tem como desígnio desmobilizar os antagonismos próprios da organização do trabalho educativo, que passaria a ser fragmentado, especializado e conseqüentemente despolitizado.

Para Cury (1983), a terceira vertente tem início a partir do golpe militar de 1964, que é o mais longo período de restrição democrática com cassação dos mandatos dos Deputados e Senadores. Nessa terceira vertente, o clientelismo político esteve ainda presente da mesma forma como se apresentou na primeira e segunda vertente. O trabalho do administrador escolar recebeu forte influência dos princípios gerenciais da empresa privada, assim como a organização do trabalho educativo passou a ser pensada a partir da eficiência educacional, tendo como suporte a tecnologia educacional como ferramenta para a resolução de todos os males da educação.

Para Ianni (1984), a partir de 1964 com o desenvolvimento do capitalismo e sua expansão no Brasil, o modelo de Estado assumido pelo governo militar teve como princípio a defesa dos interesses da classe da burguesa, assim como o aumento das desigualdades sociais no país.

Entre os anos de 1968 a 1973, o Estado intervencionista obteve um considerável desenvolvimento econômico, muito influenciado pela atmosfera mundial favorável. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma média de 11,2%, chegando a 14% em 1973, o mais alto do mundo naquele ano. Todavia,

[...] os 5% mais ricos passaram de uma participação no total da renda nacional em 1960, de 28,3% para 39,8% em 1972, enquanto os 1% mais ricos passaram de 11,9% para 19,1% em 1972. No outro extremo da pirâmide, os 50% mais pobres, de 17,4% do rendimento total em 1960, baixaram para 11,3% no mesmo período (SADER, 1990, p. 28).

Sader (1990) caracterizou o processo político de transição da ditadura militar para a democracia burguesa como expressão da crise que o regime político autoritário gerou a partir de sua estrutura interna.

Na realidade, o que aquele momento marca é o término do clímax da ditadura, que ingressou a partir dali num período transitório de oscilação, que desembocou no final nos anos 70 e início dos 80 em sua verdadeira crise e, paralelamente, no começo da transição para o regime que a substituiria (SADER, 1990, p. 31).

Acerca do desgaste do regime militar, Fernandes (2011) aponta para quatro questões: a primeira está relacionada com a incapacidade do Estado em resolver os grandes problemas do Brasil de ordem política e social. A organização política fechada, autoritária não acompanhou o rápido processo de acumulação do capital e a taxa de exploração da mais-valia. O autor considera que a ditadura militar se tornou antissocial e antinacional. Antissocial porque houve uma maior exploração do trabalho, a alta concentração de renda e, conseqüentemente, o aumento das desigualdades sociais, e a produção voltou-se para as exportações prejudicando o mercado interno no país.

Em relação ao aspecto antinacional, Fernandes (2011) aponta o desgaste da ditadura em decorrência da perseguição e da exclusão de grupos opositores para fora da sociedade política, que enfraqueceu a ligação entre sociedade e o Estado. Ao mesmo tempo em que se privilegiam os interesses privados por meio desse Estado, restringe-se a capacidade do predomínio burguês e não se consegue atender os interesses da classe trabalhadora.

A segunda causa para Fernandes (2011) está relacionada ao desgaste da ditadura militar, pois para atender aos interesses da classe burguesa, recorreu-se a um Estado militarizado, antidemocrático e com uso da violência como uma estratégia para manter a “ordem”. O terceiro ponto de desgaste a que o autor se refere diz respeito ao fato da burguesia nacional buscar manter a estabilidade política, garantindo a ordem no território para ações estratégicas das grandes empresas multinacionais, com forte dependência interna da economia em relação aos países hegemônicos.

Todavia, o crescimento econômico era assegurado pelo poder autoritário do Estado ditatorial que, no contexto, nega os interesses da sociedade nacional para atender aos interesses de acumulação do capital mundial. Esse processo a um só tempo traz concentração de riqueza e aumento de marginalização, pobreza e exclusão de grande parcela da população mundial.

O quarto ponto destacado ainda por Fernandes (2011) acerca do desgaste do regime militar pode ser explicado pelo fato de existirem dentro do próprio Estado vários interesses. “Ele reflete contradições que não podem ser conciliadas no plano econômico e social e que, por isso mesmo, são absorvidas pelo Estado, convertendo-se em um Frankenstein” (FERNANDES, 2011, p. 121).

Diante desse quadro descrito, entende-se que durante vários momentos da história as manifestações eleitorais estiveram proibidas, dentre elas a eleição direta voltada para as instituições escolares. Todavia, no Brasil, a partir das reflexões realizadas durante a pesquisa por meio do trabalho do Cury (1983) e de outros, pode-se inferir que a eleição para diretor de escolar é um acontecimento recente, pois o clientelismo esteve sempre presente para a seleção de diretores escolares no Brasil. Especialmente no Estado do Pará vai-se presenciar:

A cultura da indicação para diretores escolares implementada na esfera do executivo paraense, proporcionou a nomeação de diretores em todo o Estado do Pará, pelo critério político de vinculação do gestor escolar, principalmente, a um parlamentar, em cujo território eleitoral se encontrasse uma escola estadual (COELHO, 2009, p. 125).

Como se observa, o Estado do Pará não fugiu à regra, pois o clientelismo político como forma de escolha do diretor escolar esteve presente nesse estado. Mas, esse panorama passou a ser modificado por meio do processo de abertura política no Brasil a partir de 1982 com a escolha de governadores de Estado e que atingiu várias instituições governamentais, entre elas as escolas, sendo que alguns estados, como o Estado do Pará, caminharam a passos lentos.

O processo de indicação para o diretor traz em si a marca do clientelismo político “como prática de relação de dependência e de troca de favores entre pessoas e grupos sociais, embora característica de sociedades pré-modernas, não deixa de estar presente também nas sociedades contemporâneas” (PARO, 2003a, p. 15).

Ainda hoje no Estado do Pará essa prática se faz presente nas escolas estaduais, um exemplo disso é a E.E.E.F. M Brigadeiro Fontenele, em que a diretora exercia o cargo há 22 anos por indicação política. Entretanto, conforme afirmação de Coelho (2009), esse não é um caso isolado, essa realidade faz parte da história das escolas estaduais no Pará.

Nesse sentido, em relação à eleição direta para diretores escolares como um instrumento de implantação da gestão democrática, Zabot (1984) e Paro (2003a) a consideram como a forma mais eficiente contra a burocratização do trabalho educativo na luta por uma educação escolar de qualidade social²⁹.

A gestão democrática passa a ser reivindicada pela sociedade brasileira, e a eleição para diretores sendo instrumento para sua implantação. Entretanto, vai-se assistir à resistência a essa nova forma de gestar nossas instituições.

[...] as causas do autoritarismo existente nas unidades escolares não advém exclusivamente do provimento do diretor pela via da nomeação política. Antes, é preciso considerar que tal autoritarismo é resultado da conjunção de uma série de determinantes internos e externos à unidade escolar que sintetizam na forma como se estrutura a própria escola e no tipo de relações que aí tem lugar (PARO, 2001a, p. 67).

Portanto, a organização e as relações de poder que foram estabelecidas nas organizações educacionais brasileiras são frutos de relações mais amplas relacionadas à construção do Estado brasileiro a partir de uma lógica histórica. Na pesquisa realizada por Paro (2003), ele identifica que em meados dos anos de 1980, alguns estados apresentaram experiências na seleção dos diretores escolares pelo sufrágio universal como: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás. Com base em tais análises, a gestão democrática passa ser a política de democratização da gestão e da educação, processo esse que será discutido a seguir.

2.3 - A gestão democrática e o marco legal/institucional

Um marco significa um acontecimento marcante, um sinal de demarcação ou limite territorial (HOUAISS, 2004). Um primeiro aspecto a ser destacado como um

²⁹ Qualidade social aqui entendida como aquela que assegura a redistribuição da riqueza produzida e que os bens culturais sejam socialmente distribuídos entre todos. A qualidade social da educação não se ajusta, portanto, aos limites, tabelas, estatísticas e formulas numéricas que possam medir um resultado de processos tão complexos e subjetivos, como advogam alguns setores empresariais, que esperam da escola a mera formação de trabalhadores e de consumidores para os seus produtos (SILVA, M.A, 2009, p. 223).

marco foi o ineditismo da gestão democrática como princípio da educação nacional em um texto constitucional brasileiro. A Constituição Federal de 1988 foi a primeira a introduzir a temática sobre gestão democrática, isso em decorrência de a sociedade sair de um período ditatorial com a expectativa e a necessidade de viver, a partir da década de 1980, relações mais democráticas, derivadas de um conjunto de fatores abordados na sequência.

E qual a importância de um princípio constitucional? Segundo Adrião e Camargo (2007), o termo princípio é empregado para designar, na norma jurídica escrita, os postulados fundamentais em todo Estado de direito a partir dos quais devem decorrer as demais orientações legais, ou seja, são diretrizes para futuras normalizações legais.

Uma lei é uma síntese, é fruto do embate travado na sociedade entre os mais diversos grupos sociais e de interesses. A Constituição Brasileira é fruto desses confrontos. Vale ressaltar que a proclamação de uma lei não significa necessariamente que ela seja implementada, e em especial aqui, o princípio de democratização prescrito na legislação não garante que ela seja executada.

Na redação final, o texto relacionado ao princípio educacional ficou da seguinte forma: “Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto Seção I - Da Educação Artigo 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI – gestão democrática do ensino público, na forma da Lei” (BRASIL, 1988).

Nesse princípio constitucional, evidencia-se que a gestão democrática ficou restrita apenas ao ensino público, excluindo assim o ensino privado. A gestão democrática do ensino não recebeu mais nenhuma atenção ao longo de todo o texto da constituição. Outro fato de extrema relevância é que a gestão “na forma da lei” necessitava de lei complementar para sua implementação. Ou seja, precisava de legislações complementares como a LBDN, as Leis Estaduais e as Leis Orgânicas Municipais para a sua aplicabilidade. Isso pode justificar a protelação de alguns municípios do estado do Pará à mudança em seu sistema de ensino.

Adrião e Camargo (2007) ressaltam que o princípio prescrito na constituição foi o resultado, em grande medida, do “clima” de democratização que assolava a sociedade brasileira, e tais medidas favoreceram as políticas voltadas para o aumento da participação de educadores e usuários na gestão escolar das instituições de ensino

públicas. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDBN 9394/96 é definido no Art. 3º, Inciso VIII. Neste são acrescentados em relação à Constituição Federal os termos da legislação dos sistemas de ensino. Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...]VIII – gestão democrática do ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino [...] (BRASIL, 1996).

Da mesma forma, ainda se identifica o detalhamento da gestão democrática em outro artigo, conforme abaixo estabelecido:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes [...] (BRASIL, 1996).

O artigo terceiro, inciso VII, repete a fórmula da Constituição Federal que, no inciso VII de seu artigo 206, apresenta como princípio “a gestão democrática do ensino público na forma da lei”. Analisando as referidas legislações, o princípio da gestão democrática fica restringido apenas ao ensino público, deixando o ensino privado à livre revelia.

Acerca do Art. 14 da LDBN 9394/96, outra questão a ser levantada acerca desse dispositivo é que deixa à mercê de estados e municípios a iniciativa da decisão de regulamentar esse princípio em seus territórios. A LDBN 9394/96 não avança em relação a C.F./1988 no que diz respeito aos aspectos relacionados à reestruturação do poder e da autoridade no interior das instituições escolares.

Ainda com referência específica aos dispositivos relacionados à gestão democrática, encontra-se em Barroso (2005, p. 108) a seguinte visão sobre autonomia: “[...] não pré-existe à ação do indivíduo, é construída social e politicamente, não pode ser, portanto, imposta, decretada”. O Art. 15 da LDBN 9394/96 traz a seguinte assertiva sobre autonomia da escola:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, Art. 15, 1996).

Quando se discute a temática da autonomia em seus aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros uma série de questões vem à tona. A primeira, é que na

autonomia administrativa, não se pode confundir descentralização de poder com “desconcentração” de tarefas; e no que diz respeito à gestão financeira, não se pode relacionar autonomia com abandono e privatização. Com muita propriedade Paro (2007) adverte:

[...] não basta a defesa da autonomia. É preciso principalmente se contrapor a esse movimento que, com o discurso da autonomia – e da necessidade de participação da comunidade e passagem do controle das escolas às mãos da sociedade civil –, o que está fazendo é justificar medidas tendentes a eximir o Estado de seu dever de arcar com os custos das escolas, com soluções que deixam estas à própria sorte, induzindo a participação da comunidade, não para decidir sobre seus destinos, mas para contribuir no financiamento do ensino (PARO, 2007b, p. 77).

Para pensar em autonomia, deve-se primeiramente repensar a questão da participação. Primeiro o indivíduo participa para depois se torna autônomo. Apesar de a autonomia estar estabelecida em lei, ainda são negadas às instituições escolares o direito de opinarem sobre os destinos da educação no país.

E quanto ao direito da participação da comunidade escolar na gestão da escola, a LDBN 9394/96 em seu art. 12 prescreve que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: “[...] VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”. Além do art. 13 prescrever “Os docentes incumbir-se-ão de: [...] VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade” (BRASIL, 1996).

No Art. 12, surgem também os incisos que se referem à organização e ao planejamento da escola. Entre eles, a elaboração da proposta pedagógica, documento que deve conter a identidade da escola, assim como a finalidade a qual a escola se propõe. Os incisos III, IV e V³⁰ são chamados por Vieira (2006), como aqueles que contêm o “coração da escola”, ou seja, sua atividade fim que é o processo ensino-aprendizagem dos educandos.

³⁰III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; V – prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento (BRASIL, 1996, p. 10).

Nos incisos VI e VII³¹ são estabelecidos o dever da escola de levar em conta a família e a comunidade escolar como integrantes do processo educacional. Reconhece-se a importância desse aspecto para o fortalecimento da relação comunidade-escola, pois cabe à comunidade escolar participar das decisões e dos rumos da escola, mas como um exercício pleno de cidadania. Nessa direção também identificou-se no Art. 13, a participação dos docentes nesta articulação entre escola-comunidade.

Esse processo de integração, especialmente na avaliação de atividades da escola pode ser benéfico em duplo sentido: primeiro, porque os pais se colocam como interlocutores importantes diante dos trabalhadores da escola, e em segundo lugar os pais podem inteirar-se mais sobre os problemas da escola para reivindicar do Estado providências e soluções (PARO, 2007b, p. 79).

Em relação à formação profissional dos dirigentes escolares, a LDBN, indica:

Art. 64 – A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996).

Neste artigo, é observado que a formação profissional dos dirigentes escolares fica restrita apenas ao curso de Pedagogia, desconsiderando os docentes que possuem outras licenciaturas, pois todo professor, em princípio, é um dirigente em potencial. Ainda vai-se perceber nesse artigo a formação dos profissionais fragmentada, baseada nos princípios tecnicistas, e por isso desarticulada de outros princípios importantes, dentro de uma perspectiva mais humanista.

Nesse sentido, os educadores deveriam ter em sua formação conteúdos básicos sobre seu conteúdo programático específico: a) (Geografia, Matemática, Biologia, Matemática, Português, etc.); b) os fundamentos da educação (históricos, filosóficos, sociológicos, econômicos, psicológicos); c) a Didática e as metodologias necessárias para bem ensinar determinado conteúdo programático; e d) as questões relacionadas à situação da escola pública (PARO, 2003b, p. 113).

³¹ VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica (BRASIL, 1996, p. 10).

Refletindo sobre a importância da integração de conhecimentos, inclusive daqueles também adquiridos pela formação continuada para assegurar uma formação de qualidade aos futuros dirigentes, entende-se que o sistema deveria assegurar a todo profissional da área que possui tal formação a condição para assumir o cargo de direção das escolas, e não seguir o padrão da formação dos profissionais que está postulado no Art. 64 da Lei maior da educação.

Em relação à escolha de dirigentes escolares a Lei 9394/96 preceitua:

Art. 67 – Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; [...] Parágrafo único. A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino (BRASIL, 1996).

É fundamental a realização de concurso público de prova e títulos para o ingresso no magistério público, assim como a experiência docente como pré-requisito para o exercício das funções do magistério. Entretanto, para que profissional assuma cargo de diretor considera-se imprescindível a eleição direta no intuito de assegurar a legitimidade política necessária ao exercício de sua função.

É perceptível que a democratização da escola é um processo, é uma construção, não se reduz apenas ao momento do sufrágio universal. Uma importante característica das eleições é que em todo processo de democracia, a participação e o envolvimento das pessoas como sujeitos na condução das ações é apenas uma possibilidade, não uma garantia e não uma certeza, é apenas um recurso para melhorar a escola (PARO, 2001a, p. 77).

Por isso, para se compreender melhor a dinâmica do processo da gestão democrática, será apresentada a seguir uma abordagem sobre a eleição direta para diretores no chão da escola, por se considerar esse contexto como um dos instrumentos fundamentais para tal construção.

CAPÍTULO 3 A ELEIÇÃO DIRETA PARA DIRETOR E A TRAJETÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO BRIGADEIRO FONTENELE NA CONQUISTA DA DEMOCRACIA

Este capítulo objetiva discutir como se deu o processo de eleição direta para diretor na E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele, com o propósito de compreender o processo de democratização no interior da escola, partindo das seguintes questões: o que revelam os alunos, funcionários, professores e direção sobre o processo de democratização, após o pleito eleitoral lá ocorrido?

O panorama que se institui após a CF/88 e a LDBN 9394/96 referente aos princípios da gestão democrática pressupõe a participação de todos os segmentos da escola nas tomadas de decisão que dizem respeito às atividades em âmbito escolar. Entende-se que a condução dos aspectos relacionados à participação, autonomia e relações de poder construídas será vista somente a partir do diferencial de cada escola, daí a necessidade de investigar a caracterização desses processos no interior da E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele, objeto dessa pesquisa.

3.1 – Prelúdio escolar: o contexto histórico que fez da escola uma referência nacional em gestão

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brigadeiro Fontenele está localizada na principal avenida do bairro Terra Firme, na Rua São Domingos, 511, Belém, Pará. Foi fundada em 1972, inicialmente com apenas seis salas de aula. Aos poucos, foi sendo reformada e ampliada para atender à demanda do bairro. A história da escola foi construída permeada de muitos problemas, que, embora considerados no início como exteriores a ela, foram aos poucos surgindo e crescendo no seu interior. Esses problemas constituem-se em: depredação; invasões de gangue; ausência de professores; evasão e repetência; indisciplina por parte os alunos; consumo de drogas nos fundos da escola, como forma de agredir e provocar os alunos; alcoolismo por parte dos professores; tentativa de homicídio de um professor; saques e roubos (AMBROMOWAY *et al.*, 2003, p. 209).

Ainda em Ambromovay (*et al.* 2003), aos poucos, na escola foi se configurando uma “situação de caos”, com desorganização administrativa, inúmeros problemas pedagógicos e de relações, dificuldade em obter professores, em virtude do medo e de

sua “má fama”. Assim a imagem da escola tornou-se extremamente negativa já que passou a ser alvo de noticiários, ficando reconhecida como uma das 10 escolas mais violentas da cidade de Belém.

Essa situação resultou em um processo de intervenção da SEDUC durante sete meses. Em 1991, foi criada uma Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE)³² integrante da Polícia Militar do Estado, que passou a atuar na escola e em outras instituições escolares que apresentavam o mesmo quadro de violência. Após os sete meses de intervenção, foi empossada uma nova diretora que ficou à frente da direção os últimos 22 anos (1987-2009). Naquele momento de sua indicação, o governador do Pará era Hélio Mota Gueiros.

Reconhecida como um dos dez estabelecimentos educacionais mais violentos de Belém, a E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele já sofria com o distanciamento dos próprios professores, amedrontados com a violência ali registrada, em uma das áreas de mais periculosidade da cidade. O estado de depredação em que as instalações se encontravam era, segundo vários depoimentos, indício de tal situação (AMBRAMOVAY *et al.*, 2003, p. 210).

Diante dessa realidade, a escola criou uma estratégia de superação para a resolução dos problemas, unindo esforços entre Conselho; reuniões de pais e mestres; reuniões entre professores e alunos; reuniões entre pais ou responsáveis e professores ou direção; Conselho tutelar; igreja, comunidade, etc. A escola desenvolveu 15 projetos, resultando em um trabalho de integração e de envolvimento de todos os segmentos mobilizados para um projeto coletivo, de forma a dinamizar o ensino e converter a escola em referência na comunidade, o que resultou na premiação de experiências bem

³² A Companhia Independente de Polícia Escolar – CIPOE, foi criada através da Portaria n. 021 datada de 28 de fevereiro de 1991, e posteriormente sendo transformado no Decreto Lei n. 131 de 13 de março 1991, oficialmente o policiamento escolar foi implantado no dia 20 de fevereiro de 1989, aonde recebeu a denominação de SOS Escola, através do convênio entre a Polícia Militar do Pará e a SEDUC, atendendo inicialmente 11 escolas da rede pública de ensino com um efetivo de 66 policiais militares. Com a implantação do policiamento escolar, houve a necessidade de especializar os policiais militares pertencentes a CIPOE para um melhor atendimento a comunidade escolar, nascendo assim o programa “A ESCOLA PEDE PAZ”, aonde passou a normatizar a competência do policial da CIPOE aos moldes do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente”. Disponível em: http://www.pm.pa.gov.br/cipoe/?page_id=2. Acesso em: 10/12/2010.

sucedidas em escolas públicas, concedida pela UNESCO, 2003³³. Os projetos foram os apresentados no Quadro 2:

³³ O prêmio recebido pela UNESCO foi destinado às escolas inovadoras, observando processos, trajetórias e conhecimentos produzidos, tendo em vista, fundamentalmente, a singularidade de cada escola, no que se refere às experiências capazes de contribuir para a implementação na escola pública brasileira, de práticas voltadas à prevenção e ao enfrentamento de situações de violência (www.unesco.gov.br).

Quadro 02 – Projetos desenvolvidos pela escola.

Projeto	Origem	Tempo de duração	Público- alvo	Objetivo	Coordenação	Desdobramentos
Ronda escolar	Proporcionar segurança aos alunos e funcionários	14 anos	A comunidade escolar e comunidade	Prevenção da violência	Companhia Independente de Polícia Escolar – CIPOE	Inibição da violência na escola e no seu entorno
Atividades esportivas e recreativas	Ampliação das atividades esportivas	13 anos	A comunidade escolar	Autoestima dos alunos e a prática de esportes	Professores de educação física	
Feiras, eventos, seminários e palestras.	Proporcionar aos alunos uma maior participação na escola	11 anos	Todos os alunos	Ampliar o conhecimento dos alunos e possibilitar a formação de cidadãos	Direção	Melhoria na qualidade do ensino e ampliação da participação dos alunos
Projeto CEB – Centro de Ensino Básico	Necessidade de diminuição dos índices de repetência	13 anos	Alunos da 1ª a 4ª séries	Minimizar a evasão e a repetência	Secretaria de Educação	Diminuição dos índices de repetência
Projeto GQT – Programa de Qualidade Total – Gestão pela qualidade	Solucionar as problemáticas da escola	4 anos	Comunidade escolar	Proporcionar uma melhor organização da escola	Direção da escola	Envolvimento de toda a comunidade escolar na solução dos problemas
PDE- Plano de Desenvolvimento da escola	Melhoria da qualidade do ensino	1 ano	O conjunto da escola	Investir na Proposta Pedagógica da escola	Direção da escola	Possibilitou a organização da sala de leitura aberta à comunidade e ampliação da sala de vídeo
TV Escola	Iniciativa do Governo Federal	5 anos	O conjunto da escola	Proporcionar a formação continuada de professores	SEDUC e a escola	Melhoria do ensino e da aprendizagem
Projeto “Aluno para Aluno”	Parceria entre Escola-UFPA para estágio dos alunos	2 anos	Professores alunos da 1ª e 4ª séries	Trocar experiências entre alunos universitários e a comunidade escolar	UFPA e direção da escola	Melhor desempenho dos professores e alunos no processo ensino-aprendizagem

Projeto “Pulando o Muro”	Empenho dos professores em torna as aulas mais interessantes por meio de aulas passeio	2 anos	Professores e alunos 5ª a 8ª série	Contextualizar o conhecimento aprendido em sala de aula com a realidade concreta	Professores	Mudança na postura dos professores e alunos no processo ensino-aprendizagem
Projeto “Liberal na escola”	Projeto desenvolvido pelo “Jornal Liberal” de circulação em Belém	5 anos	O conjunto da escola	Incentivar a leitura e a escrita	Jornal e por uma professora da escola	Maior interesse dos alunos pela escola
Projeto “Musicalidade na Escola”	Iniciativa de uma moradora da comunidade	15 a nos	Toda a comunidade escolar	Despertar o interesse pela música e pela arte em geral	SEDUC e Fundação Carlos Gomes (FCG)	Aumentou o interesse pela arte
Projeto “Higiene Bucal”	Iniciativa da UEPA	2 anos	O conjunto da escola	Melhorar a saúde bucal	Hospital Adventista de Belém/UEPA/escola	Melhoria da postura em relação à saúde bucal.
Projeto “Pacto pela vida no trânsito”	Iniciativa DETRAN e CETBEL	5 anos	O conjunto da escola	Melhorar a consciência e a postura no trânsito	DETRAN/SEDUC/e direção da escola	Melhoria da postura em relação ao comportamento no trânsito
Projeto Educação Fiscal	Iniciativa SEDUC	2 anos	Toda a escola	Desenvolver a consciência dos alunos e da comunidade extraescolar quanto à importância da nota fiscal	SEDUC/SE	Conscientização da comunidade quanto à importância de exigir a nota fiscal
Projeto “Olho no Olho”	Iniciativa Escola em parceria MEC/SEDUC	3 anos	Alunos e professores de 1ª a 4ª series	Prevenir a saúde visual	SEDUC/Professora da escola	Melhoria da saúde visual dos professores e alunos
Projeto de Informatização – PROINFO	Iniciativa escola/MEC	1 ano	Comunidade escolar e extraescolar	Utilizar a tecnologia no ensino	Professores da escola	Projeto em fase de implantação na época

Fonte: Escolas inovadoras – Experiências bem sucedidas em escolas públicas – UNESCO, 2003.

Elaboração: Autora

A E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele sendo reconhecida como uma das mais violentas de Belém desenvolveu os projetos de intervenção antes expostos para a superação dessa realidade, o que lhe rendeu o prêmio de Escola Inovadora concedido pela UNESCO/2003. Nesse sentido, pressupõe-se que um dos fatores positivos que ajudou a escola na superação do alto grau de violência tenha sido a parceria escola-comunidade. Contudo, ao se realizar esta pesquisa entre os anos de 2010 a 2011, identificou-se que os projetos não existem mais. Ainda assim a escola continua sendo lembrada como uma escola premiada e até hoje vive de seus logros do passado recente.

3.2 – A Escola Inovadora: experiências bem sucedidas em escolas públicas

A E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele passou a ser reconhecida como uma escola inovadora de referência no Estado e em nível nacional por ter desenvolvido uma série de projetos com a intenção de lutar contra os processos sociais excludentes, especialmente aqueles projetos relacionados ao enfrentamento da violência.

Para Ambromonay (*et al.* 2003), o prêmio recebido pela UNESCO foi destinado às escolas inovadoras, observando processos, trajetórias e conhecimentos produzidos, tendo em vista, fundamentalmente, a singularidade de cada escola no que se refere às experiências capazes de contribuir para a implementação, na escola pública brasileira, de práticas voltadas à prevenção e ao enfrentamento de situações de violência.

Foto 1- Monumento em homenagem do Conselho Escolar a escola pelo Prêmio recebido pela UNESCO – 2003



Fonte: Arquivo da Autora/Trabalho de Campo Maio/2011.

A história da escola é permeada pela perspectiva gerencial de premiação, visto que ela é um exemplo da premiação na educação escolar paraense. Além do prêmio recebido pela UNESCO, a escola recebeu os Prêmios de Referência Nacional em Gestão nos anos de 1998/1999. Segundo Oliveira, (2002, p. 95-96) “a presença gerencial apresentada para a gestão da escola será pautada nos princípios de produtividade, eficácia, excelência e eficiência que serão importados das teorias administrativas para as pedagógicas”. Portanto, a E. E. E. F. M Brigadeiro Fontenele ao ser premiada, ao que parece atendeu aos fundamentos da lógica gerencial de premiação, subordinando à escola aos preceitos do mercado.

No que diz respeito à lógica de premiações nas escolas paraenses Araújo (2012, p. 63), lembra:

Escolas estão sendo premiadas, porque introduzem de maneira exemplarmente em sua gestão as estratégias gerenciais, este é nosso suposto. Ao implementar o modelo gerencial de gestão, trazendo os valores de mercado para as escolas vemos fortalecida e tornada legítima a ideologia de subordinação da escola à lógica do mercado capitalista.

A partir da eleição direta para diretores no ano de 2009, a escola viveu a perspectiva da construção da gestão democrática, porque como se viu, na gestão gerencial, a educação deve atender aos princípios mercadológicos, enquanto na perspectiva da gestão democrática, sua função social é de intervir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3.3 – Da gestão indicada à gestão eleita

No Brasil, o processo de seleção do diretor escolar por meio da indicação esteve de certa forma relacionada a uma concepção de gestão escolar burocratizante. Nas reflexões de (ARROYO, 1983, p.128), “[...] o diretor de unidade de ensino no sistema escolar público sempre foi um cargo de confiança do poder central ou local”. Acompanhando a história da escola pública, observa-se que ela sempre foi um dos mecanismos no jogo do poder e da barganha política. A figura do diretor escolar era uma das peças importantes no controle dos docentes e da rede escolar.

A E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele é um exemplo emblemático dessa prática, pois a última diretora passou à frente da gestão 22 anos (1987-2009), pelo mesmo critério de indicação do poder executivo. Foi durante sua gestão que a escola foi

reconhecida como uma escola premiada, assim como uma escola de referência da rede estadual de ensino, o que revelaria é que para a escola ser reconhecida como uma escola premiada não necessariamente deveria ter uma gestão pautada em princípios democráticos.

Na atualidade, a escola é de grande porte, possui auditório, quadra poliesportiva, laboratório de informática, sala multimeios³⁴, 23 salas de aula, sala para os professores, secretaria e sala da direção. A escola tem muros altos, grades e um rigoroso controle de entrada e saída das pessoas. Seus portões são permanentemente trancados a cadeado, talvez herança dos graves problemas de violência pelos quais já passou e também porque o bairro continua sendo denominado pela Polícia como “área vermelha”.

Foto 1 - Fachada da E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele.



Fonte: Arquivo da Autora. Trabalho de campo Maio/2011.

Foto 2 - Entrada da E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele.



Fonte: Arquivo da Autora. Trabalho de campo Maio/2011.

³⁴ Sala para atendimento a educação inclusiva.

A escola é jurisdicionada pela USE³⁵ 06 que atende a 12 unidades. Em 2011, a escola contava com 83 professores, 1 secretária, 4 auxiliares administrativos, apenas 04 pessoas no apoio, 01 diretora, três vices diretores, e apenas duas coordenadora pedagógicas (FONTE: Secretaria da Escola). No que se refere à clientela, atende aos níveis: Ensino Fundamental, Ensino Médio e à modalidade de Ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA). No ano de 2009 possuía o total de 2.595 alunos; em 2010 contava com 2.562 alunos e em 2011 o número foi reduzido para 2.174 alunos.

A instituição participa de vários projetos do governo federal, dentre eles: Mais Educação³⁶, que é um programa que tem o princípio da educação integral e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)³⁷ do governo federal, que consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica e às escolas privadas de educação especial, mantida por entidades sem fins lucrativos. O PDDE engloba várias ações desde a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas até o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático.

Tabela 01 – Recursos Federais recebidos pela Escola.

Projetos/Programas	2009	2010	2011
PDDE/Ensino Fundamental	15.622,20	15.949,00	Não há registro
PDDE/Ensino Médio	6.690,60	6.724,20	Não há registro
PDDE Integral/Mais Educação	45.684,10	71.288,10	Não há registro
Total	67.996,90	93.961,30	—

Fonte: FNDE (2009, 2010 e 2011). Elaborado pela autora.

Para receber os recursos do governo federal, a escola pública deve estar em dia com suas Unidades Executoras (Uex)³⁸, que podem ser de diferentes modalidades, como

³⁵ Unidade SEDUC na escola. São polos integrados a SEDUC criado com o objetivo de descentralizar as atividades pedagógicas administrativas da secretaria de educação. Disponível em: www.seduc.pa.gov.br.

³⁶ Dados Disponíveis em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article. Acesso em: 12 out., 2010.

³⁷ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12320&Itemid=86. Acesso em: 20 dez., 2010.

³⁸ São unidades com personalidade jurídica criadas para receber os recursos do programa. São responsáveis pelo recebimento, execução e prestações de contas dos recursos financeiros destinados às

Conselhos Escolares, Caixa Escolar ou Associação de Pais e Mestres. Na Escola Fontenelle foi instituído o Conselho Escolar. A escola não conseguiu obter recursos do PDDE no exercício de 2011 por encontrar-se inadimplente com as prestações de contas das gestões dos Conselhos Escolares anteriores, o que a impossibilitou de receber recursos também de outros programas provenientes do governo federal como o PDE-Escola³⁹, o que pode indicar problemas com o Conselho Escolar e até mesmo na condução da referida Escola. Abaixo estão valores previstos que a instituição deixou de receber do PDDE no exercício de 2011.

Tabela 02 – Previsão de recursos – PDDE/2011.

ANO	PROGRAMA	VALORES
2011	PDDE – ENSINO FUNDAMENTAL	14.400,00
2011	PDDE – ENSINO MÉDIO	6.984,00
TOTAL		21.384,00

Fonte: FNDE (2011). Elaborado pela autora.

Como se pode observar, o Conselho Escolar não está cumprindo com sua função em administrar financeiramente de forma competente os recursos da escola. Vale ressaltar também que não compete apenas a função administrativa financeira a esta instituição, mas também sua importância para a melhoria da qualidade da escola, e consequentemente configurar-se como um espaço permanente de diálogo e de construção de cidadania.

Santos (2000), em pesquisa realizada sobre os conselhos escolares no Pará, explica o significado real desta instituição:

Falar [...] da importância dos conselhos escolares para a melhoria da qualidade da escola seria até redundante, mas para que exerçam sua função transformadora, provavelmente, deveriam possuir outra configuração e dinâmica de trabalho. Um dos papéis mais importantes

escolas.

³⁹O Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE Escola é um Programa voltado para o aperfeiçoamento da gestão escolar democrática e inclusiva. O Programa busca auxiliar a escola, por meio de uma ferramenta de planejamento estratégico, disponível no SIMEC, a identificar os seus principais desafios e, a partir daí, desenvolver e implementar ações que melhorem os seus resultados,. oferecendo apoio técnico e financeiro para isso.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=290&id=12696&option=com_content&view=article>.

Acesso em: 10 mar., 2012.

desses fóruns deveria ser o espaço permanente de educação política (SANTOS, 2000, p. 102).

Tabela 03 – Recursos Estaduais Recebidos pela Escola/Fundo Rotativo

ANO	PROGRAMA	VALOR
2009	FUNDO ROTATIVO	4.039,00
2010	FUNDO ROTATIVO	6.844,50
2011	FUNDO ROTATIVO	6.513,50
TOTAL		17.397,00

Fonte: SEDUC (2009, 2010 e 2011). Elaborado pela autora.

Tabela 04 - Recursos Estaduais Recebidos pela Escola/Programa de Portas Abertas.

Programa Estadual	2008	2010	2011
Programa de Portas Abertas	9.630,00	32.470,00	32.100,00
Total	74.200,00		

Fonte: Conselho Escolar/Planilha de prestação de contas TCE (Tribunal de Contas do Estado) (2008, 2010, 2011). Elaborado pela autora.

Os recursos federais representaram no total 68,58% das verbas recebidas pela escola, enquanto os recursos estaduais representaram apenas 31,42% do total recebido. No entanto, se o Conselho Escolar estivesse devidamente regularizado, os recursos federais representariam 71% do total dos recursos a serem recebidos pela escola. Nesse sentido, é importante ressaltar que os recursos descentralizados são fundamentais para o funcionamento da escola e hoje é uma característica mais destacada da modernização da gestão educacional brasileira, mas que não pode ser considerada por si só democratizante, pois para haver a efetiva democratização das instituições escolares:

[...] faz-se necessário um conjunto de medidas complementares efetivamente promotoras da participação popular, sem a qual os processos descentralizadores e de gestão tornam-se ou inviabilizados ou falaciosos, retóricos. Um exemplo disso é a precariedade de verbas e recursos financeiros, cuja administração da escassez obriga os gestores escolares a decidirem acerca da própria privação, isentando o Estado do seu ônus e legitimando um “modelo” de “gestão de precariedades” e de decisões alheias à própria escola (SOUZA, 2008, p. 102).

Em nível estadual, a escola recebe recursos por meio do Fundo Rotativo⁴⁰ destinado à manutenção da estrutura física das escolas e outras despesas relacionadas com a atividade educacional, como a aquisição de materiais de consumo e limpeza. E o

⁴⁰<http://www.seduc.pa.gov.br/porta/?action=Destaque.show&iddestaque=968&idareainterese=1>http. Acesso em 13 dez., 2011.

Programa de Portas Abertas⁴¹, que é destinado para a realização das atividades do programa desde o pagamento de oficinairos até a aquisição de materiais, tem como objetivo o exercício efetivo da cidadania da comunidade intra e extraescolar, por meio de diversas atividades nas dependências da escola durante os finais de semana.

Foto 3 - Oficina de Xadrez e Oficina de dança



Fonte: Arquivo da Autora/Trabalho de campo Maio/2011.

Foto 4 - Programa Escola de Portas Abertas



Fonte: Arquivo da Autora/ Trabalho de campo Maio/2011.

3.4 – O processo eleitoral: uma leitura plural sobre a eleição

O processo para regular a eleição direta para diretores escolares da rede estadual de ensino recebeu orientações gerais da SEDUC. Essas orientações estavam prescritas nos seguintes documentos: Portaria nº 04/2009 – Gs que estabelecia a eleição direta para

⁴¹<http://www.seduc.pa.gov.br/portal/?action=Destaque.show&iddestaque=968&idareainteresse=1>. Acesso em 13 dez., 2011.

diretores escolares, instruções normativas nº 03/Gs e minuta do regimento eleitoral, assim como as perguntas mais frequentes sobre as eleições diretas para direção das escolas estaduais de ensino.

O documento foi sistematizado a partir das discussões estabelecidas pelos componentes “GT da GESTÃO DEMOCRÁTICA” da mesa permanente de negociação, constituída a partir da celebração do acordo, em 27/08/08, entre o governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP), com a finalidade de discutir os principais temas da Educação Pública Estadual e apresentar propostas de enfrentamento. Dentre esses, pauta-se a Gestão Democrática nas Escolas (PARÁ, 2009c, p. 5).

Em relação à eleição direta para diretores escolares, a Portaria 04/2009 – GS em seu Art. 2º prescreve que a eleição deveria ser organizada por uma comissão eleitoral:

Art. 2º - A comissão Eleitoral será composta 5 (cinco) membros, sendo um representante de cada categoria da comunidade escolar (professores, técnicos funcionários administrativo-apoio, alunos e pais) que deverão ser eleitos em Assembleia Geral, com a participação de, pelo menos 1/3 da comunidade escolar para exercer as seguintes atribuições: I – Coordenar o processo eleitoral e elaborar o Regimento Eleitoral que deve ser aprovado em Assembleia Geral [...] (PARÁ, 2009a).

Posteriormente, a SEDUC lançou a errata da Portaria nº 04/09-Gs, na qual se lê no Art. 2º que a comissão eleitoral deveria ser eleita em Assembleia Geral com a participação de pelo menos 1/3 da comunidade escolar. Com a retificação, o Art. 2º passou a prescrever: “A comissão eleitoral será composta de 5 (cinco) membros [...] que deverão ser eleitos em Assembleia Geral, com ampla participação da comunidade escolar para exercer as seguintes atribuições [...]” (PARÁ, 2009b).

Nesta errata, a ampliação da participação da comunidade escolar para a eleição da comissão eleitoral já favoreceu a abertura da escola à comunidade, antes restrita apenas a 1/3 da comunidade. No que diz respeito ao regimento eleitoral, a comissão recebeu da SEDUC uma minuta de orientação para a elaboração do seu regimento. Mas, ficando cada escola responsável em elaborar seu próprio regimento ajustando a sua realidade.

A comissão eleitoral foi formada obedecendo aos princípios prescritos na Portaria, ou seja, o processo foi conduzido pelo Conselho Escolar. Contudo, a comissão relata que durante o processo eleitoral ocorreram vários acontecimentos, dentre eles: a presença da política partidária; a impugnação de chapa e a dificuldade em divulgar a

eleição, o que levou a comissão eleitoral a procurar assessoria jurídica para orientação do processo eleitoral.

Conforme a Portaria 04/09 no Art. 5º - poderiam concorrer à Direção e à Vice-Direção das Unidades Escolares da Rede Estadual de ensino [...] pedagogos, licenciados plenos e profissionais técnicos graduados em nível superior com pós-graduação em educação.

A partir do documento de errata da portaria, poderiam então concorrer:

[...] pedagogos licenciados plenos, professores licenciados plenos e profissionais técnicos graduados em nível superior. Ocupante de cargo efetivo estatutário e não estável estatutário. Parágrafo único – Os professores licenciados plenos profissionais técnicos graduados em nível superior deverão possuir pós-graduação em educação (PARÁ, 2009b).

Diante desse fato, a comissão ao analisar a documentação dos candidatos impugnou uma chapa, pois um dos membros não possuía pós-graduação em educação. Em entrevista, o coordenador da comissão relatou que foi até a SEDUC para obter maiores esclarecimentos quanto ao fato de um dos candidatos não possuir pós-graduação em educação. Quanto a este episódio consta na Ata do dia vinte e dois de outubro de dois mil e nove:

A comissão comunicou ao Sr. [...] que o mesmo não poderia participar como candidato, somente como plateia, do debate previsto para aquela tarde. O candidato muito exaltado disse que não iria se retirar do local onde estava reservado para o debate, pois não aceitava a decisão. Feito isso, o Sr. [...] pegou o microfone e começou a discursar, inflamado com sua fala, junto com seus cabos eleitorais (pessoas alheia ao processo) o comportamento dos presentes no recinto. Foi pedido ao mesmo, mais uma vez, para que se retirasse do espaço, mas o candidato recusou-se. Diante dos fatos e procurando evitar maiores transtornos, a Comissão decidiu por suspender o debate convidando a todos os presentes para que se retirassem do recinto. Do lado de fora do auditório, mais ainda dentro do recinto escolar, começaram discussões acaloradas entre simpatizantes das chapas. Neste interior, [...] simpatizantes da chapa 2, que inclusive não faziam parte da comunidade escolar, agiram com muita agressividade, jogando pedras, paus, ovos e outros objetos nas pessoas presentes. A comissão interveio e pediu para que todos voltassem para suas residências, a fim de estabelecer a ordem (ATA DE REUNIÃO, 2009, p. 7).

Diante desse fato, a comissão procurou a SEDUC para auxiliá-la. A Secretaria esclareceu que em relação ao processo, a comissão juntamente com o Conselho Escolar teria autonomia para a solução do problema, e o que fosse decidido teria validade.

Todavia, diante da pressão sofrida, a comissão eleitoral procurou assessoria jurídica, pois segundo relato do Presidente da Comissão quanto à chapa impugnada:

[...] o candidato afirma que tem padrinhos na SEDUC e na política, sendo que o que se observa é a luta pela ganância pelo poder, e não pelo interesse da educação, vindo a prejudicar os alunos e a comunidade, [...] prejudicando o bom desenvolvimento da Escola Brigadeiro [...] (ATA DE REUNIÃO, 2009, p. 9).

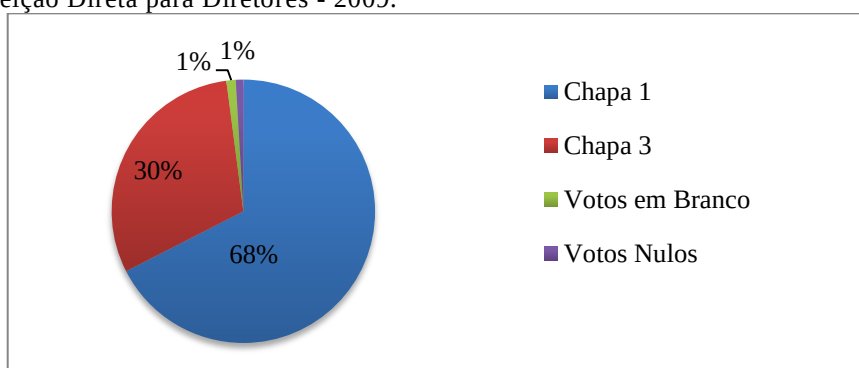
A eleição ocorreu aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove às oito horas e vinte minutos, no auditório da referida instituição. Estavam presentes os fiscais das chapas, comunidade do bairro e a Polícia Militar do Estado para dar segurança ao processo eleitoral. Durante o pleito não foi identificada nenhuma ocorrência relevante. Concorreram somente duas chapas (1ª e 3ª), haja vista que a 2ª chapa foi impugnada. O resultado da eleição foi o seguinte:

Tabela 05 - Resultado da Eleição direta para diretores escolares/2009.

Chapas	Nº de Votantes
Chapa 1 – Oposição	585
Chapa 3 – Situação	264
Votos em Branco	10
Votos Nulos	8
Total de Votantes	867

Fonte: Ata da eleição (2009). Elaborado pela autora.

Gráfico 1 - Eleição Direta para Diretores - 2009.



Fonte: Ata da eleição (2009). Elaborado pela autora.

Estes dados revelam o desejo de mudança da comunidade escolar, pois a chapa vencedora representava a mudança. Enquanto a chapa 3 era representada pela gestão que passou os últimos 22 anos à frente da direção da escola por indicação política, portanto

no entendimento dos eleitores, essa gestão deveria atender aos interesses do Estado, em detrimento dos interesses coletivos da comunidade escolar. Mesmo sendo lembrada como a gestão ganhadora de vários prêmios, isso não foi suficiente para elegê-la, o que pode representar que prêmios não significam melhorias reais de condições concretas da escola e, especialmente das relações de poder.

Araújo (2011), ao analisar a lógica de premiação por meio de um estudo de caso realizado no Colégio São Francisco Xavier (Abaetetuba/PA), reconhece na gestão escolar premiada alguns elementos da gestão democrática, mas “que não guarda correspondência com as práticas efetivamente democráticas e que está intimamente alinhada a um projeto educacional voltado para a promoção de interesse e capacidades meramente úteis à lógica de mercado” (2011, p. 148).

Diante disso, analisa-se que a defesa da eleição como critério para a escolha de diretores escolares está fundamentada em seu caráter democrático. Nas palavras de Paro:

À medida que a sociedade se democratiza, e como condição dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a própria sociedade. Daí a relevância de se considerar a eleição direta, por parte do pessoal escolar, alunos e comunidade, como um dos critérios para a escolha do diretor e escola pública. Tal relevância fundamenta-se na necessidade do controle burocrático do Estado por parte da população, no sentido do provimento de serviços coletivos em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do Poder Público e de acordo com os interesses da sociedade (PARO, 2003a, p. 26).

Desse modo, o movimento do processo de participação da comunidade escolar durante o processo eleitoral conduz à abertura para o diálogo explicitando os conflitos de opiniões e interesses, entretanto, não se deve tomar isso como algo negativo, mas como algo positivo que decorre do exercício do diálogo, e, portanto do jogo democrático. “O que se observa também é que os conflitos que vêm à tona revelam uma maior consciência política que começa a se desenvolver entre os participantes do processo” (PARO, 2001a, p. 73).

Nas palavras do representante da comissão eleitoral:

A gestão democrática começa com a eleição, só o fato de você ter a oportunidade de escolher o seu próprio representante [...] eu acho que para implantar uma democracia você se sente melhor estando ao lado de uma pessoa que você mesmo escolheu, então é muito importante porque

depois da eleição dá iniciou a discussão, a participação (COORDENADOR, COMISSÃO ELEITORAL)⁴².

O que se percebe nesta fala é que a própria eleição se bastaria ou se completaria nela mesma como sinônima de democracia, mas como se viu em Bobbio (2009a), a eleição é um elemento necessário, mas não suficiente para a democratização da vida social, necessitando passar pela ocupação de novos espaços que até o momento são dominados por organização do tipo hierárquico ou burocrático. Mas, esse processo já está sendo verificado em sociedades que têm intensificado a democratização da vida social. Segundo o mesmo autor:

O que acontece agora é que o processo de democratização, ou seja, o processo de expansão do poder ascendente, está se estendendo da esfera das relações políticas, das relações nas quais o indivíduo é considerado em seu papel de cidadão, para a esfera das relações sociais, onde o indivíduo é considerado na variedade de seus *status* e de seus papéis específicos, por exemplo de pai e filho, de cônjuge, de empresário e de trabalhador, de professor e de estudante e até mesmo de pai e estudante, de médico e de doente, de oficial e de soldado, de administrador e de administrado, de produtor e de consumidor, de gestor de serviços públicos e de usuários, etc (BOBBIO, 2009a, p. 67).

A eleição significou para a escola um momento em que o clima eleitoral, com todas as suas divergências e lutas partidárias, invadiram a escola, colegas de serviço se tornaram adversários, fazendo emergir os conflitos necessários e fundamentais no processo de construção da gestão democrática. Por meio do resultado da eleição, identificou-se que a diretora, mesmo sendo considerada competente e premiada, não venceu a eleição porque, segundo a comunidade, deveria ocorrer uma mudança, pois seu poder seria centralizado e já estaria cristalizado, e assim prejudicaria o surgimento de novas lideranças e a construção da gestão democrática. Portanto, a gestão democrática deveria ser empreendida como:

Processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola (SOUZA, 2009, p. 126).

⁴² Entrevista realizada no dia 21 de novembro de 2011.

Portanto, a gestão da escola pública deve ser empreendida como um processo democrático, pois a democracia é um princípio norteador das práticas da educação pública, é construção, conquista e é também uma ação educativa coletiva na educação política dos sujeitos da comunidade escolar.

No que diz respeito à realidade da escola pesquisada, pode-se inferir que a instituição desejava algo além da modificação de um novo perfil de direção, mesmo não possuindo um projeto concreto de mudança, aspirava por novas relações de poder. A comunidade escolar não aceitava mais que o controle ocorresse de cima para baixo, e reivindicava relações mais horizontais, ou seja, aquelas baseadas na participação efetiva e no diálogo, o que pode ajudar a formar cidadãos.

3.5 - A leitura do Órgão do Sistema Educacional do Estado do Pará

A Secretaria de Estado de Educação do Pará foi criada a partir da Lei nº 400, de 30 de agosto de 1951⁴³, que a legitima como um órgão de administração direta do Estado, vinculada à Secretaria Especial de Promoção Social. Atualmente, a SEDUC administra a educação pública realizada em 1.323 escolas localizadas em áreas urbanas e rurais nos 144 municípios do Estado. São 28.305 professores atendendo 794.153 estudantes. Portanto, supõe-se que há dificuldade em administrar essa quantidade de estabelecimentos de ensino. E que essa dificuldade decorre, em certa medida, pela distância geográfica entre esses municípios, haja vista que o Estado do Pará possui uma dimensão geográfica de 1.248.042 Km²⁴⁴.

Diante dessa realidade, Coelho (2009) identifica três níveis de dificuldades para a implementação da gestão democrática. A primeira dificuldade reside no fato de a própria Secretaria de Educação não possuir quadro técnico qualificado acerca de um Projeto Pedagógico sobre gestão que os qualifiquem como interlocutores entre a secretaria e a comunidade escolar. A segunda diz respeito ao fato de a Secretaria administrar uma grande quantidade de escolas localizadas na área urbana e rural, dificuldades essas relacionadas tanto ao grande número de escolas, quanto a sua diversidade geográfica. A

⁴³ Segundo a instituição, a SEDUC tem por finalidade estudar, planejar e executar o controle e a avaliação dos assuntos relativos à política educacional do Governo do Estado, zelando pelo cumprimento das decisões dos Conselhos Federal e Estadual de Educação, além de acompanhar as instituições que compõem a sua área de competência. Fonte: <http://www.seduc.pa.gov.br/portal/index.php?action=AreaInteresse.sitePortal>. Acesso em 12/03/2012.

⁴⁴ Segundo site oficial do governo do Estado do Pará. www.pa.gov.br. Acessado em 21/04/2010.

terceira dificuldade reside no fato de não se considerar a autonomia das escolas, inclusive porque essa autonomia não está presente nem no discurso do projeto de Gestão Democrática a ser construído na Secretaria.

Ainda em Coelho (2009), a discussão acerca da gestão democrática no Estado do Pará surgiu por meio da luta do SINTEPP em oposição ao regime militar, traçado na sociedade civil juntamente com os partidos de esquerda de oposição ao autoritarismo entre eles: o PT, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Comunista do Brasil – (PC do B), além dos setores da Igreja Católica, com o movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da União Nacional dos Estudantes Universitários (UNE), da Comissão dos Bairros de Belém – (CBB), além de outros segmentos da sociedade civil. Portanto, a temática já fazia parte da agenda dos movimentos sociais que lutavam em prol da democracia em nosso Estado.

3.5.1- O processo de materialização da gestão democrática no Estado do Pará

A eleição direta para o provimento do cargo de diretor no Estado do Pará não é um acontecimento recente, pois se identificam em pesquisa realizada por Santos (1999) algumas experiências, conforme a autora:

Nas escolas médias do estado, até o presente momento a SEDUC só conseguiu implantar, ainda que com dificuldade, os Conselhos Escolares, pois apenas 12% dos diretores entrevistados foram conduzidos ao cargo, através de eleição direta. Ressalte-se ainda que esse processo eletivo ainda não pode ser considerado efetivamente democrático, de vez que a indicação do diretor, precisa ser aprovada pelo Secretário de Educação, entre os três indicados pelo Conselho Escolar [...] (SANTOS, 1999, p. 76).

Corroborar-se com a autora no tocante ao fato de que esse movimento não pode ser considerado plenamente democrático. Todavia, o processo de discussão mais amplo sobre gestão democrática passou a ser materializado finalmente por meio da I Conferência Estadual de Educação em 2008. A conferência poderia ser considerada como um marco na história da educação paraense, pois foi a partir dessa mobilização e das discussões que foram definidas as diretrizes políticas para a reorganização da educação básica no Pará, e em especial as diretrizes destinadas à democratização da educação e da escola.

Em nível municipal, na capital do Estado do Pará sobre o processo de institucionalização da eleição de dirigente no Sistema Municipal de Ensino (Belém), faz-se referência à experiência do governo Edmilson Rodrigues - PT (1997-2004). Segundo pesquisa realizada por Guedes (2007), este governo desenvolveu uma gestão pautada nos princípios da participação popular, democratização da relação Estado/sociedade e controle social do Estado. Entretanto, entende-se que para haver controle social seja imprescindível a sociedade participar da formulação, das ações e do acompanhamento da gestão pública. Da mesma forma, esse controle social deveria ser exercido sobre as decisões públicas, “avaliando seus objetivos, processos e efeitos, para o exercício efetivo de cidadania.” (SANTOS, 2009, p. 109).

Apesar de o sistema educacional municipal ter assumido a eleição direta como um vetor indispensável da democratização da escola, essa iniciativa não foi incluída como um dispositivo legal. Nesse sentido, quando houve a mudança de governo municipal, as regras de eleição direta para diretores foram revogadas, retornando o processo técnico seletivo controlado pela SEMEC.

Pode-se definir que esse processo resulta da dinâmica das políticas de Governo e não das políticas de Estado⁴⁵. A este respeito, Camini (2009) afirma que as políticas de Governo em geral são pensadas para um período de gestão correspondente ao mandato do gestor eleito, esquecendo-se que a efetividade da política pública pressupõe a continuidade de suas ações no atendimento das demandas sociais reivindicadas como direito do cidadão, independente da articulação política que esteja no comando do Estado. Aliás, isso é um dos principais motivos pelos quais as políticas educacionais não reverberam em mudanças efetivas da realidade, pois em educação as mudanças exigem um período de maturação, sem o qual tudo não passa de episódico, eventual e inócuo.

Segundo o documento que estabelece a política de educação básica do Estado do Pará (2008), a I Conferência Estadual de Educação realizada em janeiro de 2008 aglutinou instituições de ensino (e afins) governamentais e não governamentais na

⁴⁵A este respeito ver em REZENDE, Flávio da Cunha. Por que Falham as Reformas Administrativas? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 47-66. O autor discute a evolução de políticas administrativas ocorridas no Brasil durante o período de 1930-95, chama atenção para o problema da falha sequencial nas reformas implementadas neste período. Afirma que há uma constante tensão entre a formulação e a implementação de políticas públicas. De onde entendemos que as políticas de governo talvez não se tornem políticas de Estado pela falha sequencial. Uma vez que, por serem política de governo não se constituem em lei para que haja uma obrigatoriedade de continuidade dessas políticas.

aprovação das diretrizes, metas e objetivos para a elaboração do Plano Estadual de Educação. Ainda acerca do que está prescrito na política de educação básica do Estado do Pará:

A construção da gestão democrática no sistema de ensino público estadual do Pará é vontade de todos os sujeitos que participaram do movimento de construção deste documento e pauta-se pelos seguintes aspectos:

- Defesa da ideia de democracia participativa e compreensão da participação coletiva como ponto central desse processo;
- Controle social da educação;
- Efetivação da autonomia das unidades escolares sem prejuízo de diretrizes comuns, da construção coletiva do projeto Político-Pedagógico e dos Regimentos Escolares, fortalecimento dos Conselhos Escolares e Grêmio Estudantis;
- Democratização das formas de acesso ao cargo de diretor com a garantia de participação dos diferentes segmentos;
- Espaços de deliberação coletiva entre o sistema de ensino estadual e as escolas da cidade do campo, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, coordenação, planejamento e a descentralização dos processos de decisão e de execução, de modo a criar condições para a celebração das ações;
- Criação de fóruns permanentes de discussão e mobilização da comunidade local e escolar visando a participação, o acompanhamento, discussão das políticas educacionais do Estado, no que diz respeito à formulação, efetivação no cotidiano das escolas públicas;
- Articulação entre as diferentes etapas da Educação Básica e os diferentes níveis de ensino nas ações de planejamento, coordenação e avaliação;
- Reconhecimento e afirmação da diversidade cultural e social dos povos do campo, da floresta, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, mulheres, crianças, jovens, idosos, GLBT e pessoas com necessidades especiais (PARÁ, 2008, p. 27).

Por conseguinte, a partir do que estava prescrito no documento, o órgão do sistema educacional (SEDUC) tomou algumas providências, que em sua visão, o processo aconteceu da seguinte forma:

[...] a caminhada que a Secretaria Estadual deu, ela teve na verdade impulso inicial pelo o que agente acompanhou dos documentos e também do nosso período pela SEDUC; se deu a partir da realização da Conferência Estadual de Educação, esse foi o debate bastante intenso na conferência, e nessa conferência então se deliberou se tirou nessas metas: a instalação dos processos de gestão democrática na escola, entre eles incluindo aí a realização das eleições, e posteriormente e concomitantemente as eleições, reestruturação dos conselhos escolares. Então várias medidas de democratização foram consolidadas na conferência de 2008. Com o decorrer disso, com essa tomada de decisão na conferência, me parece que a gestão naquele momento achou por bem iniciar os trabalhos. Então foi constituída uma comissão integrada por membros da secretaria de educação e pelo sindicato (SINTEPP)

para começar debater o método; como provocar isso, e daí saiu à deliberação inicial que foi feita uma reunião naquela ocasião era a professora [...]. Foi feita uma reunião com os diretores de URE, de USE, foi divulgado essa diretriz inicial, não era um documento muito acabado, era mais ou menos os princípios e como seria feito os prazos possíveis. Foi feito um debate nessa reunião, então esse documento recebeu a contribuição de alguns diretores, alguns colegas que estavam na condição de gestão, que estavam mais perto da escola e a partir daí essa comissão começaram a trabalhar na escritura da primeira regulamentação da realização das eleições. [...] foi com essa caminhada que se deu o primeiro movimento, se instalou o regimento geral das eleições, e esse regimento digamos ele serviu de documento orientador para cada escola, mas cada conselho escolar deveria elaborar o seu regimento local. (Ex- SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO, 2012)⁴⁶.

Observa-se que foi a partir dos encaminhamentos estabelecidos na I Conferência Estadual de Educação que se deu a caminhada para consolidar a institucionalização dos processos de gestão democrática na escola, dentre as medidas de democratização estava à realização da eleição direta para diretores escolares. Para o órgão do sistema (SEDUC), a eleição direta para diretores escolares na rede estadual como um instrumento da implantação da gestão democrática significou:

Uma mola mestra fantástica para a escola porque o fato de você ter um profissional da escola, um professor, um técnico ou aquele sujeito que se coloca a disposição de assumir essa condição de gestor: primeiro que agente muda um pouco essa coisa dessa autoridade histórica que os órgãos do sistema têm sobre a escola. Só o sistema sabe o que é melhor para a escola! Eu dizia diariamente na SEDUC para os meus colegas, olha gente, há vida inteligente na escola, vocês podem não acreditar, vamos respeitar o espaço lá! Então, para o órgão do sistema é uma lição fantástica porque tem que respeitar aquela comunidade, com as suas diferenças, com as suas potencialidades na escolha da sua liderança. Segundo, na escola você reconhece uma liderança que não é aquela liderança escolhida por um deputado ou vereador ou cacique político da área. É uma liderança que nasce lá, da experiência dele, da prática dele, da condução do trabalho que ele faz, do reconhecimento que a própria comunidade faz do seu trabalho. [...] Então, eu acho que isso faz com que a escola se olhe, se reconheça, reveja seus valores, reveja aquilo que tem feito, reconheça suas dificuldades. (EX-SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO, 2012)⁴⁷.

A eleição direta para diretores escolares é um instrumento para romper com o clientelismo tão presente na história das instituições escolares. Pois, esse clientelismo ainda está muito arraigado na cultura educacional, até mesmo por lideranças políticas que têm em sua base ideológica a matriz democrática. Assim, observou-se a

⁴⁶ Entrevista realizada no dia 22 de março de 2012.

⁴⁷ Entrevista realizada no dia 22 de março de 2012.

partidarização do processo eletivo. Durante o processo da eleição direta para diretores na rede estadual de ensino no Pará, o sistema encontrou algumas resistências, desde diretores que estavam há anos na direção de escola por indicação política até de vereadores e deputados que, naquele momento, eram da base do governo, e que em princípio pertenciam à mesma matriz ideológica.

Abaixo se exemplificam algumas situações vivenciadas pelo sistema:

[...] diretora nós temos que viver isso, a senhora pode discordar, a senhora pode dizer que a comissão eleitoral roubou, estava a favor da outra candidata, pode reunir provas quanto a isso. A escola tem que viver isso, é importante se melar nessa lama democrática, ainda que ela tenha todos os problemas do mundo, sabe por quê? Na próxima os erros não acontecerão mais, a senhora vai ficar de olho, vai fiscalizar melhor, vai se compor a comissão eleitoral de uma outra forma, de uma outra maneira, vai se fazer uma assembleia. A própria escola, os sujeitos que estão na escola vão aprender com esse processo. [...] Eu me deparava muito quando eu recebia alguns deputados que eram naquele momento da base do governo, lideranças que vem mais dessa ordem desse campo político popular democrático que estão em partidos PT, PC do B, e tantos outros partidos que tem um pouco dessa vinculação com a democracia. E eles iam reclamar o seu diretor. – Eu dizia: mas, ele não é o seu diretor ele é o diretor da escola, não é seu. [...] o jogo não é democrático, ou só é democrático se o meu candidato ganhar. Como é isso? Nós não lutamos a vida inteira, vinte anos um monte de gente morreu nesse país, lutando pelo direito da escolha democrática, pelo exercício do voto, das eleições direta, do povo se manifestando [...] Me explique de qual matriz ideológica nós estamos falando, com o mesmo debate que o seu partido milita e que nós estamos tentando implementar? (EX-SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO, 2012)⁴⁸.

Como se percebe, um dos aspectos relevantes acerca do processo eleitoral é o risco da partidarização das eleições para diretores. Aliás, isto foi uma realidade. O diretor enquanto um ocupante de um “cargo de confiança” chama atenção. “Não se trata de negar o caráter político de toda educação, mas de evitar o ‘viés partidário’ que essa educação pode assumir [...]” (PARO, 2003a, p. 76), pois compromete os fins da educação.

[...] parece inevitável que, na falta de uma tradição no exercício dos mecanismos democráticos, a escola absorva da sociedade a que ela pertence os vícios do clientelismo e da demagogia aí presentes. Mas estas são questões que só encontram solução no exercício continuado da própria prática democrática. De qualquer forma, não há porque deixar

⁴⁸ Entrevista realizada no dia 22 de março de 2012.

algumas providências com relação aos procedimentos que regem o processo de eleição dos diretores que visem, não a eliminar, mas pelo menos a dificultar os vários tipos de prática que levam à demagogia ou ao clientelismo (PARO, 2003a, p. 79).

Apesar das resistências encontradas durante o processo de implantação das eleições direta para diretores escolares, reconhece-se que a construção da gestão democrática no sistema estadual de ensino, assim como todo processo democrático é processual, pois se está aprendendo a democracia, apesar de seus defeitos ainda serem um dos melhores caminhos. Quanto a essa situação, a secretária adjunta de ensino enfatizou:

Corremos o risco de empoderar um tirano, corremos esse risco! Mas é o risco da democracia. Assim, como isso pode acontecer agente pode valorizar uma liderança que começa a nascer, que tem fôlego que quer mudar, então agente ganha com tudo isso! Eu te diria: ganha inclusive com as duas situações, ganha quando bota no lugar uma pessoa que tem esse espírito democrático, tem essa vontade da mudança, da inovação pedagógica como quando bota um tirano lá porque aprende a tirania também! [...] Eu acho que em grande medida a gente cerceia o autoritarismo, não que ele desapareça, mas a gente consegue perceber mais claramente aonde ele se manifesta [...] Então é um grande teste [...] eu acho que dá uma vida nova, alimenta essa situação de participação na escola. (EX-SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO, 2012)⁴⁹.

Corroborando com o debate, pensa-se que a participação na vida política é o componente importante que se aprende no exercício democrático. A participação é quase sempre defendida como condição para a realização democrática. E a democracia se inseriu tanto na vida social que participar passou a ser um preceito: “Participação é hoje uma palavra-chave onipresente nos discursos político, normativo e pedagógico” (LIMA, 2008, p. 69).

No que diz respeito ao contexto educacional, Gutierrez (2004) lembra que a participação deve ser percebida quando subordinada e integrada a outras dimensões do campo da educação. Para o autor, a participação é o elemento a ser interiorizado no projeto político pedagógico para o exercício pleno da cidadania. Por conseguinte, é um desafio a ser enfrentado ao educador, e aqui mais especificamente ao gestor trabalhar com essa realidade. Quando perguntado ao órgão do sistema qual a formação fundamental para o trabalho do diretor escolar, obteve-se a seguinte resposta:

⁴⁹ Entrevista realizada no dia 22 de março de 2012.

Olha, se tu me fizesses essa pergunta há vinte anos [...] eu te diria, ah tem que ser formado em pedagogia, em administração escolar. Hoje eu te diria não apenas, não necessariamente. [...] o profissional da pedagogia, claro ele tem uma formação que acaba por lhe dar embasamento muito interessante para essa condição de gestor. Mas, os licenciados plenos também a formação [...] mudou muito nos últimos anos, eles tem um debate pedagógico de gestão (EX-SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO, 2012)⁵⁰.

Nesse sentido, é fundamental refletir acerca da formação de profissionais que dirigem a educação e formam homens e mulheres. A gestão escolar que responde aos ditames da contemporaneidade possui uma especificidade que:

[...] se fundamenta em objetivos educacionais representativos dos interesses das amplas camadas da população e leva em conta à especificidade do processo pedagógico escolar, processo este determinado por estes mesmos objetivos (PARO, 2010, p. 230).

Vale ressaltar novamente as considerações acerca dessa temática em Paro (2003b). Para o autor, os profissionais da educação, mesmo não assumindo um cargo político, devem ter em sua formação conteúdos básicos sobre conhecimentos específicos de sua área de atuação, assim como aqueles relacionados aos fundamentos da educação e as questões relacionadas à situação da escola pública.

Diante do exposto, conjectura-se que a prática da gestão democrática deve estar comprometida com a formação de homens e mulheres para que se tornem capazes de dirigir seus destinos. Da mesma forma, as instituições escolares devem estar pautadas no diálogo, assim como em métodos que se concretizem coletivamente por meio do companheirismo e da solidariedade, os quais poderão gerar compromissos com a transformação da sociedade.

Analizando a realidade das escolas públicas, vai-se encontrar outra temática que se faz muito presente e necessária para a formação dos dirigentes escolares, entre elas a do financiamento da educação. Na visão do sistema:

[...] há uma falha na nossa formação que é o debate do financiamento da educação, um preparo mais na formação econômica, contábil [...] hoje o diretor tem que aprender a dá conta da direção administrativa, financeira, pedagógica, curricular [...] Hoje na escola tem recurso que chega do ministério direto na escola, projeto a,b,c, escolas que tem nove a dez projeto funcionando, e recebe uma soma razoável [...] essa formação falta para todos nós, os que já estão lá e os que ainda estão

⁵⁰ Entrevista realizada no dia 22 de março de 2012.

aqui na formação [...] muitos vão aprender no exercício (EX-SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO, 2012)⁵¹.

Para Ramos (2003), a discussão sobre financiamento da educação no Brasil sempre foi um terreno pouco explorado pelos educadores, o que tem mudado nos últimos anos, principalmente após a promulgação da Emenda Constitucional 14/96, que instituiu o Fundo do Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), tendo provocado polêmica suficiente para que amplos setores da sociedade passassem a incorporar o tema nas pautas de discussão.

Considera-se extremamente positiva essa apropriação, por parte dos educadores, de temas relativos ao financiamento, visto que, em se tratando de educação pública, é o dinheiro do contribuinte que está sendo gasto, sendo muitas vezes mal aplicado, ficando perdido na burocracia ou até mesmo sendo desviado. Por isso, acredita-se que se a sociedade fiscalizar mais esses recursos mudará a cultura da falta de transparência nas contas públicas e, particularmente nas receitas destinadas à educação. Em relação à transparência nas receitas públicas:

No Brasil, a transparência é considerada um princípio da gestão fiscal responsável que deriva do princípio constitucional da publicidade. Todavia, a transparência é um conceito mais amplo do que a publicidade, isso porque uma informação pode ser pública, mas não ser relevante, confiável, oportuna e compreensível [...] a transparência encontra-se em estágio incipiente de desenvolvimento na ciência contábil (NETO *et al.*, 2005, p. 1-11).

Nessa perspectiva, entende-se que a transparência é condição *sine qua non* para que se possa ter controle social que, por sua vez, é indispensável na democratização das relações de poder nas instituições, em especial as escolares. O controle social é aqui entendido, na perspectiva defendida por Mészáros (2005b), como a objetivação de um conjunto de medidas e mecanismos capazes de direcionar a transição para uma nova sociedade, o que significa necessidade essencial para a sobrevivência humana.

3.5.2 – A avaliação da eleição para diretores na perspectiva da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC)

Um dos aspectos fundamentais ressaltados na pesquisa foi a percepção favorável da Secretaria de Educação sobre a eleição de diretores como a forma mais adequada para

⁵¹ Entrevista realizada no dia 22 de março de 2012.

a escolha de diretores do sistema estadual de ensino no Pará. A importância atribuída à eleição seria a de respeitar a comunidade na qual a escola está inserida, assim como permitir a escolha de sua liderança que nasce na comunidade. Uma liderança que a escola reconhece como uma pessoa que pode encaminhar a instituição para outra direção.

A pesquisa identificou que a eleição de diretores considerada como um instrumento de implantação da gestão democrática na rede estadual de ensino precisa ser aperfeiçoado. No processo eleitoral, foram identificados alguns aspectos, que segundo a secretaria de educação, foram inadequados ao processo:

[...] faltou equipe de trabalho, faltou gente para tocar isso. [...] faltou um tempo maior, talvez ver inaugurado esse processo só na virada de 2008 para 2009 quando aconteceu as primeiras eleições já com alguns problemas já era para ter corrigido na própria portaria, baixava uma nova portaria com novas exigências, esclarecia algumas coisas, fazia um documento explicativo com mais alguns detalhes ou orientações [...] a pressa de ver acontecer as coisas foi uma fator negativo [...]. Então faltou um pouco de fôlego da equipe estadual, faltou gente mesmo para poder dá conta da tarefa que não foi pequena! (EX-SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO, 2012)⁵².

Portanto, durante o processo eleitoral alguns aspectos deveriam ser revistos. Um deles seria uma equipe maior para o assessoramento das escolas durante o processo eleitoral, assim como as modificações nas portarias emitidas nos anos de 2009 e 2010. Entende-se que a democratização das instituições escolares é um processo que poderá ser aperfeiçoado a partir do desenvolvimento das práticas democráticas no interior das escolas, por meio da parceria entre escola e comunidade. Entretanto, destaca-se nesse processo a participação do SINTEPP durante a implementação das eleições diretas nas escolas estaduais no Pará. Mas, todo esse processo não teria significado sem a participação da comunidade escolar.

[...] sem dúvida, o envolvimento da comunidade escolar, quando você lia as atas, você via a vontade da escola da mudança, as atas algumas delas diziam muito, um grau de detalhamento muito grande [...] sem a vontade das pessoas de quererem fazer o processo acontecer, podia ter a portaria que ninguém ia fazer nada, como em algumas escolas. A portaria entrou em vigor e não se animou para fazer a eleição [...] Mas, em outras quando isso bateu no chão da escola virou rastilho de póvora. (EX-SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO, 2012)⁵³.

⁵² Entrevista realizada no dia 22 de março de 2012.

⁵³ Entrevista realizada no dia 22 de março de 2012.

Diante disso, pode-se inferir que a participação da comunidade escolar durante o processo eleitoral é o fio condutor da gestão democrática porque envolve necessariamente a partilha de poder. O convívio democrático se realiza na prática como fruto das relações que se constituem independente de quem esteja no poder.

A participação democrática não se dá espontaneamente; sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas dentro da escola pública. Isso aparece tanto mais necessário quanto mais considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo, poder altamente concentrado e de exclusão nas discussões e decisões (PARO, 2003b, p. 22).

A pesquisa também constatou que houve vontade política da Secretaria de Educação em democratizar as instituições estaduais de ensino. Nesse sentido, constata-se a mudança expressiva na relação entre a Secretaria de Educação, o SINTEPP, URE (Unidade Regional de Ensino), USE, os diretores e as unidades escolares estaduais. Dentre as ações que a Secretaria de Educação realizou, cabe citar o Fórum de diretores que aproximou a Secretaria dos gestores das Unidades de ensinos:

[...] quando a gente fez o fórum dos diretores, agente escutava deles as sugestões, as dúvidas. Enfim, a gente rompia um pouco com aquilo que ficou consagrado nas administrações anteriores quando se criou a URE e USE. Então, os diretores construíram uma imagem das UREs e USEs como aquele lugar, aquele para-choque. O diretor não chega até a SEDUC, chega até o diretor da URE, mas não chega até o Secretário de Educação (EX-SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO, ÓRGÃO DO SISTEMA, 2012)⁵⁴.

Assim, observa-se que, por meio do fórum dos diretores, a Secretaria tenta romper com essa barreira que há anos foi construída, pois não se chegava ao Secretário de Educação. Entretanto, o poder centralizador da Secretaria de Educação ainda se manifesta no âmbito financeiro e administrativo, pois as UREs e USEs não possuem autonomia para solução de pequenos problemas, ficando a cargo do órgão do sistema. No que diz respeito aos aspectos financeiros, na escola é um pouco diferente, haja vista que as instituições recebem uma série de recursos que chegam diretamente na escola e são administrados pelos conselhos escolares ou pela gestão escolar. Uns exemplos são: PDDE, PDE – escola, “Mais Educação”, “Escola de Portas Abertas” e Fundo Rotativo. Mas, quanto ao administrativo as UREs, USEs e as escolas ainda ficam na dependência

⁵⁴ Entrevista realizada no dia 22 de março de 2012.

da SEDUC para gerenciar a insuficiência de professores e de demais servidores essenciais para o trabalho da escola.

Em relação a essa situação, instaura-se o que Santos (1999) em sua pesquisa denominou de “autonomia por imposição ou abandono total”, uma espécie de autonomia às avessas:

As evidências empíricas estão a demonstrar que as iniciativas da SEDUC podem indicar que tais Conselhos Escolares sejam mais uma medida burocrática do que propriamente a decisão de abertura de canais de efetiva participação da sociedade na escola ou mesmo, uma forma de o Estado se desobrigar de seu dever com a educação, entregando à comunidade a responsabilidade total para com a escola e como que se livrando do que nunca conseguiu fazer bem, que é dar uma boa educação àqueles que precisam das escolas públicas (SANTOS, 1999, p. 79).

A partir exposto, observa-se que apesar dos problemas identificados durante o processo para a consolidação das eleições diretas para diretores das escolas estaduais do Pará, houve a aspiração da Secretaria de Educação em criar mecanismos de participação da sociedade civil para a materialização do projeto de democratização das instituições educacionais no estado. A Secretaria de Educação possibilitou a abertura de espaços para debates, de diálogos com os municípios paraenses e, que posteriormente em doze Conferências Regionais culminou com a I Conferência Estadual de Educação, marco para a Política de democratização da educação paraense.

A I Conferência Estadual de Educação abriu caminhos para a aprovação de diretrizes do Plano Estadual de Educação aprovado pela Lei 7.441 de 02 de julho de 2010, também fruto de um amplo debate que aglutinou o desejo da sociedade civil num projeto de educação para o Estado do Pará. Pela primeira vez, a sociedade paraense assistiu a um movimento significativo para a democratização das instituições escolares, contudo, vai-se perceber com mais detalhes esse projeto no “chão da escola”.

Por isso, considera-se relevante a análise de algumas práticas das instituições escolares e a eleição direta para diretores de escola como uma política de democratização da educação e da escola, e, aqui, em especial, o estudo da eleição direta para diretores por meio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brigadeiro Fontenele, tendo em vista que é nos espaços das instituições escolares que podem se concretizar ou não as políticas públicas.

3.6 - A eleição direta para diretores escolares como possibilidade para a construção da gestão democrática no chão da escola: o que revelam os sujeitos?

Durante a pesquisa de campo realizada por meio de entrevista, quando se inquiriu os participantes sobre a importância da eleição direta para diretores escolares como um instrumento para a construção da gestão democrática, as manifestações foram todas positivas acerca do sufrágio universal. Apesar de não reconhecerem o sufrágio universal como o responsável que por si só possibilita a implantação da gestão democrática, os mesmos reconhecem o importante papel para sua construção.

Eu acho que esse é um dos passos, ele não é o único. Eu penso, quando nós falamos e pensamos em gestão, compreende um conjunto, e mobiliza uma conjuntura porque você está no seio de uma secretaria, e por sua vez está no seio de um Estado maior que passa suas diretrizes, e isso vêm influenciar dentro da escola. [...] Eu penso, que nos vivemos um momento muito interessante porque foi um momento de transição de sair de uma ditadura de praticamente 20/30 anos de uma pessoa que estava aqui desde a década de 80 [...] (DOCENTE 3, 2011)⁵⁵.

Foi muito interessante porque proporcionou muitas mudanças e mudanças boas. E os alunos perceberam que podiam mudar a realidade (DISCENTE 1 - ENSINO MÉDIO, 2011)⁵⁶.

A eleição é primordial porque as pessoas passam a ser ouvida, a participar (EQUIPE GESTORA, COORDENADORA PEDAGÓGICA, 2011)⁵⁷.

As eleições diretas teve um impacto muito positivo [...] porque o diretor logo que entra, ele quer fazer amizade com todos, ele dá abertura realmente, e isso tem se tornado um ponto muito positivo por estas gestões que nós estamos vendo no bairro (REPRESENTANTE COMUNIDADE, COORDENADOR DO PROGRAMA ESCOLA DE PORTAS ABERTAS 2011)⁵⁸.

Entretanto, Zabot (1984) considera a eleição direta para provimento do cargo de diretor como democrática devido ao fato de que o diretor selecionado pela votação da comunidade escolar estabelece um compromisso com a escola.

Controle burocrático algum, por mais perfeito que seja, poderá substituir o controle direto, exercido pelos que estão vivamente interessados com o que acontece na escola, isto é, os professores, os alunos, os pais e os funcionários (ZABOT, 1984, p.89).

⁵⁵ Entrevista realizada no dia 8 de agosto de 2011.

⁵⁶ Entrevista realizada no dia 8 de agosto de 2011.

⁵⁷ Entrevista realizada no dia 23 de maio de 2011.

⁵⁸ Entrevista realizada no dia 13 de agosto de 2011.

Essas entrevistas demonstram que a comunidade da E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele considera que a eleição direta para diretores escolares é um caminho para a democratização da escola. A eleição de diretores possibilitou uma nova relação da escola com a comunidade, e essa comunidade passa a perceber que a escola é um bem público, um bem da coletividade, e não apenas uma instituição do Estado. Pode-se considerar que a eleição direta para diretor viabilizou a abertura da escola à participação da comunidade, ainda que com todos os conflitos, discussões personalísticas, partidárias, dentre outras.

Mas, só o sufrágio universal não garantiu a democratização da gestão. Os principais argumentos apresentados foram os seguintes:

[...] foi muito difícil e está sendo e eu acho que essa dificuldade traz um aprendizado, um aprendizado de que pra gerir de maneira democrática é necessário mobilizar uma série de atividades, e uma série de conhecimentos que são imprescindíveis. Então eleger quem vai dirigir a escola, preparar pessoal pra assumir a próxima gestão, aprender a lidar com essas dificuldades do dia-a-dia. Eu acho que isso todos nós estamos aprendendo [...] porque é fácil chegar e dizer que o outro não fez, mas assumir isso e passar a gerir de uma outra maneira é que é o grande desafio, e mais que isso, é saber que não é só um grupo que vai gerir, mais que todos nós temos uma responsabilidade, temos uma parcela para contribuir esse sentido (DOCENTE 3, 2011)⁵⁹.

A eleição possibilita o controle, quando eu voto, eu me torno responsável por aquilo que eu estou elegendo, por aquele que eu estou apontando. [...] esse processo te dá esse mecanismo e controle. Eu acho que esse mecanismo de controle não aconteceu, portanto não é democrático (EQUIPE GESTORA - VICE-DIRETORA, 2011)⁶⁰.

A eleição direta para diretores escolares é fundamental, essencial, mas precisa ser solidificada (DOCENTE 1, 2011)⁶¹.

Diante desses relatos, pode-se inferir que a comunidade escolar reconhece que somente a eleição não é suficiente para a implantação da gestão democrática. Portanto, a democracia precisa ser qualificada, o que se reforça nas considerações de Coutinho (2002):

Então, a democratização só se realiza plenamente na medida em que combina a socialização da participação política com a socialização do poder, o que significa que a plena realização da democracia implica a superação da ordem social capitalista [...] (COUTINHO, 2002, p. 17).

Nesse sentido, observa-se que a democracia é processual e está intimamente relacionada com a participação. Para se democratizar as instituições, é preciso praticar e

⁵⁹ Entrevista realizada no dia 8 de agosto de 2011.

⁶⁰ Entrevista realizada no dia 19 de março de 2012.

⁶¹ Entrevista realizada no dia 8 de agosto de 2011.

construir a democracia participativa. Entretanto, essa tarefa é árdua e complexa, haja vista que a estrutura organizacional do Estado brasileiro é assentada em bases autoritárias oriundas do período colonial, perpassando pelo período imperial com a existência da escravidão.

Cunha (2009), analisando a formação do Estado brasileiro, ressalta que na Primeira República ou República Velha (1889/1930) o poder político era concentrado nas mãos dos latifundiários, sendo que os analfabetos e as mulheres não possuíam direitos políticos. Em seguida vivenciou-se a ditadura de Getúlio Vargas (1930/45), e a primeira experiência democrática no Brasil (1946/64), ainda que restringidos com práticas populistas. A partir de 1960, o país ficou dividido em dois blocos: o primeiro era defensor dos direitos dos trabalhadores enquanto que o segundo defendia os interesses do capital. Em março-abril de 1964, assumiu o segundo bloco por meio de uma intervenção militar.

Entretanto, o autor destaca três fatos importantes para o rompimento com essa estrutura, que são: a eleição de Tancredo Neves para Presidente da República (1985); a instalação da Assembleia Nacional Constituinte (1987); e as eleições presidenciais de novembro de 1989. Considerando o exposto, verifica-se que o país desde então vive a expectativa de romper e construir uma nova história baseada em relações mais democráticas.

3.6.1 - Limites e possibilidades da participação da comunidade na gestão da escola: Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico e Grêmio Estudantil

Segundo Gutiérrez e Catani (2006), a questão da participação está permanentemente presente na discussão a respeito das formas de administrar. O autor não define as causas dessa importante mudança, apenas relembra que essa mudança significou uma revisão teórica acerca dos pressupostos teóricos do taylorismo⁶² que acabou perdendo seu prestígio.

Ao analisar as entrevistas acerca da participação da comunidade na E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele, identificou-se que a comunidade não se sente incentivada a participar das atividades da escola. Quando a comunidade é chamada para as reuniões é apenas para receber informações sobre as atividades e os projetos a serem desenvolvidos pela escola.

⁶² O taylorismo se apresenta como movimento de racionalização da produção, fundada numa separação cada vez mais nítida entre os “idealizadores e organizadores” da produção (os engenheiros e técnicos do departamento de organização e métodos) e os “executantes”: os trabalhadores manuais, operários não qualificados, nas tarefas repetitivas. (...) (LIPIETZ, 1991, p.29).

Entretanto, apesar da instituição trabalhar com programas como o “Escola de Portas Abertas”, que tem a finalidade de estreitar a relação escola-comunidade, não se caracteriza como um espaço criado para a participação da comunidade na gestão da escola. Pois, são programas governamentais e não ações criadas pela gestão para a prática participativa no interior da instituição. A esse respeito, foram selecionadas informações de alguns segmentos entrevistados, que podem confirmar a questão:

Muitos queriam participar, mas se viam tolhidos dentro de muitas situações (EQUIPE GESTORA VICE-DIRETOR, 2011)⁶³.

Eu não observo, não há projeto de formação continuada promovido pela escola, e nem também por parte do Estado. E se você pensar na formação participativa, ele é irreal. O que existe são atividades pontuais (DOCENTE 1, 2011)⁶⁴.

Lamentável, infelizmente não existe, existe briga, confronto, eles se chocam, eles se combatem, eles tiram o nosso ânimo (DOCENTE, 2)⁶⁵.

A gestão é centralizadora, mas reclama que está sobrecarregada (COORDENADOR - PROFESSOR, CONSELHO ESCOLAR 2011)⁶⁶.

Quanto aos discentes, quando questionados se já haviam sido convidados a participar de atividades, como: decisões referentes ao planejamento pedagógico (Projetos comuns), planejamento administrativo (discussão sobre calendário, currículo escolar, horários) e discussões sobre aspectos financeiros da escola, a resposta foi negativa.

Contudo, considera-se difícil quantificar os graus de participação da E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele, assim como uma ideia consensual sobre a participação na instituição porque, segundo Gutiérrez e Catani (2006), em primeiro lugar é complexo dar conta da consciência individual em um processo participativo, e em segundo lugar quando se associa o grau de participação ao número de pessoas consultadas, tal fato induz as pessoas a acreditarem que isso se institui um sistema bastante participativo. Porém, pode-se inferir que participação e democracia andam juntas e são hoje indispensáveis para a construção da gestão democrática nas instituições escolares. Quando se pensa em uma gestão democrática pressupõe-se que ela deverá ter como diretriz a prática participativa, que é característica do processo democrático.

Segundo Gutiérrez; Catani (idem), no que diz respeito especificamente à participação na administração da escola, tal prática está pelo menos teoricamente

⁶³ Entrevista realizada no dia 14 de janeiro de 2012.

⁶⁴ Entrevista realizada no dia 8 de agosto de 2011.

⁶⁵ Entrevista realizada no dia 8 de agosto de 2011.

⁶⁶ Entrevista realizada no dia 8 de agosto de 2011.

aprovada por meio do funcionamento do Conselho Escolar. Ao se analisar o contexto da E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele, observa-se que este colegiado questiona a falta de apoio da direção nas suas atividades. Segundo o representante do Conselho, a entidade não é chamada para discutir assuntos relacionados a questões administrativas e pedagógicas. Portanto, a relação do Conselho Escolar com a direção da escola pareceu frágil:

No ano passado se a gestão participou de duas reuniões foi muito; [...] tanto nessa gestão quanto na gestão passada, é uma gestão autoritária que não possibilita os alunos usufruírem de determinado espaço da escola (COORDENADOR - PROFESSOR, CONSELHO ESCOLAR, 2011)⁶⁷.
[...] eu não participo das reuniões do conselho escolar (EQUIPE GESTORA - SECRETÁRIA, 2011)⁶⁸.

Pode-se confirmar a tal assertiva do Conselho por meio da fala da equipe gestora, pois quando perguntada acerca das temáticas que sempre estão presentes nas discussões do conselho escolar, a equipe gestora respondeu que não tinha conhecimento. Diante disso, pode-se inferir que o Conselho Escolar acaba assumindo apenas sua função financeira, haja vista que não atua nos aspectos administrativos e pedagógicos da escola, este último a principal razão de ser da escola. Santos (2008) refletindo sobre a possibilidade da atuação dos conselhos enquanto um órgão gestor da escola compreende-o como:

[...] colegiados políticos de permanente aprendizado de democracia, instrumentos importante de exercício e de formação para a emancipação, para a conquista de autonomia, sem a qual não se constrói a democracia participativa plena. [...], os conselhos podem funcionar como instrumento de gestão da escola, como canal importante de articulação com a comunidade, servindo para a explicação e superação de alguns conflitos, por meio de medidas negociadas que atendam ao coletivo [...] (SANTOS, 2008, p. 109).

Na Constituição Estadual de 1989, os Conselhos Escolares tinham suas finalidades ainda restritas, e somente com a Lei Complementar 06/91 de 27.02.1991 suas finalidades foram ampliadas, inclusive no que diz respeito a sua participação na seleção para diretores escolares, conforme abordado no segundo capítulo no item 2.1.

Ao questionar com a comunidade qual a regularidade das reuniões do Conselho Escolar, as respostas indicaram que as reuniões ocorrem uma vez por mês, e as pautas que estão sempre presentes são aquelas relacionadas a reparos na escola, e à prestação de contas. Quanto à frequência da comunidade nas reuniões do conselho escolar, observa-se por meio da

⁶⁷ Entrevista realizada no dia 8 de agosto de 2011.

⁶⁸ Entrevista realizada no dia 22 de Março de 2012.

análise das atas das reuniões que é baixa, e quando as reuniões acontecem, constata-se a ausência de algum representante do próprio conselho.

Para Bobbio (2009a), o desenvolvimento da democracia demanda a ampliação não do número de eleitores, mas do espaço no qual o cidadão possa exercer seu próprio poder de eleitor. Nesse sentido, é importante a atuação dos colegiados para que os mesmos exerçam seu papel para a democratização das instituições assim como de sua atuação enquanto cidadão. Portanto, o conselho escolar enquanto um instrumento de gestão da escola ficou limitado para assumir seu papel na construção da gestão democrática na escola Brigadeiro Fontenele. Assim, para que o conselho alcance seu papel de facilitador da gestão democrática, será fundamental a descentralização do poder do sistema educacional ainda muito preso na figura do diretor, haja vista que é pela primeira vez que a escola vivencia a possibilidade de construir em seus espaços relações mais democráticas.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico, que é um instrumento de construção da democracia, questionou-se aos participantes se tal documento é elaborado coletivamente na escola, a comunidade em geral respondeu que não conhece, e os que o conhecem disseram que o mesmo não foi construído coletivamente, mas só por uma medida burocrática, tendo em vista que se constitui como uma exigência da Secretaria de Educação, estando também prescrita na LDBN 9394/96 no seu art. 12, que será abordado mais detalhadamente no segundo capítulo deste trabalho no item 2.3.

Ao se proceder à análise do documento (PPP) da E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele, identificou-se a data de sua construção que foi no ano de 2006, ou seja, até o término desta pesquisa realizada em 2012, a escola não tinha revisto seu projeto, portanto já se passaram seis anos sem que a escola revisse o seu planejamento. Nas palavras de Santos (2008):

[...] o projeto político pedagógico é um fundamental instrumento para direcionar a vida da escola, embora sua elaboração pura e simplesmente não garanta mudanças significativas de comportamento e práticas, com vistas a melhoria da qualidade do processo educativo escolar, uma vez que o resultado mais importante de seu advento é a transformação das pessoas e das instituições, justamente se realizando coletivamente (SANTOS, 2008, p. 119).

Assim, pode-se considerar como um grande entrave para o processo de construção da gestão democrática a ausência do Projeto Político Pedagógico construído coletivamente, visto que a gestão eleita terminou seu mandato sem rever o planejamento da escola. Mesmo sendo

um instrumento que não garante a democratização das relações de poder, o PPP é essencial para nortear o trabalho da escola. Contudo, pressupõem-se também outros espaços de discussão coletiva para a implantação da gestão democrática, entre eles: associação de pais e mestre, conselho de classes e grêmio estudantil⁶⁹. Cabe também registrar que não se identificou um projeto político efetivo de mudanças que pudesse modificar as estruturas de poder na escola. Quanto à importância do PPP, vale ressaltar:

[...] o projeto político – pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político – pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade (VIEGAS, 2004, p. 14).

No que diz respeito ainda ao Grêmio Estudantil, foram identificados apenas dois alunos que se diziam pertencerem ao grêmio estudantil, mas não se encontrou indícios da existência desse organismo de direito e de fato. Ao perguntar sobre a documentação que daria legitimidade à entidade como: estatutos e livros de ata, os alunos diziam que ainda estavam sendo organizados, contudo não se encontrou um espaço na escola destinado à atuação da instituição.

Os dados apresentados demonstram que os órgãos colegiados não conseguiram realizar seu papel enquanto um órgão permanente de educação política e espaço de participação da comunidade escolar, pois o corpo escolar não viabilizou a construção coletiva do PPP. Diante disso, a construção da gestão democrática ficou comprometida, visto que a limitação da atuação dessas instâncias refletiu diretamente no envolvimento da comunidade escolar diante do processo educativo democrático e, sobretudo porque pode comprometer a formação humana cidadã dos sujeitos da E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele.

⁶⁹ Grêmios estudantis são entidades em que os estudantes desempenham uma atividade política, a qual denominou de movimento estudantil – lugar onde todos exercem sua cidadania, ou seja: lutam por uma maior e melhor relação entre alunos e professores, bem como buscam uma formação escolar voltada para a realidade do país. Em 1968 a ditadura militar proibiu a criação e funcionamento dos grêmios estudantis como força representativa dos discentes em suas respectivas escolas. No lugar dos grêmios foram instituídos os centros cívicos que não tinham autonomia e não podiam realizar atividades de natureza política, numa concepção alienada de que escola era lugar para estudar e não para fazer política. Os estudantes participaram dos centros cívicos, mas sempre lutaram pela volta dos grêmios estudantis livres. Com a abertura política e o retorno à normalidade da vida civil, em 04 de novembro de 1985, é sancionada a Lei 7.398 (Lei do Grêmio Livre). Esta lei redemocratizou as entidades de representação estudantil no âmbito da educação básica, possibilitando novamente aos secundaristas, o direito de se organizarem de forma autônoma através de grêmios estudantis (COSTA, 2002, p. 22).

3.6.2 - Quais as mudanças efetivas de relações de poder como um indicativo do processo de democratização escolar?

Segundo o depoimento de uma professora, a escola que se tem e a escola que se quer refletem os problemas sociais, problemas esses de ordem econômica e cultural. Refletem na situação de abandono da família ou em sua negligência, não que essa família queira ser negligente, mas ela não tem infraestrutura para assumir seu papel na condução da educação de seus filhos, portanto, segundo a professora, as crianças são frutos dessa realidade, realidade essa que não diz respeito apenas à escola Brigadeiro Fontenele.

Falar a respeito das condições materiais da Escola Brigadeiro Fontenele é falar um pouco da realidade de cada escola pública brasileira, com condições precárias de infraestrutura e ausência de professores, coordenação pedagógica e pessoas de apoio para a realização do trabalho educativo. Apesar de a escola ser considerada de grande porte da rede estadual de ensino, a comunidade escolar reclama que se encontra em abandono, pois necessita de reparos e manutenção para a conservação de seu prédio em bom estado. Por isso, se faz necessário a escola estar com suas prestações de contas em dia para que o conselho escolar esteja apto a captar recursos essenciais para a conservação de seu prédio escolar.

A realidade das escolas brasileiras se aproxima não só nas questões materiais, mas, sobretudo, na forma hierárquica de sua organização. Sobre a organização escolar Paro (2008) evidencia que:

[...] temos, no topo, a diretora como autoridade máxima, secundada pela assistente de diretora, que a substitui no horário em que ela não se encontra na unidade escolar, assumindo também sua autoridade diante da escola; nos níveis intermediários, os professores, os funcionários do setor técnico administrativo e os demais funcionários que, mais ou menos nesta ordem, detém ainda uma grande autoridade sobre o nível inferior: finalmente, no degrau mais baixo, os alunos, a quem só cabe obedecer (PARO, 2008, p. 77).

Essa ainda é a realidade das escolas brasileiras, mas também não se pode esquecer que dentro de cada nível apresentado, os conflitos existem, e se pretende identificá-los a seguir. Paro (2008) considera importante que para a análise das relações de poder no interior a escola, se faz necessário antes realizar algumas apreciações acerca do conceito de autoridade e de poder e qual a relação entre ambos. Autoridade é a “[...] probabilidade de que um comando ou ordem específica seja obedecida.” (WEBER, 1967, p. 17). Já o poder significa “[...] a

probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1979, p. 43).

Pode-se então deduzir que quem detém poder tem autoridade, mas quem é revestido de uma autoridade não necessariamente possui o poder, haja vista que a autoridade depende de quem detém o poder. É importante ressaltar que toda autoridade implica responsabilidade, “sendo esta tanto maior quanto for a autoridade delegada.” (PARO, 2007, p.78).

Identifica-se essa situação na E. E. E. F. Brigadeiro Fontenele, pois os sujeitos que assumem posições hierárquicas mais elevadas tendem a ver seu cargo como algo pesado, enquanto os de posição hierárquica inferior consideram não gozar de autonomia para a execução do seu trabalho. Um exemplo dessa circunstância se configurou quando se solicitou a entrevista com a diretora da escola, já que a mesma sempre informava que não tinha tempo, haja vista que estava sobrecarregada de atividades porque eram muitas a resolver. Enquanto isso, os demais funcionários reclamam que não têm autonomia para desenvolver suas atividades plenamente, pois segundo os mesmos, a direção centralizava a gestão da escola. Ao analisar as relações de poder na E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele, verificou-se que a divisão de tarefas ainda é um tanto estanque, pois cada grupo acaba se envolvendo apenas com a sua atividade. Isso não quer dizer que os conflitos não existam, pelo contrário, eles não podem ser evitados, é uma relação normal e necessária para a construção de espaços democráticos.

Durante a pesquisa realizada através de observações *in loco*, verificaram-se três momentos críticos que podem ajudar a visualizar as relações de poder na escola, que foram: a eleição para diretor escolar, a relação entre conselho escolar e direção, e a relação entre os membros da própria equipe gestora.

No que diz respeito ao fato de a diretora que estava à frente da escola há vinte e dois anos candidatar-se a um “novo” mandato, gerou um desconforto na escola, em especial entre os funcionários, pois se sentiam ameaçados em demonstrar apoio a sua candidatura. A presença da política partidária manifestando-se através da formação de grupos partidários acabou polarizando a escola, fazendo emergir os conflitos característicos desse processo. Entretanto, a proposta da eleição foi recebida com a maior satisfação, e até mesmo com alívio pela comunidade. A ex-diretora que ficou em terceiro lugar ao perder o cargo de direção por via da eleição direta foi indicada pelo governo para assumir a direção da USE 06, causando

também um mal-estar na comunidade, que tinha receio de sofrer represália da sua antiga gestora, haja vista que a escola está subordinada a essa unidade de ensino da Secretaria Estadual de Educação, e isto poderia até significar, que a antiga gestora continuasse a comandar aquela unidade escolar indiretamente.

Por meio da análise de atas de reunião do Conselho Escolar e da análise das entrevistas constatou-se que não existiu uma relação de diálogo entre o conselho e a direção. Deste modo, não foram criados canais de participação e de diálogo, sendo que a construção da gestão democrática ficou comprometida. Quanto às relações de poder entre os membros da equipe gestora desgastou-se logo no primeiro ano de mandato com a saída de dois integrantes dessa equipe, ficando a escola apenas com um diretor e um vice-diretor para atender a três turnos de uma escola com 2.562 alunos, em 2010.

Os funcionários de apoio não foram entrevistados porque existe na escola uma grande rotatividade desses profissionais e por assumirem um cargo inferior na estrutura hierárquica são isolados, e não questionam a ordem estabelecida, são alvos fáceis de um poder simbólico. Segundo Bourdieu (1977), o poder exercido no Sistema de Ensino é o poder simbólico. “(...) poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1977, p. 31).

Considera-se que a presença da comunidade na escola pode ser uma força para a gestão, contudo faltou o empenho da gestão para envolvê-la. Os professores enquanto formadores de opiniões possuem muito mais poder do que pensam, também são fortes parceiros para reger o trabalho da escola. A eleição foi identificada como um caminho que associado a outros canais de participação social pode contribuir para a construção da democracia na escola, e, conseqüentemente, para a formação democrática cidadã do sujeito. Entretanto, a estrutura hierárquica tradicional presente na E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele não permitiu uma significativa mudança nas relações de poder.

Nesse sentido, é importante salientar a importância da participação da comunidade na escolha democrática de um diretor, pois um diretor que não depende exclusivamente do Estado tenderá a se comprometer com os que os elegeram, ampliando seu papel de mero “funcionário burocrático” ou de “apadrinhamento político” (PARO, 2010, p.776). Segundo Paro (idem), a prática do diretor deve ser pautada em duas dimensões que se interpretam reciprocamente que são: “[...] como a direção é exercida; de outro, a reflexão a respeito de

formas alternativas de direção escolar que levem em conta a especificidade político-pedagógica da escola.” (p. 776).

O trabalho do diretor possui dimensões técnicas e pedagógicas que interagem dialogicamente e não podem ser dissociadas. A partir dessas dimensões compreende-se que as atribuições e práticas do diretor escolar ultrapassam os ofícios de uma simples gerência, pois a escola tem como fim a educação, que é essencialmente um ato político democrático. Todavia, não se pode responsabilizar exclusivamente o diretor como redentor para todos os males da escola. Barroso (2011) realiza uma interessante analogia entre o unicórnio e a figura do diretor, essa relação é proveniente das seguintes conclusões:

Em primeiro lugar, porque o unicórnio, enquanto animal mitológico que concilia a pureza e a força simboliza algo que se teima em perseguir, mas que dificilmente se alcança. Em segundo lugar, porque a única maneira de apanhar o unicórnio é recorrendo ao deleite que as donzelas lhe provocam. A sua força esvazia com a sedução. Em terceiro lugar como é própria dos mitos, a vida torna-se uma quimera povoada de figuras maravilhosas e alegóricas que pouco tem a ver com a realidade (BARROSO, 2011, p.12).

Como se percebe, a direção das escolas está repleta dessa visão mítica acerca da figura do diretor escolar. Portanto, seria mais prudente “a direção ser exercida por um colegiado diretivo, formado por três ou quatro coordenadores que dividam entre si os encargos da direção” (PARO, 2010, p. 777). Ao se questionar a atual estrutura da escola, pareceu bem sugestiva a proposta do referido autor, pois nada mais justo do que um conselho diretivo de educadores que sejam os responsáveis pelo trabalho da escola. Entretanto, quem tem de decidir isto é a comunidade escolar, pois:

A forma autoritária e conservadora de conduzir a unidade educativa pode ser educativa para a preservação dessa sociedade brasileira tão desigual, excludente e preconceituosa, que os educadores e outros segmentos organizados politicamente vem há muito lutando para transformar. Práticas administrativas antidemocráticas impregnam o tecido escolar e contribuem para dificultar o processo de humanização, indispensável para o crescimento do homem; anulam as identidades individuais e impossibilitam agrupar pessoas em torno de uma identidade grupal (SANTOS, 2001, p.139).

A autora ressalta que os diretores escolares aparentam ser muito mais delegados da ordem do que líderes educadores, coordenadores da ação pedagógica, pois estão amordaçados por normas, regulamentos e diretrizes reproduzindo a relação centralizadora e burocrática do Sistema de Ensino e depois de transcorridos 11 anos dessa afirmativa parece que a realidade é a mesma. Nesse sentido, entende-se que o diretor necessita ressignificar sua prática para o

enfrentamento da realidade atual, por isso faz-se mister uma formação que atenda a esses novos desafios.

[...] é necessário que o gestor possua habilidades e competências específicas na sua formação, cujos eixos lastradores sejam a profunda compreensão do processo de (re) construção do conhecimento no ato pedagógico; interlocução comunicativa e historicidade. Este coordenador-educador-líder, arquiteto do futuro, precisa experimentar novos comportamentos com abertura e flexibilidade para enfrentar a nova realidade, melhorando seu desempenho, pessoal e institucional, o que, por certo, exigirá grande dose de responsabilidade generosidade, disciplina, compromisso sócio-político e estudo (SANTOS, 2001, p. 142).

Desse modo, considera-se relevante o papel do diretor enquanto mediador das relações como também um interlocutor dos movimentos sociais, pois a gestão deve estar pautada na ética e no compromisso com a democratização das relações sociais. Pressupõe-se que o diretor escolar seja aquele líder-educador que ouve, negocia, articula os projetos da escola, e se constitua como o elemento ponte entre os diversos segmentos da instituição, na condução da transformação dessa realidade excludente na qual se vive.

Portanto, pensa-se que a direção democrática deve estar revestida de uma política e de uma filosofia de educação que materializem os objetivos que competem à escola alcançar, seus princípios pedagógicos e o respeito aos interesses de seus usuários. Por isso, as políticas públicas destinadas para a superação da escola excludente devem ter como horizonte uma direção escolar que leve em conta a educação em sua totalidade enquanto práxis social e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, empreendeu-se um esforço para compreender e refletir acerca da eleição direta para diretores escolares como um caminho para a construção da gestão democrática. Para a apreensão da dinâmica desse processo, buscou-se analisar a eleição direta para diretores escolares por meio da experiência da E.E.E.F. M Brigadeiro Fontenele, localizada na cidade de Belém no Estado do Pará, pode-se também justificar o interesse pela instituição como universo de pesquisa, por se entender que é no “chão da escola” que se materializam as políticas públicas educacionais, especialmente aquelas voltadas à democratização da gestão.

No Brasil, o processo para provimento do cargo de diretores escolares ganhou destaque a partir da década de 80 com a reabertura política, mesmo não sendo um tema tão recente na literatura acadêmica, pensa-se ainda se tem muito a discutir sobre seus efeitos na democratização da gestão, sobretudo no Estado do Pará, que só em 2009, vivencia a eleição direta para diretor escolar, acabando com a “famosa” lista tríplice.

No intuito de desvelar o objeto de estudo, no primeiro capítulo desta dissertação, apresentou-se nosso referencial teórico a partir de uma revisão bibliográfica para se compreender o papel e a construção da democracia no Brasil, e especialmente seus reflexos na gestão escolar. Neste percurso, identificou-se que a democracia é o regime favorável à valorização e à ascensão dos direitos humanos, respeito às decisões coletivas e à ampla participação de todos os interessados na tomada de decisões. Ao se realizar a pesquisa, identificou-se que falar em democracia no Brasil está mais no campo das ilusões do que na realidade concreta.

Constatou-se que a construção da democracia no Brasil é marcada por muitas lutas, aliás, a democracia é processual e para se alcançar uma sociedade justa e igualitária, acredita-se que é por meio da democracia. Percebeu-se que democracia e educação são inseparáveis e urgentes para a escola, porque a partir do momento em que se pensa em democratizar a sociedade, deve-se pensar também no processo de democratizações das instituições escolares, pois não se pode pensar em formação humana integral dissociável da democracia.

Portanto, a democratização da educação passou a estar na agenda dos movimentos sociais, dentre as reivindicações estaria a gestão democrática, a qual é construção e implica em participação, autonomia e divisão do poder. Nesse sentido, a escola para ser democrática

quando exercita a participação, pois a partir da participação é que as pessoas se tornam autônomas e por meio dela desenvolvem a consciência crítica bem como maior exercício da cidadania.

Diante dessas análises, pode-se compreender a democracia como um fundamento para se viver em sociedade e para nortear as políticas públicas, pois se entende que é um instrumento valioso na defesa e promoção dos direitos humanos. Após, o processo de abertura política e por meio da instalação da democracia representativa com o voto universal, houve muitos avanços sociais no campo dos direitos humanos, especialmente aqueles voltados para a democratização das instituições escolares. E por se considerar fundamental esse processo, no segundo capítulo, apresentou-se e discutiu-se o objeto de estudo: a eleição direta para diretores escolares como uma política de democratização da gestão. Com a finalidade de analisar a seleção para provimento do cargo de diretor escolar no Pará realizou-se um estudo histórico, político e econômico do Estado brasileiro para se compreender as relações que foram se estabelecendo no país.

Ainda nesse capítulo, foram identificados os marcos legais/institucionais da gestão democrática, perpassando pela CF/88, LDBN 9394/96, sobretudo os que tratam do processo de materialização da construção da democracia nas escolas, bem como da formação dos dirigentes escolares. Nesse momento, as questões norteadoras começaram a despontar pela possibilidade de compreender como a eleição direta para diretor escolar pode contribuir para a construção da gestão democrática, refletindo sobre os processos de participação da comunidade escolar e autonomia que é fruto dessa caminhada.

A partir do terceiro capítulo, adentrou-se no “chão da escola”, onde se concretizam as políticas públicas educacionais, bem como o papel ativo da comunidade escolar na implementação de tais políticas. Suas concepções acerca da proposta podem interferir nos seus resultados ou efeitos, por isso adentrou-se na esfera local/ ou na esfera da prática, aqui em especial na E. E. E. F. M Brigadeiro Fontenele. Tal reflexão se fez necessária para que se pudesse perceber o processo vivido e suas possíveis influências na democratização da gestão escolar.

A partir de então, a democratização da gestão foi analisada em sua concretude na Secretaria de Educação do Estado do Pará e na escola selecionada, a partir dos seguintes

princípios: Conselho Escolar atuante, Projeto Político Pedagógico construído coletivamente e em funcionamento e Autonomia escolar.

Do conjunto das análises realizadas, pôde-se inferir que o processo de provimento do cargo de diretor no Pará tem suas raízes históricas na formação do Estado brasileiro. Coronelismo, clientelismo e nepotismo são marcas das relações políticas que se estabeleceram no país. Entretanto, observou-se que especialmente ao cargo de diretor escolar prevaleceu o clientelismo, o que na rede estadual de ensino no Pará se conhece como a “indicação política”, que se por um lado pode gerar troca de favores, corrupção; por outro, pode resultar em incompetência para o exercício da função.

No que diz respeito à democratização de suas instituições educacionais, constatou-se que o estado do Pará caminhou em passos lentos, haja vista que vários estados do Brasil a partir de 1980/1990 como: São Paulo, Goiás e Porto Alegre já haviam vivenciado a experiência de elegerem seus diretores. No caso específico do Estado do Pará, predominou a lista tríplice, pois a eleição direta para diretor escolar passou a ser uma realidade somente a partir da emissão da Portaria nº04/2009, e ratificada no ano posterior via portaria nº034/2010.

Tem-se conhecimento acerca da fragilidade desse documento que a qualquer hora poderia ser revogado, todavia foi promulgado o Plano Estadual de Educação por meio da Lei nº 7.441, de 2 de julho de 2010. Nesse documento está prescrito que o provimento do cargo de diretor se dará somente via eleição direta com o fim da lista tríplice. No entanto, ainda se encontra uma contradição, pois na Constituição Estadual de 1989 ainda não foi modificado o dispositivo que trata da eleição direta para diretor escolar.

Observou-se que a eleição direta para provimento do cargo de diretor escolar, sob o ponto de vista do sistema e da comunidade escolar pesquisada, é entendida como a forma mais eficaz e fundamental para a implantação da gestão democrática. Para o sistema, ela é a uma ferramenta fundamental para a implantação da gestão democrática, para a comunidade escolar significou um caminho, mas que precisa ser solidificada.

A Secretaria de Educação do Pará encontrou barreiras para a implantação da gestão democrática por intermédio da eleição direta para diretor, não sendo um caso isolado, pois o clientelismo sempre esteve presente nas instituições estaduais. Na E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele, o clima eleitoral e as brigas partidárias invadiram a escola, contudo, considera-se que esses conflitos são importantes, porque permitem que tais processos venham à tona, o que

pode significar uma maior consciência política por parte da comunidade envolvida, mas para se construir novas relações de poder seria necessário um projeto concreto de mudanças para que a comunidade escolar pudesse efetivamente se comprometer.

A I Conferência Estadual de Educação do Pará (2008) foi um marco na história da educação do Estado, pois foi a partir desse acontecimento que se deu a caminhada para a implantação dos processos de gestão democrática na escola, dentre eles: a eleição direta para diretores escolares. Vale ressaltar, que a primeira conferência abriu caminhos para a aprovação de diretrizes para o Plano Estadual de Educação (Lei nº 7.441/2010). Todavia, entende-se que essa democratização deve partir não só das instituições escolares como também do órgão do sistema porque as relações de poder entre escola e sistema continuam as mesmas, hierárquicas e centralizadoras.

Deste modo, identificou-se que, nesse processo para a implantação da gestão democrática nas escolas, a formação do profissional em bases democráticas é fundamental, bem como o conhecimento acerca de políticas públicas educacionais, e especialmente sobre o financiamento da educação, porque hoje a escola recebe um valor considerável de recursos descentralizados do governo federal, principalmente por meio de projetos e programas, conforme apresentado na escola pesquisada.

Por meio deste estudo foi possível inferir que o diretor de escola no exercício de sua função não é apenas um gestor, mas uma liderança política no bairro, ligado na maioria das vezes a partidos políticos ou deles simpatizante, levando a cabo ideias ou ideologias. Assim entendido, os acirramentos nas eleições para diretores de escola envolveram questões políticas que estão para além da gestão escolar. Nesse processo, vislumbram-se igualmente interesses políticos partidários do Estado do Pará em decorrência do expressivo colégio eleitoral, onde as instituições estejam inseridas e materializando-se diretamente em apoio a candidatos ou possíveis candidatos nas eleições municipais e estaduais.

Pode-se inferir que os debates de campanhas ainda foram centrados em pessoas e não em ideias, uma vez que não foi identificado um projeto concreto de mudança. Entende-se que o diretor democrático não tem um papel de simples gerente, mas de um agente político que pensa e age diante de um ofício de administrar uma instituição cuja atividade fim é o processo educativo, e a educação é ato também político. A eleição direta para diretores escolares foi considerada por todos os sujeitos da escola como um caminho para a democratização da

educação e da escola, entretanto, reconheceram que só o sufrágio não garantiu a implantação da gestão democrática. Identificou-se, por meio do estudo, que a comunidade não se sente incentivada a participar da gestão da escola, pois quando chamada, é apenas para receber informações acerca do trabalho da escola e não para participar da tomada de decisões sobre seus destinos.

No que diz respeito especificamente à participação na administração da escola, teoricamente estaria respaldada por meio do Conselho Escolar, mas o conselho questionava da direção da escola a falta de apoio em suas atividades. Analisando as atas, identificou-se também a ausência da equipe gestora nas reuniões do Conselho, assim como da comunidade escolar, pois o número de participantes sempre foi baixo levando em consideração o número de alunos, funcionários e pais da E. E. E. F. M. Brigadeiro Fontenele.

Nesse sentido, o Conselho Escolar como órgão de gestão da escola ficou limitado para assumir seu papel, pois a gestão ficou centralizada na figura do diretor. Analisando também outro princípio da gestão democrática que seria a construção do Projeto Político Pedagógico, constatou-se que o mesmo não foi construído coletivamente, pois este ainda data do ano de 2006. A gestão eleita finalizou sua gestão sem rever e sem construir seu planejamento, e dele parece que a gestão anterior não precisou para ganhar prêmios, apesar de ser cobrado nos critérios do Prêmio de referência em gestão. Entende-se que isso se restringe a uma burocracia, apenas para cumprir uma exigência dos editais de premiação bem como da Secretaria Estadual de Educação.

Ao longo da pesquisa, foram identificados alunos que se diziam do Grêmio Estudantil, entretanto, não se encontrou indício da existência desse colegiado. Diante disso, pode-se concluir que os órgãos colegiados não conseguiram realizar seu papel enquanto um órgão permanente de educação política e de gestão democrática, também se pode evidenciar que a autonomia da escola ficou comprometida. Percebe-se que a presença da comunidade poderia ser forte indicativo para a parceria entre escola/comunidade, mas a gestão não se mobilizou para que essa parceria se materializasse.

A eleição direta para diretor escolar é o caminho para a democratização da gestão, mas as estruturas hierárquicas centralizadoras da escola e a própria organização

pedagógica não permitiram uma mudança nas relações de poder. As concepções e práticas apresentadas pela gestão eleita demonstraram um desacerto com a democracia, haja vista que não possibilitaram a construção de canais de efetiva participação, e de construção da autonomia na escola, comprometendo assim, a construção da gestão democrática.

Por intermédio deste estudo, destaca-se a importância da participação da comunidade na escolha democrática de um diretor, visto que ele tende a se comprometer com a comunidade escolar, e não com os interesses do Estado. Deste modo, é importante ressaltar o papel do gestor escolar na condução das instituições escolares. Todavia, não se pode responsabilizar exclusivamente o diretor como “redentor” para todos os males que afligem as escolas públicas no Brasil, tal visão deve ser desmistificada.

Considera-se que a forma autoritária de conduzir a escola pode reforçar a sociedade excludente e inibir uma proposta de educação libertadora do homem enquanto um agente político, que pensa, age, transforma-se e transforma o mundo a sua volta. Por fim, avalia-se que para a democratização da gestão, necessitamos de novos referenciais de formação para os gestores escolares, pois o cenário político e econômico e social impõe novas práticas gestoras.

Em face das exposições, fica o convite à discussão a todos que queiram debater as reflexões realizadas acerca do processo de democratização da gestão que assume nas últimas décadas um protagonismo sem precedentes, pois se reconhece que os profissionais da educação e educandos devem assumir os destinos da educação pública gratuita e de qualidade social.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; CAMARGO, R. B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação**. São Paulo: Xamã, 2007.

AMBRAMOVAY, M. *et al.* **Escolas inovadoras**: experiências bem-sucedidas em escolas públicas. Brasília: UNESCO, 2003.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber, 2005.

_____. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 2008.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED). **Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado**. Rio de Janeiro: ANPED, 2011.

ARAÚJO, M. A. M. de L. **O progestão no contexto da modernização do Estado brasileiro: mediação para a democratização da gestão escolar ou para a implantação da lógica gerencial na escola?** 2006. p. 185f. Dissertação de mestrado – Instituto Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFPA: Belém, 2006.

_____. **A gestão premiada: a experiência de gestão do C. E. E. M. R. C São Francisco Xavier** 2012. p. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém, 2012.

ARAÚJO, M. P. N. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, A. D *et al.* (Orgs.). **O golpe militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edus, 2004.

ARANHA, M. L.A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2010.

ARROYO, M. A administração da educação é um problema político. **Revista brasileira de administração**. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 122-129, 1983.

BARROSO, J. Direcção de escolas e regulação das políticas em busca do unicórnio. In: MENDES, A. N. COSTA, J. A, VENTURA, A. **A emergência do diretor da escola**: questões políticas e organizacionais. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2011.

BENEVIDES, M. V. A construção da democracia no Brasil pós-ditadura militar. In: FAVERO, O.; SEMERARO, G. (Orgs.). **Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009a.

_____. **Estado, governo, sociedade**: Para uma teoria geral da política. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009b.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto – Portugal: Porto Editora, LDA, 1994.

BONAVIDES, P. **A Constituição Aberta**. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2004.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993. p. 372-380.

BOURDIEU, P. Sur le pouvoir symbolique. **Annales**, Paris, v.32, n.3, p.40 5-11, maio/jun. 1977.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília. Senado Federal. Subsecretaria de edições técnicas, 2007.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. nº 9394 de dezembro de 1996.

_____. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma de Estado**. Brasília (DF), 1995, 83 p.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Reforma da gestão pública de 1995: resposta ao capitalismo global à democracia. **Balanço da Reforma do Estado no Brasil: A Nova Gestão Pública**. Brasília: MP/Seges, 2002, com o título “Uma Resposta Estratégica aos Desafios do Capitalismo Global e da Democracia”. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br>. Acesso em: 02 jan., 2012.

BUONICORE, A. **Qual o valor da democracia?**, 2006. Disponível em: <www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 04 jan., 2012.

CAMINI, L. **A gestão Educacional e a Relação entre os Entes Federados na Política Educacional do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação UFRGS: Porto Alegre, 2009.

CASTELLS, M. Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: BRESSER-PEREIRA, L. C *et al.* **Sociedade e Estado em transformação**. Editora: UNESP, Brasília: ENAP, 1999.

COELHO, M. S. C. Gestão democrática e direção das escolas: nomeação e eleição no governo democrático popular. In: COELHO, M. S. C. (Org.) **A estrela de várias pontas: o debate inicial sobre políticas sociais no Pará**. Belém: Paka-Tatu, 2009.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

_____. A democracia na batalha das ideias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In: FAVERO, O.; SEMERARO, G. (Orgs.). **Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CORAGGIO, J.L **Desenvolvimento Humano e Educação**: o papel da ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

COSTA, W. C. **Grêmios Livres**: história e diretrizes. Teófilo Otoni - MG, 2002.

COUTO, A. C. O. **A Geografia do Crime na Metrópole**: da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada de Belém. 2008. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento de Áreas da Amazônia. Belém, 2008.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CURY, C. R. J. Administração escolar: seleção e desempenho. **Revista brasileira de administração escolar**. Porto Alegre, v. 1. n. 1, p. 139 – 148, 1983.

DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: Avaliações e retomada do protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Políticas Públicas e Gestão da Educação**: polêmicas, fundamentos e análises. 1 ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

_____. A escolha de dirigentes escolares: Políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.) **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Democratização da escola**: eleições de diretores, um caminho?. 1990. Goiânia, MEEB/UFG, Dissertação de Mestrado.

EDWARDS, E. Beyond the boundary: a consideration of the expressive in photography and anthropology. In: BANKS, M.; MORPHY, H. (Org.). **Rethinking visual anthropology**. New Haven: Yale University Press, 1997. p. 53-80.

FERNANDES, F. **Brasil**: em compasso de espera. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. **Que tipo de república**. São Paulo: Globo, 2007.

FERREIRA, N. S. C. Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades. In: FERREIRA, N. S. C. (Orgs.). **Gestão da Educação**: atuais tendências, novos desafios. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FIDALGO, F.; MACHADO, L. **Dicionário da Educação Profissional**. Núcleo de Estudos e Trabalho sobre Educação. FAE-UFMG. Belo Horizonte, 2000.

FIORI, J. L. **O vôo da coruja**: Para reler o desenvolvimentismo no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Estado de Bem Estar Social**: padrões e crises. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br>>. Acesso em: 28 fev., 2011.

_____. **O nó cego do desenvolvimento brasileiro**. Novos Estudos Cebrap. São Paulo: Editora brasiliense de Ciências, 1994.

FONSECA, P. C. D. Gênese e percursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política** – Departamento de Economia da PUCSP. v. 15, n. 2, v. 26, p. 225-256, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graad, 2008.

FRIGOTO, G. A educação como campo social de disputa hegemônica. In: FRIGOTO, G. (Org.). **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo, Cortez, 1995.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1994.

GENTILI, P. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, P. SILVA, T. (Orgs.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 143-144.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 35. N.2, Mar/Abr. 1995.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GRACINDO, R. V. Os conselhos escolares e a educação com qualidade social. In: **Gestão da Educação**. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=textos:03_gestao_democratica_textos.pdf>. Acesso em: 16 fev., 2011.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere volume III. **Maquiavel**. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Cadernos do Cárcere volume I. **Introdução ao estudo da filosofia**. A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUEDES, M. G. R.C. **Democracia e eleição de dirigentes escolares no sistema municipal de ensino de Belém**: análises e perspectivas. 2007. 214 f. Dissertação de Mestrado. Instituto Ciências da Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2007.

GUTIERREZ, G. L. **Por que é tão difícil participar?** São Paulo: Paulus, 2004.

_____. ; AFRÂNIO, M. C. Participação e gestão escolar: Conceitos e potencialidade. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.) **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

HADDAD, S. (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI**: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 16 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HORA, D. L. **Gestão educacional democrática**. Campinas: Editora: Alínea, 2007.

HOUAISS, A. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro, Objetiva, 2004.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1985.

JAPIASSÚ, H.; DANILO, M. **Dicionário Básico de Filosofia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.

KUENZER, A. Z.; MACHADO, L. R. S. A pedagogia tecnicista. In: MELLO G. N. **Escola nova, tecnicismo e educação compensatória**. São Paulo: Loyola, 1986.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIMA, L. C. **Políticas educativas e organização escolar**. U. Aberta: Lisboa, 2005.

_____. **A escola como organização educativa**: uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 2001.

LIPIETZ, A. **Audácia**: uma alternativa para o século 21. São Paulo: Nobel, 1991.

MARTINS, J. A pesquisa qualitativa. In: FAZENDA, I. (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, K. **Para a crítica da economia política e outros escritos**. São Paulo: Abril, 1982.

MAUAD, A. M. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, M.; ALVES, N. (Org.). **A leitura de imagens na pesquisa social**: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004. p. 19-36.

MAZZOTTI, A. J. A . A “revisão da bibliografia” e teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. In: BIANCHETTI, L. MACHADO, A. M. N (Orgs.). **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

MEDEIROS, I. L. P.; LUCE, M. B. Gestão Democrática na e da Educação: concepções e vivências. In: LUCE, M. B.; MEDEIROS, L. P (Orgs.). **Gestão escolar democrática**: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MENDONÇA, S. R. Estado e sociedade: a consolidação da República oligárquica. In: LINHARES, M. I. L (Orgs.). **História geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MÉSZARÓS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005a.

_____. **A necessidade do controle social**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005b.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não diretiva em Sociologia: THIOLLET, M. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1985.

MORAES, J. Q. de. Contra a canonização da democracia. **Revista Crítica Marxista**. n. 12, 2001.

NETO, O. A. P. *et al.* **Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira**, 2005. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos52005/89.pdf>

OLIVEIRA, D. A. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. In: FERREIRA, N. S. C. (org.) **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In: OLIVEIRA, D. ; ROSAR, M. F. F (orgs). **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, F. A sociologia política e a Democracia no Brasil. **Revista Política e Sociedade**. n. 3, p. 27-43, out., 2003.

_____. Queda da ditadura e democratização do Brasil. In: FAVERO, O.; SEMERARO, G. (orgs.). **Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática. In: FRIGOTO, G.; CIAVATTA, M. **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, N. C. M. *et al.* A Democratização da Gestão Educacional: o desafio da institucionalização de dinâmicas democráticas na Secretaria de Estado de Educação do Pará. **3º Seminário de Educação Brasileira. Plano Nacional de Educação: Questões desafiadoras e embates emblemáticos**. Educação e Sociedade, CEDES, UNICAMP, Campinas, 2011.

OLIVEIRA, M. M.. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 39, n.º. 1, p. 13-37, 1996.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da Pesquisa**: Abordagem Teórico-Prática. 10 ed. Campinas: Papirus, 2007. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PARÁ. **Plano Estadual de Educação. Lei nº 7.441 de julho de 2010**. Diário Oficial do Estado do Pará, Pará, 02 jul. 2010, n. 31.700, p.12.

_____. **Portaria n. 034, de 06 de maio de 2010**. Dispõe sobre a eleição direta para diretores escolares. Disponível em: <<http://www.seduc.pa.gov.br/portal/index.php?action=Noticia.show&idnoticia=936&idareinteresse=1&page=3>>. Acesso em: 12 agosto., 2010.

_____. **Portaria n. 04, de 2009-GS**. Dispõe sobre a eleição direta para diretores escolares. Diário Oficial do Estado do Pará, 19 fev., 2009a, n. 31.363, p. 10-12.

_____. **Errata da Portaria n. 04, de 2009-GS**. Dispõe sobre a eleição direta para diretores escolares. Diário Oficial do Estado do Pará, 19 fev., 2009b, n. 31.363, p. 10-12.

_____. **Processo de eleições diretas para gestores escolares**: orientações gerais, 2009c Disponível em: <http://www.seduc.pa.gov.br/portal/index.pdp?action=processo> .acesso em 06.06.2010.

_____. **Política de Educação Básica do Estado do Pará**. Secretaria de Estado de Educação. Belém, 2008.

_____. **Lei complementar n. 06 de 27 de fevereiro de 1991**. Dispõe sobre o funcionamento do Conselho Escolar, PARÁ, 1991.

PARO, V. P. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n 3, p. 763-778, set/dez, 2010.

_____. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 2008.

_____. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007a.

_____. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: OLIVEIRA, R. P. ADRIÃO, T (orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação**. São Paulo: Xamã, 2007b.

_____. **Eleições de diretores**: a escola pública experimenta a democracia. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2003a.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2003b.

_____. **Escritos sobre Educação**. São Paulo: Xamã, 2001a.

_____. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: DOURADO, L. F. PARO, V. H (orgs.). **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001b.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

PERONI, V. **Política Educacional e o papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

RAMOS, A. M. P. **O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômica Pós-90**. Brasília: Plano, 2003.

RODRIGUES, E. **Aventura Urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém**. Belém. NAEA/UFPA, 1996.

REZENDE, F. da C. **Por que Falham as Reformas Administrativas?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SADER, E. A. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1996.

SANTOS, A. L. F dos. **Gestão Democrática da Escola; Bases epistemológicas, políticas e pedagógicas**. 2009. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/29portal.htm>>. Acesso em 15 mar., 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, T. F. A. M. Gestão Educacional e o controle social. In: CHAVES, V. L. J. *et al.* (orgs.) **Políticas para a educação superior no Brasil: velhos temas novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2009.

_____. **Conversas Impenitentes sobre gestão na educação**. Belém: Editora EDUFPA, 2008.

_____. **As políticas de democratização da gestão das escolas públicas de Belém: Eleições diretas, Conselhos escolares, Projeto Político Pedagógico, Hora Pedagógica**. 2004. 27ª Reunião da ANPEd. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt05/p055.pdf>.

_____. Gestor da escola pública: líder-educador ou delegado da ordem? **Ver a Educação**. v. 7, n. 1 e 2, p. 125-144, jan/dez, 2001.

_____. Conselhos Escolares: Um breve olhar dos diretores das escolas médias públicas de Belém-PA. **Ver a Educação**. v. 6, n. 2. jul./dez, 2000.

_____. **Gestor escolar: um estudo da prática administrativa a partir do próprio gestor das escolas médias públicas de Belém-PA**, 1999. p. 187 f. Tese (Doutorado). Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 1999.

SAVIANI, D. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.

_____. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia. In: FERREIRA, N. C. C (org.) **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação a ação. São Paulo: Cortez, 1999a.

_____. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**. São Paulo, v. 20, n. 69, dezembro, 1999b.

SILVA, T. T. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (Org.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, J. de S. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SOUZA, A. R. **Perfil da Gestão da Escola no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) São Paulo: PUC-SP, 2007.

_____. Explorando e construindo um conceito de gestão democrática. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v. 25, v. 03. p. 123-140. dez., 2009.

STAKE, R. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. **Educação e Seleção**, n. 7, jan.,/jun, 1983.

TOLEDO, C. N. 1964: O Golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, A. D. *et al.* (orgs.). **O golpe militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edus, 2004.

_____. A modernidade democrática: adeus à revolução? **Revista Crítica Marxista**. n. 1, Brasiliense, 1994.

TORRES, C. A. **Democracia, educação e multiculturalismo**: dilemas da cidadania em um mundo globalizado. Petrópolis: Vozes, 2001.

UGÁ, M. A. D. Ajuste estrutural, governabilidade e democracia. In: GERSCHMAN, S. (Org.) **A miragem da pós-modernidade**: democracia e políticas sociais no contexto da globalização. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

VÁZQUES, A. S. O que é práxis. In. VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIEIRA, S. L. Educação e gestão: extraíndo significados da base legal. In: LUCE, M. B.; MEDEIROS, L. P (orgs.). **Gestão escolar democrática**: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

VIEGAS, I. P. (org). **Projeto Político – Pedagógico da escola**: uma construção possível. 17ª ed. Campinas – SP: Papirus, 2004.

ZABOT, N. Eleições para diretores escolares: uma importante conquista democrática. **Revista Brasileira de Administração Escolar**. Porto Alegre, v. 2, n.1, p. 88-91, jan./jun. 1984.

WAINWRIGHT, H. **Poder popular no século XXI**. São Paulo: Xamã, 2005.

WEBER, M. **Economia e Sociedad**. Brasília: DF: Editora: UNB, v. 1, 2011.

_____. **Economía y sociedad**: esbozo de sociologia comprensiva. 2 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. Os três aspectos da autoridade legítima. In: ETZIONE, A. (org.). **Organizações complexas**: estudo das organizações em face dos problemas sociais. São Paulo: Atlas, 1967, p. 17-26.

WEFFORT, F. C. **Por que Democracia?** São Paulo. 4 ed.- Editora: Brasiliense, 1986.

_____. **Qual Democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WOOD, E. M. Estado, Democracia e Globalização. In: BORON, A. A; JAVIER AMADEO, GONZÁLEZ (org.). **A teoria marxista hoje**. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

SITES CONSULTADOS

www.portal.fnde.gov.br

www.portal.mec.gov.br

www.pa.gov.br

www.pm.pa.gov.br/cipoe

www.seduc.pa.gov.br

www.unesco.gov.br

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ÓRGÃO DO SISTEMA

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM A COMISSÃO ELEITORAL

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – DOCENTES

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – DISCENTES

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTAS: EQUIPE GESTORA

APÊNDICE G - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM O CONSELHO ESCOLAR

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO

Eu, _____, declaro ter concordado em participar, livre e espontaneamente, como sujeito entrevistado, na pesquisa atualmente intitulada “Eleição direta para diretor escolar: o desafio à democratização da gestão”, sob a responsabilidade de Lucenil da Rocha Pereira – Discente do Mestrado em Educação na Linha de Políticas Públicas Educacionais da Universidade Federal do Pará – UFPA.

Declaro ter conhecimento dos objetivos e dos procedimentos metodológicos da pesquisa e ciência de que eles não atentam contra a minha própria integridade física ou moral, nem contra a de qualquer outra pessoa. Sei, igualmente, da possibilidade de interromper a minha participação em qualquer momento no decorrer da pesquisa, assim como da possibilidade de requerer reparos legais no caso de me sentir prejudicado com a divulgação não autorizada por mim, de algum dado a meu respeito.

Tenho clareza de que as informações que darei orais e/ou escritas poderão ser usadas pelo pesquisador nesta pesquisa, e de que a minha identidade não será divulgada, a menos que eu expresse por escrito a preferência pela divulgação.

Declaro que fui consultado se gostaria de acrescentar algo ao presente termo e que foi finalizado com a minha anuência de que concordava com a forma e conteúdo da redação.

Assinatura do Entrevistado

Local e data

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ÓRGÃO DO SISTEMA

- 1) Como se deu o processo de eleição direta para diretor escolar do Estado do Pará?
- 2) Quais as dificuldades enfrentadas durante o processo eleitoral, caso tenha existido?
- 3) Por que a eleição direta para diretor escolar não se tornou lei?
- 4) Quais as concepções teóricas que embasam a visão da gestão escolar das escolas estaduais do Pará?
- 5) Em sua opinião, qual a importância da eleição direta para diretores escolares como um instrumento de implantação da gestão democrática?
- 6) Você considera que o fato do diretor ser eleito pela comunidade escolar confere mais democracia à Escola do que a indicação política?
- 7) Qual a formação que você considera fundamental para o trabalho do diretor escolar?
- 8) Você acha que o diretor precisa ter um perfil determinado para o exercício da função. Em caso positivo, qual seria ele?
- 9) Você considera que o último processo eleitoral para a escolha do diretor escolar 2009/2010 foi adequado? Foi democrático? Senão não foi, por quê?
- 10) Que acontecimentos você considera necessário destacar ou acrescentar sobre o processo eletivo?
- 11) Que avaliação você faz do processo de escolha dos diretores das escolas estaduais do Pará?
- 12) Na sua opinião, o que definiria ou caracterizaria uma gestão democrática?
- 13) Você acredita na democracia? Como você definiria ou formularia uma concepção de democracia?
- 14) O que é indispensável para construção de uma gestão democrática? Detalhe seus fundamentos?

15) Você considera que é necessário haver uma gestão democrática na SEDUC e em outros órgãos do Sistema. Por quê?

16) Como se poderia pensar em democratizar as relações em tais órgãos, cujos dirigentes são escolhidos, na maior parte das vezes, por indicação política?

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM A COMISSÃO ELEITORAL

- 1) Como a comissão eleitoral foi formada? Quem a escolheu?
- 2) Houve orientação por parte da Secretaria Estadual de Educação para o pleito eleitoral?
- 3) Que procedimentos foram utilizados para o envolvimento da comunidade escolar para a participação da eleição?
- 4) Quantas Chapas participaram da eleição direta?
- 5) Houve alguma chapa impugnada? Por quê?
- 6) Qual o número de eleitores e quantos votaram?
- 7) A política partidária se fez presente durante o processo de implantação da gestão democrática?
- 8) Foi elaborado um Regimento eleitoral ou já havia um enviado pela SEDUC? Se enviado pela SEDUC, foi discutido pela comunidade escolar?
- 9) Em caso positivo, como foi elaborado, com a participação de quem?
- 10) Que acontecimentos você acha necessário destacar ou acrescentar sobre o processo eletivo na Escola?
- 11) Quais as dificuldades enfrentadas durante o processo eleitoral, caso tenha existido?
- 12) Em sua opinião, como a comunidade escolar recebeu a eleição direta para diretor escola escolar?
- 13) Em sua opinião, qual a importância da Eleição direta para diretores escolares como um instrumento de implantação da gestão democrática?

APÊNDICE D**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO****ROTEIRO DE ENTREVISTAS – DOCENTES**

Nome: _____

Formação:

Pós-Graduação:

Disciplina que Leciona:

Há quanto tempo trabalha na escola:

- 1) Qual é a escola que temos e a escola que queremos?
- 2) Em sua opinião, como a comunidade escolar recebeu a eleição direta para diretor escolar?
- 3) Em sua opinião, qual a importância da Eleição direta para diretores escolares como um instrumento de implantação da gestão democrática?
- 4) A Escola Brigadeiro Fontenele é reconhecida como uma escola premiada. Quais os prêmios recebidos pela escola. A que fatores atribui esses resultados?
- 5) Quais as maiores dificuldades pelas quais passa a escola?
- 6) Em relação às reuniões do Conselho Escolar com que regularidade acontece? Existem temáticas que permanentemente estão presentes nas pautas? Quais? Por que elas sempre estão em pauta?
- 7) Relação com a comunidade: Existem elos fortes entre a escola e a comunidade que atende? Quais são os principais existentes? Quais as formas de participação e diálogo da comunidade e a escola?

- 8) Em sua opinião, o que os professores pensam da comunidade e o que a comunidade pensa dos docentes, da qualidade da escola e da relação construída ao longo dos anos?
- 9) Como foi elaborado o Projeto Político da Escola. Houve a ampla participação da comunidade escola e ele está sendo seguido em seus planejamentos anuais?
- 10) O espaço de sua escola é utilizado para atividades comunitárias?
- 10.1) Existe uma tendência em abrir a escola à comunidade, na perspectiva da Escola Aberta ou de outra experiência advinda de demanda da própria comunidade ou da Escola? O que você pensa disso? Quais as dificuldades que você vê nesse sentido?
- 11) Como avalia a participação dos diferentes segmentos na gestão da escola?
- 12) Que elementos contribuem ou dificultam a participação?
- 13) Há alguma atividade formativa no interior da escola para qualificar a participação?
- 14) Que atividades extracurriculares a escola desenvolve com os alunos?
- 15) Estas atividades fazem parte do projeto curricular da escola? Estão integradas como atividades educativas cotidianas?
- 16). Considere as condições existentes para o exercício do cargo de diretor:
 - a) Há apoio de instâncias superiores?
 - b) Há trocas de informações com diretores de outras escolas?
 - c) Há participação da comunidade na gestão?
 - d) É uma atividade especialmente administrativa, essencialmente política ou especialmente pedagógica ou uma atividade que integra o administrativo, o pedagógico e o político?
- 17) Na condução da administração cotidiana, que diretrizes, normas e documentos internos estão mais presentes são mais pertinentes e relevantes?
- 18) Que ações a SEDUC ou USE desenvolvem que interferem de forma direta na gestão da escola?
18. 1) Como você avalia essas intervenções?
- 19). Quais os programas inseridos na escola em parceria com a União, o Estado e/ou outros atores?
- 20) No seu ponto de vista, o que caracteriza uma gestão democrática?
 - a) O fato de a comunidade eleger um diretor faz diferença?
 - b) É a eleição que favorece a construção de uma gestão democrática?

c) Quais os principais problemas que a eleição para a direção de uma escola pode trazer para o desenvolvimento das atividades? Você tem tido esse problema?

21) Você considera que há relação entre a obtenção de êxito na busca de qualidade a educação e a gestão democrática? Ou seja, é imprescindível uma gestão democrática para que se obtenham bons resultados.

APÊNDICE E

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – DISCENTES

Nome: _____

Série: _____ **Turno:** _____

Há quanto tempo estuda na escola: _____

- 1) Qual é a escola que temos e a escola que queremos?
- 2) Em sua opinião, como os alunos receberam a eleição direta para diretor escolar?
- 3) Em sua opinião, qual a importância da Eleição direta para diretores escolares como um instrumento de implantação da gestão democrática?
- 4) Quais as maiores dificuldades pelas quais passa a escola?
- 5) Como eles poderiam ser solucionados?
- 6) Considera que a participação da comunidade influencia no que diz respeito a ser uma escola melhor ou pior?
- 7) Avalia a gestão dessa escola democrática? Justifique.
- 8) O que, na sua concepção, indica que uma gestão é democrática ou não?
- 9) Participa das decisões referentes ao planejamento pedagógico Projetos comuns, administrativo (discussão sobre calendário, currículo escolar, horários) e financeiro?
- 10) Como você avalia sua participação na gestão da escola?
- 11) E das reuniões com o conselho, participa com regularidade?
- 12) Se sente motivado a participar?
- 13) A direção realiza atividades para incentivar, melhorar e ampliar a participação?
- 14) Seria possível melhorar essa democratização? De que forma?

APÊNDICE F



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

ROTEIRO DE ENTREVISTAS: EQUIPE GESTORA

Nome: _____

Tempo de experiência no magistério: _____

Experiência na função: _____

Total de anos de experiência na função: _____

Formação inicial: _____

Possui outros cursos (formação-continuada/pós-graduação): _____

- 1) Qual é a escola que temos e a escola que queremos?
- 2) Em sua opinião, como a comunidade escolar recebeu a eleição direta para diretor escolar?
- 3) Em sua opinião, qual a importância da Eleição direta para diretores escolares como um instrumento de implantação da gestão democrática?
- 4) Quais as maiores dificuldades pelas quais passa a escola?
- 5) Em relação às reuniões do Conselho Escolar com que regularidade acontece? Existem temáticas que permanentemente estão presentes nas pautas? Quais? Por que elas sempre estão em pauta?
- 6) Relação com a comunidade: Existem elos fortes entre a escola e a comunidade que atende? Quais são os principais existentes? Quais as formas de participação e diálogo da comunidade e a escola?
- 7) O espaço de sua escola é utilizado para atividades comunitárias?
- 8) Existe uma tendência em abrir a escola à comunidade, na perspectiva da Escola Aberta ou de outra experiência advinda de demanda da própria comunidade ou da Escola? O que você pensa disso? Quais as dificuldades que você vê nesse sentido?
- 9) Como avalia a participação dos diferentes segmentos na gestão da escola?
- 10) Que elementos contribuem ou dificultam a participação?
- 11) Considere as condições existentes para o exercício do cargo de diretor:
 - a) Há apoio de instâncias superiores?
 - b) Há trocas de informações com diretores de outras escolas?
 - c) Há participação da comunidade na gestão?

d) É uma atividade especialmente administrativa, essencialmente política ou especialmente pedagógica ou uma atividade que integra o administrativo, o pedagógico e o político?

12) Que ações a SEDUC ou USE desenvolvem que interferem de forma direta na gestão da escola?

13) Como você avalia essas intervenções?

14) No seu ponto de vista, o que caracteriza uma gestão democrática?

15) Você considera que há relação entre a obtenção de êxito na busca de qualidade a educação e a gestão democrática? Ou seja, é imprescindível uma gestão democrática para que se obtenham bons resultados.

APÊNDICE G



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM O CONSELHO ESCOLAR

- 1) Como a comissão eleitoral foi formada? Quem a escolheu?
- 2) Houve orientação por parte da Secretaria Estadual de Educação para o pleito eleitoral?
- 3) Que procedimentos foram utilizados para o envolvimento da comunidade escolar para a participação da eleição?
- 4) Quantas Chapas participaram da eleição direta?
- 5) Houve alguma chapa impugnada? Por quê?
- 6) Qual o número de eleitores e quantos votaram?
- 7) A política partidária se fez presente durante o processo de implantação da gestão democrática?
- 8) Foi elaborado um Regimento eleitoral ou já havia um enviado pela SEDUC? Se enviado pela SEDUC, foi discutido pela comunidade escolar?
- 9) Em caso positivo, como foi elaborado, com a participação de quem?
- 10) Que acontecimentos você acha necessário destacar ou acrescentar sobre o processo eletivo na Escola?
- 11) Quais as dificuldades enfrentadas durante o processo eleitoral, caso tenha existido?
- 12) Em sua opinião, como a comunidade escolar recebeu a eleição direta para diretor escola escolar?
- 13) Em sua opinião, qual a importância da Eleição direta para diretores escolares como um instrumento de implantação da gestão democrática?
- 14) A Escola Brigadeiro Fontenele é reconhecida como uma escola premiada. Quais os prêmios recebidos pela escola. A que fatores atribui esses resultados?
- 15) Quais as maiores dificuldades pelas quais passa a escola?
- 16) Em relação às reuniões do Conselho Escolar com que regularidade acontece?

- 17) Existem temáticas que permanentemente estão presentes nas pautas? Quais? Por que elas sempre estão em pauta?
- 18) A Escola possui Associação de Pais e Mestres ou outro tipo de colegiado, como Grêmio Estudantil, Caixa Escolar ou outro. Se possuir, com que frequência ocorrem reuniões de APM? Quais as principais questões presentes nestas reuniões? Qual a importância da APM ou outro colegiado na gestão da escola?
- 19) Como avalia a participação dos diferentes segmentos na gestão da escola?
- 20) Que elementos contribuem ou dificultam a participação?
- 21) Há alguma atividade formativa no interior da escola para qualificar a participação?

ANEXOS

ANEXO A – PORTARIA Nº 04/2009-GS

ANEXO B – ERRATA DA PORTARIA Nº 04/09-GS

ANEXO C – PORTARIA Nº 034/2010-GS

ANEXO A

DIÁRIO OFICIAL Nº. 31363 de 19/02/2009

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – GABINETE SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 04/2009–GS

A Secretária de Estado de Educação, usando de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO as diretrizes, objetivos e metas aprovados na 1ª Conferência Estadual de Educação;

CONSIDERANDO os princípios da Política de Educação Básica do Estado do Pará, que são:

- 1- Educação como direito universal básico, bem social público e como condição para a emancipação humana;
- 2- O homem como sujeito de direito à cidadania plena e ao desenvolvimento de suas amplas capacidades físicas, intelectuais e afetivas;
- 3- Educação pública orientada pela busca da qualidade socialmente referenciada;
- 4- A gestão democrática da educação e o fortalecimento dos instrumentos de controle social;
- 5- A gestão compartilhada entre os entes federados;
- 6- Uma educação voltada para o desenvolvimento sustentável afirmando as diversidades étnicos raciais, de gênero, de orientação sexual e religiosa;

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar eleições diretas para direção das unidades escolares, devendo a escola possuir a seguinte organização:

- I - Conselho escolar devidamente regulamentado;
- II – Projeto Político-Pedagógico construído coletivamente.

Art. 2º – A Comissão Eleitoral será composta 5 (cinco) membros, sendo um representante de cada

categoria da comunidade escolar (professores, técnicos, funcionários administrativo-apoio, alunos e pais) que deverão ser eleitos em Assembléia Geral, com a participação de, pelo menos, 1/3 da comunidade escolar para exercer as seguintes atribuições:

- I- Coordenar o processo eleitoral e elaborar o Regimento Eleitoral que deve ser aprovado em Assembléia Geral;
- II- Providenciar em parceria com a SEDUC, a infra-estrutura necessária à realização das eleições;
- III- Garantir a lisura do pleito;
- IV- Inscrever as chapas;
- V- Credenciar os fiscais de cada chapa;
- VI- Estabelecer data e horário para o início e término da votação, dando-lhe ampla divulgação;
- VII- Apurar o resultado final e divulgar, após o encerramento da apuração, o nome do candidato eleito;

VIII- Apurar e decidir em primeira instância todos os casos omissos e recursos impetrados, dentro do prazo máximo de 24 horas e, encaminhar ao Conselho Escolar o resultado final das eleições e pareceres quanto a quaisquer recursos impetrados.

§ 1º Não podem compor a Comissão Eleitoral: os candidatos, seus cônjuges e parentes até 2º grau.

§ 2º O presidente e o secretário da comissão eleitoral deverão ser eleitos por maioria absoluta, entre seus membros, na primeira reunião.

Art. 3º – A comunidade escolar será informada, através da Comissão Eleitoral, da realização das eleições, através de edital a ser afixado no pátio da escola, no prazo de no mínimo 60 (sessenta) dias, antecedentes, a data das referidas eleições.

Parágrafo único: O período acima mencionado refere-se à: 30 (trinta) dias para as chapas (diretor e vice-diretor) se inscreverem junto à comissão eleitoral e 30(trinta) dias para a divulgação das respectivas chapas.

Art. 4º - O diretor e seus respectivos vice-diretores da Escola Estadual serão designados pela Secretaria de Estado de Educação, sendo os mesmos eleitos pela comunidade escolar, com a seguinte composição:

I - todos os membros do Magistério em exercício na Escola Estadual;

II - todos os funcionários em exercício na escola;

III - Todos os alunos, maiores de doze anos regularmente matriculados e com frequência;

IV- Pais ou responsáveis dos alunos.

Art. 5º - Poderão concorrer a Direção e a Vice-Direção das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino, pedagogos, licenciados plenos e profissionais técnicos graduados em nível superior com pós-graduação em educação.

Art. 6º - A eleição deverá ser direta, secreta e facultativa, através de voto universal garantindo a participação de toda a comunidade escolar, conforme estabelecido no art. 4º, sendo considerado eleito o(a) candidato(a) que obtiver a maioria absoluta dos votos.

Art. 7º- O quorum mínimo para validação do processo eleitoral será de 1/3 do colégio eleitoral.

Art. 8º- Quando o quorum mínimo não for alcançado ocorrerá uma nova eleição no prazo de 30dias.

Parágrafo único: O período acima mencionado refere-se à: 15 (quinze) dias para as chapas (diretor e vice-diretor) se inscreverem junto à comissão eleitoral e 15 (quinze) dias para a divulgação das respectivas chapas.

Art. 9º - O resultado final do processo eleitoral deverá ser encaminhado pela Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para homologação pelo Conselho Escolar, que encaminhará a solicitação de designação à Secretaria de Estado de Educação, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único: A Secretaria de Estado de Educação designará a Direção e a Vice-Direção da Escola no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 10 - Qualquer recurso impetrado quanto à eleição deverá ser apreciado pela Comissão Eleitoral em primeira instância, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, pelo

Conselho Escolar em segunda instância, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, e, em última instância pela Secretaria de Estado de Educação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Art. 11 - O período do mandato do diretor será de 2 (dois) anos, a contar da data de seu ato de posse, podendo ser reeleito 01 (uma) vez.

Art. 12 - Ocorrerá a vacância por conclusão de mandato, renúncia, aposentadoria, falecimento ou destituição.

Parágrafo Único - A destituição do diretor somente poderá ocorrer motivadamente, após sindicância em que lhe seja assegurada o direito de ampla defesa, e face as ocorrências de fato que constituam falta de idoneidade moral, disciplina, assiduidade, dedicação ao serviço e eficiência, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 13 - Ocorrendo a vacância o Conselho Escolar escolherá um diretor pró-tempore, considerando os critérios estabelecidos no Artigo 5º.

Parágrafo Único - O Conselho Escolar terá um prazo de 90 dias para realizar uma nova eleição.

Art. 14 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Belém, 16 de fevereiro de 2009.

Profª. M.Sc. **IRACY DE ALMEIDA GALLO RITZMANN**
Secretária de Estado de Educação

ANEXO B



DIÁRIO OFICIAL Nº. 31387 de 27/03/2009
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - GABINETE SECRETÁRIO

ERRATA DA PORTARIA Nº04/09-GS

**ERRATA DA PORTARIA Nº. 04/2009 – GS, de 16 de fevereiro de 2009,
publicada no D.O.E. nº. 31363, de 19 de fevereiro de 2009.**

-1 Onde se lê: "Art. 2º-A Comissão Eleitoral será composta de 5(cinco) membros, sendo um representante de cada categoria da comunidade escolar (professores, técnicos, funcionários administrativo-apoio, alunos e pais) que deverão ser eleitos em Assembléia Geral, com a participação de, pelo menos, 1/3 da comunidade escolar para exercer as seguintes atribuições:",

Leia-se: "Art. 2º-A Comissão Eleitoral será composta de 5(cinco) membros, sendo um representante de cada categoria da comunidade escolar (professores, técnicos, funcionários administrativo-apoio, alunos e pais) que deverão ser eleitos em Assembléia Geral, com ampla participação da comunidade escolar para exercer as seguintes atribuições:".

2-Onde se lê: "Art. 5º-Poderão concorrer a Direção e a Vice-Direção das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino, pedagogos, licenciados plenos e profissionais técnicos graduados em nível superior com pós-graduação em educação.",

Leia-se: "Art. 5º-Poderão concorrer a Direção e a Vice-Direção das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino, pedagogos licenciados plenos professores licenciados plenos e profissionais técnicos graduados em nível superior. Ocupantes de cargo efetivo estatutário e não-estável estatutário.

Parágrafo Único: Os professores licenciados plenos e profissionais técnicos graduados em nível superior deverão possuir pós-graduação em educação.".

3-Onde se lê: "Art. 6º-A eleição deverá ser direta, secreta e facultativa, através de voto universal garantindo a participação de toda a comunidade escolar, conforme estabelecido no art. 4º, sendo considerado eleito o(a)candidato(a) que obtiver a maioria absoluta dos votos.",

Leia-se: "Art. 6º-A eleição deverá ser direta, secreta, através de voto universal garantindo a participação de toda a comunidade escolar, conforme estabelecido no art. 4º, sendo considerado eleito o(a)candidato(a) que obtiver a maioria absoluta dos votos.".

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Belém, 23 de março de 2009.

ELY BENEVIDES SOUSA FILHO

Secretário de Estado de Educação, em exercício.

ANEXO C**PORTARIA Nº 034/2010–GS**

A Secretária de Estado de Educação, usando de suas atribuições legais e; CONSIDERANDO as diretrizes, objetivos e metas aprovados na 1ª Conferência Estadual de Educação;

CONSIDERANDO os princípios da Política de Educação Básica do Estado do Pará, que são:

- 1- Educação como direito universal básico, bem social público e como condição para a emancipação humana;
- 2- O homem como sujeito de direito à cidadania plena e ao desenvolvimento de suas amplas capacidades físicas, intelectuais e afetivas;
- 3- Educação pública orientada pela busca da qualidade socialmente referenciada;
- 4- A gestão democrática da educação e o fortalecimento dos instrumentos de controle social;
- 5- A gestão compartilhada entre os entes federados;
- 6- Uma educação voltada para o desenvolvimento sustentável afirmando as diversidades étnicas raciais, de gênero, de orientação sexual e religiosa;

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar eleições diretas para direção das unidades escolares estaduais e conveniadas, que não realizaram o processo eleição direta para diretores ou que tiveram o processo indeferido de acordo com a Portaria de Lotação 219/GS, devendo a escola possuir a seguinte organização:

- I - Conselho Escolar devidamente regulamentado;
- II – Projeto Político-Pedagógico construído coletivamente.

Art. 2º - O Processo Eleitoral das Eleições Diretas nas Unidades Escolares será coordenado pelas seguintes instâncias:

- I – Comissão eleitoral da escola;
- II – Conselho Escolar;
- III – Comissão Estadual de Assessoramento ao Processo Eleitoral.

Artº 3º– A Comissão Eleitoral da Escola será composta por 5 (cinco) membros, sendo um representante de cada categoria da comunidade escolar (professores, técnicos, funcionários administrativo-apoio, alunos e pais) que deverão ser eleitos em Assembléia Geral, com ampla participação da comunidade escolar.

Parágrafo Único: Diante da impossibilidade de preenchimento de vaga, caso haja vacância de uma das categorias, esta será complementada com um membro da categoria funcional da escola.

Art. 4º – A Assembléia Geral, referida no artigo anterior, terá as seguintes atribuições:

- I- Homologar o Regimento Eleitoral;
- II – Eleger a Comissão Eleitoral da Escola;
- III – Definir a data da Eleição;
- IV – Definir os prazos legais, local e horário de inscrição das chapas.

Art.5º A Comissão Eleitoral da Escola terá as seguintes atribuições:

- I- Coordenar o processo eleitoral e elaborar o Regimento Eleitoral de acordo com legislação em vigor com os documentos oficiais da SEDUC, o qual deve ser aprovado em Assembléia Geral;
- II- Providenciar em parceria com a SEDUC, a infra-estrutura necessária à realização das eleições;
- III – Garantir a lisura do pleito;
- IV – Inscrever as chapas;
- V - Credenciar os fiscais de cada chapa;

VI – Estabelecer data e horário para início e término da votação da eleição dando-lhe ampla divulgação;

VII – Apurar o resultado final e apresentar ao Conselho Escolar, após o encerramento da apuração, no prazo de 24 horas úteis, o nome da Chapa mais votada;

VIII – Apurar e decidir em primeira instância todos os casos omissos e recursos impetrados, dentro do prazo máximo de 24 horas úteis e, encaminhar ao Conselho Escolar o resultado final das eleições e pareceres quanto a qualquer recurso impetrados;

IX – Realizar o levantamento dos alunos maiores de 12 anos, matriculados e com frequência na escola.

X – Estabelecer, em Edital próprio, o período de inscrição das chapas e todos os procedimentos concernentes ao processo eleitoral.

§ 1º - Não podem compor a Comissão Eleitoral: os candidatos, seus cônjuges e parentes até 2º grau.

§ 2º - O presidente e o secretário da comissão eleitoral deverão ser eleitos por maioria absoluta, entre seus membros, na primeira reunião.

§ 3º - A comissão eleitoral, sendo um grupo de trabalho do Conselho Escolar aprovada em Assembléia Geral, poderá resolver os problemas apresentados na eleição em primeira instância.

Art. 6º - O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

I – Convocar e Dirigir a Assembléia geral para eleger a comissão eleitoral;

II – Acompanhar o processo eleitoral da escola;

III – Aprofundar a discussão da concepção de gestão democrática, defendida pela política de educação básica do estado do Pará, junto a comunidade escolar;

IV – Apurar e decidir em segunda instância todos os casos omissos e recursos impetrados, dentro do prazo máximo de 48 horas úteis, após o recebimento do resultado do pleito encaminhado pela comissão eleitoral.

V – Organizar toda a documentação do processo de eleição em conformidade com as orientações básicas, encaminhando à USE/URE para formalização do processo, que por sua vez remeterá à Comissão de Assessoramento ao Processo Eleitoral da SEDUC.).

VI – Agir com imparcialidade diante do processo eletivo, observando os instrumentos legais normatizadores da Eleição.

§ único – Os membros do Conselho escolar, para concorrer deverão pedir afastamento por escrito do Conselho Escolar, a partir da data de inscrição da chapa até a posse.

Art. 7º - A Comissão Estadual de Assessoramento ao Processo Eleitoral terá sua composição paritária com 05 (cinco) Servidores da SEDUC e 05 (cinco) membros da Coordenação do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP), designados para esse fim em Portaria própria, com as seguintes atribuições:

I - Acompanhar os processos eleitorais, bem como orientar na elaboração dos Regimentos Eleitorais das escolas;

II – Contribuir com a escola na discussão da concepção de gestão democrática, defendida pela política de educação básica do estado do Pará, junto a comunidade escolar;

III – Analisar os processos eleitorais, encaminhados pelos Conselhos Escolares à SEDUC, homologando as eleições que estiverem em consonância com a presente Portaria e Regimento Eleitoral, encaminhando o resultado para a GRC/CRH para instrução, elaboração e publicação das portarias de designação dos eleitos e mais votados;

IV – Apurar e decidir em terceira instância todos os casos omissos e recursos impetrados, dentro do prazo máximo de dez (10) dias úteis, à luz da presente portaria e da legislação em vigor;

V- Agir com imparcialidade diante do processo eletivo, observando os instrumentos legais normatizadores da Eleição.

Parágrafo Único: A Comissão contará com uma equipe técnica de profissionais da SEDUC para dar os encaminhamentos pertinentes às análises dos processos.

Art. 8º – A comunidade escolar será informada, através da Comissão Eleitoral, da realização das eleições, através de Edital a ser afixado nos espaços da escola, no prazo de no mínimo 30 (trinta) dias, antecedentes, a data das referidas eleições.

§ 1º - O período acima mencionado refere-se à: 15 (quinze) dias para as chapas (Diretor e Vice-diretor) se inscreverem junto à comissão eleitoral e 15 (quinze) dias para a divulgação das respectivas chapas.

§ 2º – O Processo eleitoral deverá ocorrer até o dia 15 de junho, observando-se os prazos processuais estabelecidos na presente Portaria.

Art. 9º - O diretor e seus respectivos vice-diretores da Escola Estadual serão designados pela Secretaria de Estado de Educação, sendo os mesmos eleitos pela comunidade escolar, em pleito regulamentado pela presente Portaria e pelos instrumentos legais instituídos para o mesmo fim.

Art. 10 – Para efeito do processo eleitoral, são eleitores aptos a votar:
I – Os membros do Magistério em efetivo exercício e lotado na(s) Escola(s) da rede(s) Estadual;

II – Os funcionários em efetivo exercício e lotados na escola;

III - Todos os alunos, maiores de 12 (doze) anos regularmente matriculados e com frequência;

IV- Pais ou responsável dos alunos que estiverem frequentando regularmente.

Parágrafo Único – cada eleitor terá direito apenas a um voto.

Art. 11 - Poderão concorrer a Direção e a Vice-Direção das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino:

I - Pedagogos licenciados plenos;

II - Professores licenciados plenos com Pós-graduação em Educação, ocupantes de cargo efetivo estatutário e não-estável estatutário e que sejam do quadro do magistério;

III - Profissionais técnicos graduados em nível superior com Pós-graduação em Educação.

§ único – Não poderão concorrer na mesma chapa os candidatos seus cônjuges e parentes até 3º grau.

Art. 12 - A eleição deverá ser direta, secreta, através de voto universal garantindo a participação de toda a comunidade escolar, conforme estabelecido no art. 3º, sendo considerado eleito o(a) candidato(a) que obtiver a maioria absoluta dos votos.

Art. 13 - O quorum mínimo para validação do processo eleitoral será de 1/3 dos votos do colégio eleitoral.

Art. 14 - Quando o quorum mínimo não for alcançado ocorrerá uma nova eleição no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo único: O período acima mencionado refere-se à: 05 (cinco) dias úteis para a inscrição das chapas (diretor e vice-diretor) junto à comissão eleitoral e 05 (cinco) dias para a divulgação das respectivas chapas e realização do novo pleito.

Art. 15 - O resultado final do processo eleitoral deverá ser encaminhado pela Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, para homologação pelo Conselho Escolar.

Parágrafo único – Após a homologação da eleição na escola pelo Conselho Escolar, o mesmo deverá enviar o processo devidamente instruído com toda a documentação da eleição para a USE/URE em no máximo 48 (quarenta e oito) horas úteis, que em seguida remeterá a Comissão Estadual, em no máximo 05 (cinco) dias.

Art. 16 - Qualquer recurso impetrado quanto à eleição deverá ser apreciado pela Comissão Eleitoral em primeira instância no prazo máximo de quarenta e oito (48) horas úteis, pelo Conselho Escolar em segunda instância no prazo máximo de quarenta e oito (48) horas úteis e, em última instância pela Comissão Estadual, no prazo máximo de dez (10) dias.

Art. 17- O período do mandato do Diretor(a) e seu(s) Vice-Diretor(es/as) será de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação da Portaria no DOE, podendo ser reeleito por mais um mandato de dois (2) anos.

Art. 18 – A vacância da função será por conclusão de mandato, renúncia, aposentadoria, falecimento e/ ou destituição.

§ 1º- A destituição do servidor somente poderá ocorrer motivadamente, após conclusão de sindicância, em que lhe seja assegurada o direito de ampla defesa, de acordo com a legislação em vigor.

§ 2º – Ocorrendo a vacância da função do Diretor ou Vice, o Conselho Escolar poderá referendar a indicação de substituto a ser feita pela chapa vencedora, respeitados os critérios estabelecidos no Artigo 11 da presente Portaria.

Art. 19 - No caso de vacância em Escola em que apenas a função de Diretor tenha sido escolhida em processo eleitoral, nova eleição deverá ser realizada, respeitando-se os prazos legais.

Art. 20 - As omissões e os casos não previstos nesta portaria serão resolvidos pela Comissão de Assessoramento Estadual/SEDUC.)

Art. 21 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

DÊ CIÊNCIA, REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 29 DE ABRIL DE 2010.

MARIA DO SOCORRO DA COSTA COELHO
Secretária de Estado de Educação